

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

EMMILY PEREIRA BRITO DE SOUZA

**SOCIEDADE DE CONSUMO E O ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE
VULNERABILIDADE ECONÔMICA NO ÂMBITO DO V COMANDO AÉREO
REGIONAL: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Porto Alegre
2013

EMMILY PEREIRA BRITO DE SOUZA

**SOCIEDADE DE CONSUMO E O ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE
VULNERABILIDADE ECONÔMICA NO ÂMBITO DO V COMANDO AÉREO
REGIONAL: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Serviço
Social pelo Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre
2013

S729s Souza, Emmily Pereira Brito de

Sociedade de consumo e o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica no âmbito do V Comando Aéreo Regional : desafios para o serviço social / Emmily Pereira Brito de Souza. – Porto Alegre, 2013.

139 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof^a. Dra. Patrícia Krieger Grossi

1. Serviço Social. 2. Sociedade de Consumo. 3. Consumo – Aspectos Sociais. 4. Força Aérea Brasileira. 5. Assistência Social.
I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Título.

CDD 301.21

Ficha Catalográfica elaborada por Loiva Duarte Novak – CRB10/2079

EMMILY PEREIRA BRITO DE SOUZA

**SOCIEDADE DE CONSUMO E O ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE
VULNERABILIDADE ECONÔMICA NO ÂMBITO DO V COMANDO AÉREO
REGIONAL: DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do título de Mestre em Serviço
Social pelo Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em _____ de _____ de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Patrícia Krieger Grossi (PPGSS/PUCRS)

Prof^a. Dra. Andréia Mendes dos Santos(PPGSS/PUCRS)

Prof^a. Dra. Maria Aparecida Marques Rocha (UNISINOS)

Porto Alegre
2013

Dedico esta dissertação à minha família: em especial ao meu pai que sempre me motivou na busca pelo conhecimento e à minha filha, que mesmo em meu ventre já tem feito de mim uma pessoa melhor, contribuindo para mudar a minha percepção acerca do mundo. A vocês minha eterna gratidão!

AGRADECIMENTOS

Agradecer é a forma que encontramos de retribuir o carinho, o incentivo, a confiança, a dedicação e o cuidado a todos aqueles que estiveram direta ou indiretamente envolvidos nesta jornada de construção do conhecimento. Por vezes, ela foi duvidosa, confusa e desafiadora, mas agora, findado este momento, esta etapa, ao olhar para trás, digo que ela foi prazerosa.

Ao meu pai e minha mãe, por serem meus maiores incentivadores, amigos fiéis, que jamais mediram esforços para financiar o meu processo de crescimento profissional. Vocês são os pilares da minha vida, meu “braço forte”.

Ao meu irmão, que mesmo longe é um grande parceiro e incentivador na minha vida, sempre apoiando minhas escolhas. Você é um grande irmão!

Ao meu marido, Carlos Eduardo, sem o qual esta caminhada não seria possível. Grande amigo e companheiro, que soube pacientemente suportar as minhas ausências e mostrou-se extremamente compreensível nos momentos difíceis. Você tem sido um guerreiro sempre “Pronto para e em condições de”: Eu te amo!

A toda a equipe de trabalho do Serviço Social do V COMAR, por entenderem a importância deste momento na minha vida. Vocês são pessoas muito especiais!

À Universidade, pela oportunidade de conhecer professores maravilhosos, os quais a paixão pelo ensinar nos desperta valiosos sentimentos, de querer mais... Quantos momentos fantásticos de reflexão! Obrigada, vocês são fonte de inspiração!

Ao querido amigo André Luis, o qual me presenteou com sua amizade, pelo companheirismo durante esta batalha, pelo tempo dedicado às minhas dúvidas, reflexões, questionamentos, delírios e suposições... obrigada por me estender a mão e emprestar seu ombro amigo!

Agradeço ao querido Coronel Horimoto e as queridas amigas Kelly Thres, Flúvia Mourão e Mariana Campos, por todo incentivo inicial que me fizeram acreditar que esta conquista seria possível, vocês foram essenciais nesse processo!

Aos usuários entrevistados pela participação nesta pesquisa.

À Dra. Andréia Mendes dos Santos e a Dra. Maria Aparecida Marques Rocha por aceitarem prontamente participar da minha banca e pelas valiosas contribuições ao trabalho.

E, finalmente, à minha orientadora, Dra. Patrícia Krieger Grossi que embarcou nessa missão comigo, contribuindo para a construção deste trabalho, agregando valor e experiência às minhas ideias. Muito obrigada!

Quem Sabe um Dia

Quem Sabe um dia
Quem sabe um dia
Quem sabe um seremos
Quem sabe um viveremos
Quem sabe um morreremos!

Quem é que
Quem é macho
Quem é fêmea
Quem é humano, apenas!

Sabe amar
Sabe de mim e de si
Sabe de nós
Sabe ser um!

Um dia
Um mês
Um ano
Um(a) vida!

Sentir primeiro, pensar depois
Perdoar primeiro, julgar depois
Amar primeiro, educar depois
Esquecer primeiro, aprender depois

Libertar primeiro, ensinar depois
Alimentar primeiro, cantar depois

Possuir primeiro, contemplar depois
Agir primeiro, julgar depois

Navegar primeiro, aportar depois
Viver primeiro, morrer depois.

MÁRIO QUINTANA

RESUMO

A presente dissertação propõe-se a analisar de que forma a sociedade de consumo tem contribuído para a vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social, da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, no âmbito do V Comando Aéreo Regional, objetivando contribuir para o desenvolvimento de ações educativas que visem à reflexão acerca da temática do consumo. Para tanto se delimitou os seguintes objetivos específicos: investigar como a situação de vulnerabilidade econômica se apresenta enquanto demanda para o Serviço Social da GUARNAE-PA; identificar quais são as características sociodemográficas (gênero, idade, renda, vínculo institucional, nível educacional) dos usuários em situação de vulnerabilidade econômica, atendidos pelo Serviço Social; conhecer se a estrutura do Sistema de Assistência Social do COMAER viabiliza ao Serviço Social da GUARNAE-PA o enfrentamento das situações decorrentes da vulnerabilidade econômica dos seus usuários; e identificar como as transformações no mundo do consumo influenciam nas situações de vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social; vulnerabilidade econômica entendida sob a ótica do endividamento e do superendividamento. Para percorrer o caminho da pesquisa, optou-se pela utilização das abordagens qualitativa e quantitativa, com ênfase na primeira. Os resultados apontam que o consumo ocupa um lugar central na vida dos sujeitos da pesquisa e está associado à satisfação de necessidades, bem-estar, conforto e o *status* que ele representa. Nesse contexto, destaca-se o papel da publicidade e a expansão do crédito como motivadores do processo de endividamento e superendividamento.

Palavras-chave: Sociedade de Consumo. Vulnerabilidade Econômica. Questão Social. Serviço Social. Força Aérea Brasileira.

ABSTRACT

This thesis proposes to analyze how the consumer society has contributed to the economic vulnerability of users of Social Service of Aeronautics Garrison of Porto Alegre (GUARNAE-PA), under the V Regional Air Command, aiming to contribute to the development of educational actions with the objective of reflection on the theme of consumption. For both following specific objectives were delimited: to investigate how the situation of economic vulnerability presents itself as demand for Social Service of GUARNAE-PA; to identify what are the socio-demographic characteristics (gender, age, income, institutional affiliation, educational level) of users in vulnerable economic situation assisted by Social Service; to know if the structure of the COMAER's Social Assistance System enables the Social Service of GUARNAE-PA coping with situations arising from the economic vulnerability of its users and to identify if the actions developed by Social Service of GUARNAE-PA has contributed to cope with this situations. Economic vulnerability understood from the perspective of indebtedness and over-indebtedness. To walk the path of this research we opted for the use of qualitative and quantitative approaches, with emphasis on the first one. The results show that consumption plays the leading role in the lives of research subjects and are associated with the satisfaction of needs, welfare, comfort and status it represents. In this context, we highlight the role of advertising and credit expansion as motivators in the process of borrowing and indebtedness.

Keywords: Consumer Society. Economic Vulnerability. Social Issue. Social Service. Brazilian Air Force.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Objetivos da pesquisa.....	28
Quadro 2 – Sujeitos da pesquisa.....	32
Figura 1 – Organograma do Programa de Ações Integradas do COMAER (PASIC).....	52
Gráfico 1 – Percepção das famílias sobre o grau de endividamento relativo à renda familiar mensal, em %. Brasil e Grandes Regiões. Julho de 2012.....	75
Gráfico 2 – Categoria funcional	81
Gráfico 3 – Divisão por sexo.....	82
Gráfico 4 – Divisão por idade.....	83
Gráfico 5 – Divisão por estado civil.....	84
Gráfico 6 – Companheiro(a)/esposo(a) que não desenvolve atividade remunerada.....	84
Gráfico 7 – Distribuição da população segundo o sexo (%) – 2011.....	84
Gráfico 8 – Usuário como único provedor do lar.....	85
Gráfico 9 – Número de dependentes.....	85
Quadro 3 – Atendimentos Sociais realizados e Benefícios Sociais fornecidos em 2010.....	87
Quadro 4 – Atendimentos Sociais realizados em 2011 divididos por Benefícios Sociais e o total de recursos investidos.....	89
Quadro 5 – Graduação e soldos dos militares da Aeronáutica.....	93
Gráfico 10 – Renda familiar líquida.....	94
Gráfico 11 – Percentual de endividamento das famílias.....	103
Quadro 6 – Relação entre o percentual de endividamento, categoria funcional e soldo bruto.....	103

LISTA DE SIGLAS

ACISO – Ação Cívico Social

BACO – Base Aérea de Canoas

BAFL – Base Aérea de Florianópolis

BASM – Base Aérea de Santa Maria

BINFAE-CO – Batalhão de Infantaria de Canoas

CAN – Correio Aéreo Nacional

CAPS AD – Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CB – Cabo

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

CFS – Curso de Formação de Sargentos

CINDACTA II – Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.

COMAER – Comando da Aeronáutica

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializada de Assistência Social

CV – Civil

DETCEA – CO -Destacamento de Tráfego e Controle Aéreo de Canoas

DTECEA-PA – Destacamento de Tráfego e Controle Aéreo de Porto Alegre

DIEESE – Departamento Intersindical e Estatística de Estudos Socioeconômicos

DIRINT – Diretoria de Intendência

ETA – Esquadrão de Transporte Aéreo

FAB – Força Aérea Brasileira

FAS – Fundo de Assistência Social

FECOMERCIO SP – Federação do Comércio de São Paulo

GUARNAE-PA – Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre

HACO – Hospital de Aeronáutica de Canoas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA – Instrução de Comando

IEF – Índice de Expectativa das Famílias

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

JSM – Junta de Serviço Militar

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NUSESO – Núcleo de Serviço Social

OM – Organização Militar

PACO – Prefeitura de Aeronáutica de Canoas

PASIC – Programas de Ações Sociais Integradas

PE – Pensionista

QCOA – Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica

QFO – Quadro Feminino de Oficiais

QFG – Quadro Feminino de Graduados

QSS – Quadro de Suboficiais e Sargentos

RAS – Recurso da Assistência Social

RS – Rio Grande do Sul

SAS – Sistema de Assistência Social

SARAM – Subdiretoria de Aplicação de Recursos da Assistência Médico – Hospitalar

SDEE – Subdiretoria de Encargos Especiais

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESI – serviço Social da Indústria

SERINT – Serviço Regional de Intendência

SERIPA – Serviço Regional de Prevenção e Investigação Aérea

SGT – Sargento

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SISAU – Sistema de Saúde da Aeronáutica

SO – Suboficial

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

S1- Soldado de 1ª classe

S2 – Soldado de 2ª classe

TF – Taifeiro

V COMAR – V Comando Aéreo Regional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A ESCOLHA DO MÉTODO EM MARX	24
2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA, TEMA, QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS	26
2.2 O DELINEAMENTO DA PESQUISA	28
2.3 AS FASES DA COLETA DE DADOS	31
2.4 A ETAPA DE ANÁLISE DOS DADOS	33
2.5 A ÉTICA NA PESQUISA	34
3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NO COMAER: NO CENÁRIO DE AJUSTES, CONTRADIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES	35
3.1 O COMANDO DA AERONÁUTICA	37
3.2 O V COMANDO AÉREO REGIONAL	38
3.3 O SERVIÇO SOCIAL NO COMAER	39
3.3.1 Reflexões acerca do Serviço Social no COMAER	43
3.3.2 A questão social no cenário contemporâneo	46
3.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO COMAER	49
3.4.1 O Plano de Assistência Social do COMAER	51
3.5 OS RECURSOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO COMAER	58
4 A SOCIEDADE DE CONSUMO E A VULNERABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: DESAFIOS PARA CONTEMPORANEIDADE	61
4.1 A SOCIEDADE DE CONSUMO	63
4.2 A VULNERABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NA SOCIEDADE DE CONSUMO	70
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE CONTEMPORÂNEO... 80	80
5.1 QUEM SÃO OS USUÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL?	80
5.2 A IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS A PARTIR DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PASIC 3): REFLEXÕES ACERCA DESSE CENÁRIO CONTRADITÓRIO	86
5.3 VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIEDADE DE CONSUMO: AS SITUAÇÕES DE ENDIVIDAMENTO E SUPERENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO SESO DA GUARNAE-PA	92
5.3.1 A Renda das famílias	93
5.3.2 Necessidades ou desejos: elementos para o debate na Sociedade de Consumo	96
5.3.3 O Endividamento e o Superendividamento: uma análise necessária	102

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	125
APÊNDICE B – Roteiro de Análise Documental	128
APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa.....	130
ANEXO A – Cópia da carta de conhecimento e autorização	133
ANEXO B – Carta da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – FSS/PUCRS.....	135
ANEXO C – Parecer Consubstanciadodo CEP/PUCRS.....	137

1 INTRODUÇÃO

No presente trabalho objetiva-se analisar de que forma a sociedade de consumo tem contribuído para a vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social, da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, no âmbito do V Comando Aéreo Regional, buscando contribuir para o desenvolvimento de ações educativas que possibilitem a reflexão sobre a temática do consumo.

O Comando da Aeronáutica, juntamente com o Exército e a Marinha, constituem as Forças Armadas. Consideradas o braço armado do Estado, denominadas de Instituições Nacionais Permanentes e Regulares, são organizadas com base na hierarquia e na disciplina. O V Comando Aéreo Regional faz parte da estrutura do Comando da Aeronáutica e tem como missão desenvolver ações direcionadas para manter a soberania do espaço aéreo nacional, com vistas à defesa da pátria.

Nesse sentido, considera-se desafiadora a realização de pesquisas em Instituições Militares. No caso do Serviço Social, são escassas as produções científicas acerca da atuação profissional nessas Instituições, seja por desconhecimento ou preconceito; como consequência, esta é uma temática com pouca visibilidade no conjunto da profissão. Condenadas pelo seu passado repressor e violento, as Instituições Militares possibilitam ser objeto de estudo do Serviço Social na medida em que são espaços sócio-ocupacionais da profissão. Segundo Carvalho (2006), existe um veto aos estudos militares pela comunidade acadêmica, que não atribui legitimidade acadêmica ou teórica ao tema, fazendo do pesquisador um suspeito do ponto de vista político.

Pontua-se que esse estigma vinculado ao passado não será objeto de estudo nesta pesquisa e sim a forma como as transformações no mundo do consumo se relacionam com o Serviço Social no Comando da Aeronáutica – COMAER e no V Comando Aéreo Regional – VCOMAR, localizado em Canoas (RS).

Assim, ressalta-se o fato de que a pesquisadora pertence ao Quadro de Oficiais Temporários da Força Aérea Brasileira, a qual atua como Assistente Social no V COMAR, fato este que faz com que se depare com inquietações decorrentes

da atuação profissional, principalmente com relação às situações de vulnerabilidade econômica dos sujeitos.

Portanto, é nesse espaço sócio-ocupacional denso de contradições que se pretendeu, através da análise dos dados, compreender de que forma a sociedade de consumo contribui para as situações de vulnerabilidade econômica que, por sua vez, influenciam no cotidiano e no atendimento das necessidades básicas das famílias. Assim, com a finalidade de atender ao objetivo proposto pela pesquisa, delimitaram-se como objetivos específicos:

- ✓ Investigar como a situação de vulnerabilidade econômica se apresenta enquanto demanda para o Serviço Social da GUARNAE-PA;
- ✓ Identificar como as transformações no mundo do consumo influenciam nas situações de vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social;
- ✓ Identificar quais são as características sociodemográficas (gênero, idade, renda, vínculo institucional) dos usuários em situação de vulnerabilidade econômica atendidos pelo Serviço Social; e
- ✓ Conhecer se a estrutura do Sistema de Assistência Social do COMAER viabiliza ao Serviço Social da GUARNAE-PA o enfrentamento das situações decorrentes da vulnerabilidade econômica dos seus usuários.

Destacam-se como fatores relevantes dessa pesquisa:

Primeiro, a possibilidade de proporcionar visibilidade a um trabalho invisível para a categoria profissional, pois a atuação do Serviço Social em Instituições Militares pouco tem sido estudada pela categoria.

Segundo, a possibilidade de aproximar a temática do consumo com o Serviço Social, tendo em vista que o consumo se realiza na vida cotidiana, espaço da práxis realizada pelos Assistentes Sociais (CARVALHO; NETTO, 2011). Neste trabalho, sustenta-se que as consequências sociais do estímulo ao consumo exacerbado são identificadas como expressões da questão social, portanto, assim como tantas outras temáticas, esta se coloca como emergente ao Serviço Social diante do cenário contemporâneo, devendo ser incorporada ao rol de novas demandas sociais. Assim, depreende-se que:

O Serviço Social deve transcender a prática rotineira desenvolvida em torno de velhos campos, deve incorporar para o espaço profissional o estudo e as (novas) respostas tanto às demandas já existentes quanto, fundamentalmente, às demandas emergentes. (MONTANO, 2009, p. 197)

Destarte, é no movimento da ação que vão sendo elaboradas as pesquisas que irão construir novos conhecimentos, o saber crítico aponta para o saber fazer crítico (BAPTISTA, 2006). Portanto, a importância desta investigação reflete o fato de que às instituições não basta apenas desenvolver políticas garantindo o acesso dos usuários a um direito socialmente reconhecido, mas, sobretudo, que suas ações sejam eficazes e eficientes na construção da cidadania.

Ademais, o Serviço Social tem como viés norteador o Projeto Ético-Político sendo nesta perspectiva construído o terreno que viabiliza a atuação do Serviço Social no âmbito da Aeronáutica, atualmente. Sendo assim, são profissionais que buscam, cotidianamente, através da investigação, desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir novas propostas de trabalho. Conforme Yamamoto (2010), propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

Assim sendo, para discorrer sobre a fundamentação teórica do presente estudo, foi preciso se aprofundar nas categorias explicativas da realidade que emergiram na fase exploratória desta pesquisa: Sociedade de Consumo, Vulnerabilidade Econômica e Questão Social.

Com relação à Sociedade de Consumo constata-se que seu desenrolar, suas características bem como suas consequências sociais na sociedade capitalista têm sido objeto de estudo na área social. No entanto, revelou-se um grande desafio analisá-la apenas sob a luz do referencial teórico-crítico. O referencial epistemológico dialético-crítico foi escolhido como alicerce e norteador desta pesquisa, tendo em vista que se ancora na “razão dialética” e na “razão ontológica”, buscando captar o real em suas múltiplas determinações e reafirmando o caráter histórico e criador da práxis humana (SIMIONATTO, 1999). Esse referencial pressupõe a realidade sempre em movimento, em transformação, evidenciando elementos para compreender a essência dessas transformações que culminaram na sociedade em tela.

Por outro lado, são poucas as produções na área do Serviço Social que oferecem elementos para debater as transformações no universo do consumo no cenário contemporâneo e a “complexificação da sociedade capitalista” (SIMIONATTO, 1999). Por este motivo, fez-se necessário um flerte com a fonte pós-moderna, no sentido de complementar este estudo. Embora se compreenda que há o risco de ser acusado de inconsistência teórica, optou-se em correr este risco tendo em vista que se partilha do pensamento de autores como Jean Baudrillard e Zygmunt Bauman, em alguns momentos, em seus debates e análises sobre as transformações no mundo do consumo. Acredita-se que o debate traçado por esses autores sugere elementos para compreender como o fenômeno se apresenta nos dias atuais.

Nesse contexto, esta pesquisa utiliza como ponto de partida a crise da década de 70. A tentativa de lidar com a crise do padrão fordista de acumulação e a crise do Estado de Bem-Estar Social culminou na eclosão das ideias neoliberais. Assiste-se a ascensão da teoria neoliberal, que logo foi instaurada nos países capitalistas centrais e posteriormente, de maneira muito perversa, na América Latina. Com a premissa da estabilidade econômica, o neoliberalismo defende a redução dos gastos sociais através de uma agenda restritiva para o Estado.

Este referencial político-econômico propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido despertando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais, no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2011). Ainda, o Estado assume a posição de um Estado regulador, garantindo que o mercado seja um mecanismo de regulação social.

Afirmado-se como um contraponto político, econômico e ideológico o neoliberalismo se consolidou de forma a incorporar-se às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo (HARVEY, 2011). Percebe-se que, historicamente, a saga do capitalismo é cheia de paradoxos e que os sistemas de produção e processos de trabalho estão profundamente implicados no modo como a vida diária é reproduzida pelo consumo (HARVEY, 2011).

A sociedade burguesa, conforme desvendou Marx, se fundou na exploração e na opressão da maioria pela minoria, o que não a distingue de sociedades anteriores. No entanto, como forma de legitimação, a sua dinâmica produz mecanismos para ocultar estes seus atributos. Tais mecanismos, como, por exemplo, a alienação e a reificação aliadas ao “fetichismo da mercadoria”, segundo Netto (2006), criam uma aparência coisificada da realidade social, mistificando os fenômenos sociais, impossibilitando que estes sejam reconhecidos como processos e mostrando-os sob a forma de coisas, alheias aos homens e às suas relações.

Na sociedade contemporânea, na era da financeirização do capital, as pessoas são reconhecidas socialmente pelos bens que possuem, pelo valor das mercadorias que compram e não pelo que realmente são, todos os sentidos físicos e intelectuais foram substituídos pela simples alienação de todos eles, pelo sentido do ter (FROMM, 1983). Nessa realidade, fruto da cultura do consumo, promove-se o consumismo como caminho para a satisfação dos desejos e da felicidade, e a produção se redefine almejando a cada dia criar novas necessidades.

O papel do consumo se evidencia como forma de representar o lugar que os indivíduos ocupam na sociedade, representando seus hábitos, seu modo de vida, enfim, representando pertencimento. O consumo representa hoje a forma como o indivíduo interage com a sociedade, através de um campo de significados que ele representa. O consumo produz distinções entre classes e também identidade e individualizações e constantemente é alçado ao papel de indicador de cidadania, de inclusão social, qualidade de vida ou principalmente de felicidade. Como facilitador desse processo, no Brasil, a instauração da agenda neoliberal proporcionou fomento e estímulo à contratação de crédito, embutindo um novo significado social a essa negociação.

Indissociável da sociedade de consumo, a facilidade para a contratação do crédito e a vulnerabilidade econômica das famílias brasileiras constituem causa e efeito. Entende-se a vulnerabilidade econômica sob a ótica do endividamento e do superendividamento; este último definido como a incapacidade do indivíduo, diante de tantas dívidas, de suprir as necessidades básicas necessárias a sua reprodução. E, ainda, o superendividamento indica o endividamento superior ao normal daquele possível de ser suportado pelo orçamento mensal dos consumidores (AMORIM,

2010). O indivíduo não consegue arcar com as despesas de consumo atuais e nem as futuras. Esse fenômeno possui consequências sociais que acarretam em queda no padrão de vida, levando o indivíduo à situação de vulnerabilidade social.

Nesse cenário, fruto das condições impostas pela “globalização” financeira, é que se apresentam as novas determinações da questão social. Observa-se a desestabilização dos estáveis contribuindo para aumentar a vulnerabilidade social, fruto da reestruturação internacional do capitalismo nas últimas décadas (PASTORINI, 2010). Sobre o debate acerca da questão social na contemporaneidade Netto (2006) e Pastorini (2010), fundamentados em Marx, fornecem os subsídios necessários para a compreensão da definição referenciada neste estudo. Refuta-se a idéia de nova questão social, pois a “antiga” questão social não foi superada, ela ainda é, conforme analisou Marx, a expressão da relação capital/trabalho – a exploração. Contudo, são novas as suas expressões no contexto neoliberal, manifestando-se na vida cotidiana dos sujeitos.

A partir do que foi citado, salienta-se que o estudo realizado se apresenta da seguinte forma: além desta introdução, que procura situar o leitor acerca da temática investigada sob a perspectiva do pesquisador, o trabalho foi subdividido como segue.

No segundo capítulo, fundamentou-se a escolha do método e a opção pelo método dialético-crítico, tendo em vista que a intencionalidade desta pesquisa é contribuir para a transformação social e não somente para compreensão dos fatos. Estes, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas, crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra (NETTO, 2006).

Para tal, foi necessário justificar-se nas categorias do método: historicidade, totalidade, mediação, contradição e trabalho. Com o intuito de alcançar os objetivos da pesquisa, foram escolhidas as técnicas de entrevista e análise documental; foram realizadas 10 entrevistas estruturadas, com usuários do Serviço Social da GUARNAE-PA. Utilizou-se como instrumento de pesquisa o formulário. Para análise dos dados, as técnicas escolhidas foram a análise de conteúdo e a triangulação dos dados.

O terceiro capítulo versa sobre a contextualização da Instituição na qual a pesquisa está sendo realizada, tendo em vista sua especificidade, seu caráter contraditório e que sua realidade institucional e sua estrutura não têm ampla divulgação na sociedade. Procurou-se evidenciar que as Forças Armadas não estão à parte da estrutura da sociedade, contudo não se ignora que neste espaço são constituídas relações sociais próprias deste contexto. Ademais, entende-se que antes de analisar os resultados, e até para compreender o desenvolvimento deste estudo, foi preciso trazer elementos que pudessem subsidiar a compreensão desse espaço sócio-ocupacional.

Para refletir sobre a atuação do Serviço Social na Força Aérea Brasileira e o trabalho desenvolvido pelas Assistentes Sociais, na Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre (GUARNAE-PA), fez-se necessário expor as diretrizes e a legislação pertinente que norteiam esta atuação no âmbito da Aeronáutica e que possibilitam o atendimento da sua demanda, conforme vislumbra o Projeto Ético-Político desta categoria, bem como constitui Recurso da Assistência Social (RAS). O destaque das ações que estão sendo desenvolvidas na referida Guarnição teve o objetivo de apresentar o trabalho nesse contexto. A partir dessas reflexões pretendeu-se contribuir com o avanço, no que se refere à legislação, apontando os possíveis óbices para a prática profissional.

No quarto capítulo, apresenta-se o eixo teórico do trabalho, revela-se que o momento para a pesquisa é oportuno e são apresentadas as transformações ocorridas na sociedade, a partir do referencial neoliberal que norteia a política econômica mundial, bem como suas contradições e suas consequências, que são os elementos centrais neste estudo. Além de se apropriar dos conceitos de Harvey e Marx, procurou-se um diálogo com os autores do Serviço Social que se relacionam com esta temática, como: Yamamoto, Martinelli, Netto e outros autores como Bauman, Baudrillard, Slater, Santos e Lipovetsky, que possuem produções científicas acerca do tema do consumo.

No referido capítulo, abordaram-se os elementos centrais que caracterizam a sociedade de consumo, tais como: as transformações na cultura e cidadania; a cultura de massa; a promessa de felicidade; a mídia como difusor da cultura de massa; a alienação e o fetichismo da mercadoria. Também se apresentou a

vulnerabilidade econômica das famílias brasileiras, através de pesquisas realizadas por Institutos e Órgãos interessados em estudar esse fenômeno.

No quinto e último capítulo são apresentados os resultados da pesquisa de campo e sua análise, expondo quem são os usuários das ações sociais do Comando da Aeronáutica (COMAER), como se compõe a família dos militares e dos servidores civis e de que forma as expressões da questão social se manifestam neste espaço, relacionando-as com as questões de vulnerabilidade econômica. Através da análise das falas dos sujeitos foi possível imergir num universo de percepções acerca da temática do consumo e suas transformações no cotidiano dos indivíduos. Identificou-se, através da concepção dos sujeitos, as consequências sociais que estão atreladas a esta transformação.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A ESCOLHA DO MÉTODO EM MARX

No sentido de orientar a rota investigativa desta pesquisa, foi escolhido como norteador o referencial epistemológico dialético-crítico, o qual busca conhecer o processo do fenômeno não só em sua ocorrência atual, mas em sua essência para descobrir suas relações e seu desenrolar histórico. A dialética reconhece a emergência do novo na realidade humana, não cristalizando os conceitos já modificados, entendendo a realidade em movimento, em transformação. É, pois, o modo de pensar as contradições da realidade e o modo de compreender a realidade como essencialmente contraditória (KONDER, 1990). Assim, a ação na dialética tem a intenção de modificar, de transformar a realidade a ser investigada.

No enfoque Marxista tem que se ter claro que diferentes tipos de teoria podem orientar a atividade do investigador, todas elas, porém, serão baseadas na pesquisa social, no materialismo histórico (TRIVIÑOS, 1987).

O materialismo histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida em sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. O materialismo histórico significou uma mudança fundamental na interpretação dos fenômenos sociais que, até o nascimento do marxismo, se apoiava em concepções idealistas da sociedade humana. (TRIVIÑOS, 1987, p. 51)

No método de pesquisa de Marx “os fatos são a cada abordagem apresentados como produto das relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas” (NETTO, 2006).

É um método, portanto, que, em aproximações sucessivas ao real, agarra a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas. Um método que não se forja independentemente do objeto que se pesquisa – o método é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode reproduzir intelectualmente o processo do objeto investigado. (NETTO, 2006, p. 31)

No caso da sociedade de consumo e as situações de vulnerabilidade econômicas, estudos anteriores revelam sobre outras perspectivas como, por exemplo, econômicas e jurídicas e a influência da política consumista no Brasil. Contudo, neste estudo, busca-se um enfoque mais amplo a partir das situações

vivenciadas pelos sujeitos da pesquisa, procurando a aproximação e compreensão, à luz das categorias do método dialético-crítico: historicidade, totalidade, mediação, contradição e trabalho. Ressalta-se que tais categorias só podem ser compreendidas se analisadas a partir da interligação das mesmas e não de forma isolada.

A primeira, historicidade, é essencial para o estudo dos fenômenos sociais, privilegiando o conhecimento da história a partir de fatos significativos; estes fenômenos não são estáticos, estão em movimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento (PRATES, 2005).

Quanto à categoria totalidade é necessário não só pensá-la como a reunião de todas as partes, como um todo dado, sem movimento, pois esta se apresenta em movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem (PRATES, 2005). É preciso compreender a totalidade como um conceito dinâmico, que reflete as mediações e transformações abrangentes, mas historicamente mutáveis da realidade objetiva (BOTTOMORE, 2001). Assim, segundo a dialética marxista,

Para trabalharmos dialeticamente com o conceito de totalidade, é muito importante sabermos qual é o nível de totalização exigido pelo conjunto de problemas com que estamos nos deparando; e é muito importante, também, nunca esquecermos que a totalidade é apenas um *momento* de um processo de totalização (que conforme já advertimos, nunca alcança uma etapa definitiva e acabada). (KONDER, 1990, p.39)

A categoria contradição, que emerge nas obras de Marx quando o mesmo apresenta o desvendamento das relações que constituem o capitalismo, faz-se relevante, pois, conforme Prates (2005), a contradição dialética, além de uma relação de exclusão, é uma inclusão plena concreta dos contrários; assim sendo, uma negação inclusiva, ressaltando que os contrários em luta e movimento buscam a superação desta categoria, superando-se a si próprios. É, pois, através da contradição que se reconhece o movimento pelo qual os seres existem (KONDER, 1990). Assim como a contradição, a mediação é indispensável neste processo de decifrar a realidade, possibilitando penetrar na essência dos fenômenos e ultrapassar as “barreiras” do imediato e da aparência – é compreender o

conhecimento através da perspectiva de Marx como um processo e não um ato. (KONDER, 1990).

Por fim, enfoca-se a categoria trabalho como aquela que impulsiona o desenvolvimento humano e onde ele produz a si mesmo. Esta categoria é central na obra marxiana, a qual compreende que a história humana é a história do trabalho. O trabalho é o núcleo a partir do qual podem ser compreendidas as formas complicadas da atividade criadora do sujeito humano (KONDER, 1990). E, mais, segundo o legado marxiano, o trabalho é a categoria fundamental de distinção entre os homens e os animais, pressupondo o trabalho como uma forma que pertence exclusivamente ao homem.

Disto isso, para compreender-se de que forma se constitui a sociedade de consumo, a qual se expressa hoje na sociedade e relacioná-la com as situações de vulnerabilidade econômica, que se apresentam enquanto expressões da questão social contemporânea e objeto de intervenção do Serviço Social, faz-se mister analisá-las a partir das categorias presentes na realidade. Para tal, da fase exploratória deste estudo emergiram categorias que, através de seus conceitos, auxiliarão no desvendamento da essência dessa relação que se apresenta enquanto fenômeno. Assim, perpassam por esse estudo também as seguintes analíticas da realidade: Questão Social, Sociedade de Consumo e Vulnerabilidade Econômica, que serão debatidas e analisadas posteriormente.

2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DA PESQUISA, TEMA, QUESTÕES NORTEADORAS E OBJETIVOS

A escolha do tema desta pesquisa – Sociedade de Consumo e Vulnerabilidade Econômica – vai ao encontro das demandas emergentes ao Serviço Social no cenário contemporâneo. Sua relevância e originalidade partem da intenção de abordar este tema sob um novo enfoque, apresentando e investigando questões e inquietações suscitadas pela ação profissional cotidiana da mestrandia.

Alia-se a este o fato de que atualmente o país encontra-se no posto de 6ª maior economia do mundo, o que colaborou para esse crescimento, entre outros, o estímulo ao consumo interno, a facilitação da contratação de crédito e as políticas

sociais de transferência de renda, a exemplo, o Bolsa-Família. Contudo, a desigualdade social no país ainda é um fator alarmante, nesse quesito o país ocupa a posição de 4º lugar e mesmo com a redução do índice, atualmente 0,5190¹, o país ainda está entre os 12 países mais desiguais do mundo.

Diante deste cenário, esta pesquisa propõe como tema central investigar de que forma a sociedade de consumo contribui para a vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social, da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, no âmbito do V Comando Aéreo Regional. Pretende-se também, através deste estudo, apresentar brevemente os limites e possibilidades do trabalho desenvolvido pelo Assistente Social em uma Instituição Militar, nesse caso no COMAER.

Nesse sentido, para a compreensão do delineamento da pesquisa e o caminho investigativo a ser percorrido, faz-se necessário expor as questões norteadoras que direcionaram para o atendimento dos objetivos estipulados, conforme a seguir:

- ✓ Como a situação de vulnerabilidade econômica se apresenta enquanto demanda para o Serviço Social da GUARNAE-PA?
- ✓ Como as transformações no mundo do consumo influenciam nas situações de vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social?
- ✓ Quais são as características sociodemográficas dos usuários em situação de vulnerabilidade econômica, atendidos pelo Serviço Social da GUARNAE-PA?
- ✓ Como a estrutura do Sistema de Assistência Social do COMAER viabiliza ao Serviço Social da GUARNAE-PA o enfrentamento das situações decorrentes da vulnerabilidade econômica dos seus usuários?

Dessa forma, o objetivo geral e os objetivos específicos são configurados conforme o quadro abaixo:

¹ O índice de GINI é uma taxa medida entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade do país. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/desigualdade-social-cai-pelo-12-ano-consecutivo-diz-fgv-4246915#ixzz2ARIORK3m>.

OBJETIVO GERAL
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar de que forma a sociedade de consumo tem contribuído para a vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social, da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, no âmbito do V Comando Aéreo Regional, objetivando contribuir para o desenvolvimento de ações educativas que possibilitem a reflexão sobre a temática do consumo.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Investigar como a situação de vulnerabilidade econômica dos sujeitos se apresenta enquanto demanda para o Serviço Social da GUARNAE-PA; • Identificar como as transformações no mundo do consumo influenciam nas situações de vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social? • Identificar quais são as características sociodemográficas (gênero, idade, renda, vínculo institucional) dos usuários em situação de vulnerabilidade econômica atendidos pelo Serviço Social; • Verificar se a estrutura do Sistema de Assistência Social do COMAER viabiliza, ao Serviço Social da GUARNAE-PA, o enfrentamento das situações decorrentes da vulnerabilidade econômica dos seus usuários;

Quadro1 – Objetivos da pesquisa
 Fonte: Souza (2011)

Através dos objetivos supracitados pretende-se responder ao problema da pesquisa, qual seja: *“De que forma a sociedade de consumo tem contribuído para a vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, no âmbito do V Comando Aéreo Regional?”* Para tal, faz-se necessário expor a metodologia escolhida, bem como os instrumentos de coleta e análise de dados.

2.2 O DELINEAMENTO DA PESQUISA

Acredita-se, conforme Minayo (2006), que a pesquisa é atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É essencial na produção de novos conhecimentos, para responder aos problemas da vida prática e tem como papel vincular o pensamento à ação. Portanto, para a pesquisa “nada pode ser

intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2006, p.17)

A pesquisa no Serviço Social vem se consolidando ao longo dos anos. Desde o final dos anos 80, houve uma expansão da produção do conhecimento na área, expandindo, inclusive, as produções bibliográficas para outros países da América Latina. A importância da pesquisa para o Serviço Social pode ser assim expressa,

[...] a pesquisa garante o estatuto de maioria intelectual para a profissão: além de possibilitar aos seus protagonistas uma contribuição efetiva às diversas áreas do conhecimento, permite conectarmos-nos (através de múltiplas mediações) às demandas da classe trabalhadora – pré-condição para a construção de novas legitimidades profissionais. (GUERRA, 2009, p.701)

E, mais, o caráter interventivo da profissão exige que a atitude investigativa seja parte constitutiva do exercício profissional. Considerando a profissão no contexto da reprodução capitalista, conhecer a essência dos fenômenos sociais é pressuposto para aquele profissional que pretende contribuir para transformação social, tendo em vista que a sociedade é dinâmica. De fato, o “mergulho na realidade social” (IAMAMOTO, 1998), é necessário e inerente à atuação profissional.

[...] o serviço social configura uma intervenção sobre as questões que decorrem das relações sociais, portanto, a pesquisa científica que realiza tem por objetivo reunir conhecimentos relativos a essas questões, como elas se expressam, como vão se construindo na história, e também relacionados aos modos de agir sobre elas. (BAPTISTA, 2006, p.17)

Assim, para percorrer o caminho da pesquisa, optou-se pela utilização das abordagens qualitativa e quantitativa, com ênfase na primeira. Compreende-se que não há dicotomia entre as duas abordagens, e que muito menos elas se opõem – as abordagens interagem e se complementam. Entende-se que, quando se fala de processos sociais, cada abordagem tem o seu papel, o seu lugar. No entanto, à luz da definição de Martinelli (1999), a pesquisa quantitativa é insuficiente para trazer as concepções dos sujeitos e não equipa para trabalhar com o real movimento na plenitude que se busca; contudo, os dados numéricos em si nos instrumentalizam. Assim, utilizando-se do conceito de Bardin (1977), através da análise quantitativa, pretende-se analisar a frequência de aparição de certos elementos da mensagem.

O método qualitativo vem atender a necessidade de trabalhar com questões subjetivas específicas, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificada; trabalha com um universo de significados, aspirações, valores, virtudes e atitudes. A respeito deste método, Minayo (1994, p. 15) destaca: “o qualitativo seria o lugar da intuição, da exploração e do subjetivismo”. Compreende-se que não há quantificação sem qualificação.

A categorização dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria. (GASKELL; ALLUM, 2002, p.24)

A pesquisa qualitativa na dialética procura captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Assinala-se que este tipo de pesquisa busca, porém, as causas da existência dele, procurando explicar “sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana” (TRIVIÑOS, 1987, p.129). Tal pesquisa valoriza o processo tanto quanto os resultados da pesquisa; é por este motivo que, neste estudo, na tentativa de capturar a realidade de forma integral, será utilizada a técnica de triangulação para a coleta de dados.

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos. (TRIVIÑOS, 1987, p. 138)

De acordo com o conceito de Triviños (1987, p. 139), são três os movimentos fundamentais para a técnica da triangulação na coleta de dados: “Processos e produtos elaborados pelo pesquisador”, ou seja, análise dos sujeitos; “Elementos produzidos pelo meio”, representados através da análise dos documentos (leis, regulamentos, instrumentos oficiais); “Processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito”, ou seja, refere-se à análise do contexto (relações de poder, conflitos, oposições, luta de classes, etc.)

Salienta-se, para fundamentar esse estudo, a importância da visualização do social como processo e não como estrutura; e da teoria como construção histórica e não como verdade absoluta (MARTINELLI, 1999).

2.3 AS FASES DA COLETA DE DADOS

A fim de alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa foi realizada em três fases. A primeira consistiu, ainda durante a fase de planejamento da pesquisa, na realização de um levantamento referente aos atendimentos sociais realizados e os benefícios sociais fornecidos no ano de 2010, conforme quadro 3, p. 84, através de análise documental. Tal análise contribuiu para dar visibilidade à demanda da instituição e possibilitou a delimitação dos critérios para a escolha dos sujeitos da pesquisa. Sobre essa fase, ressalta-se também a importância da análise dos documentos institucionais, a fim de identificar os limites e as possibilidades da atuação do Serviço Social frente às demandas apresentadas. Compreende-se que antes de iniciar qualquer pesquisa de campo, o primeiro passo é a análise minuciosa de todas as fontes documentais que sirvam de suporte à investigação projetada (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Nesse sentido, o universo da pesquisa contempla 400 usuários, que foram atendidos pelo Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, no âmbito do V Comando Aéreo Regional, no ano de 2010; sendo realizada uma amostra, não probabilística intencional, composta por 10 usuários que estiveram inclusos no universo da pesquisa. Destaca-se que neste tipo de pesquisa, o interesse do pesquisador está na opinião (ação, intenção, etc.) de determinados elementos da população, mas não representativos dela (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Foram considerados como critério de inclusão:

- ✓ os sujeitos que foram atendidos no ano de 2010;
- ✓ os sujeitos que foram atendidos em decorrência da situação de vulnerabilidade econômica; e
- ✓ os sujeitos que estivessem com a partir de 30 % da renda líquida comprometida.

Ressalta-se que os 10 usuários foram escolhidos a partir do levantamento dos atendimentos realizados e benefícios sociais fornecidos em 2010, quadro 3 (p. 84), e a partir dos critérios de inclusão. E, que visando garantir o anonimato dos sujeitos entrevistados, os mesmos serão identificados através da letra U, referindo-se a Usuário, seguido do número do instrumento de pesquisa. A seguir, o quadro referente aos usuários que serão entrevistados.

Graduação	Quantidade
Soldados de 2ª classe – S2	02
Soldados de 1ª classe – S1	01
Taifeiro –TF	01
Cabo – CB	02
Sargento – Sgt	01
Suboficial – SO	01
Pensionistas – PE	01
Civis – CV	01

Quadro 2– Sujeitos da pesquisa
Fonte: Souza (2011)

Na segunda fase foram traçadas as características sociodemográficas dos usuários do Serviço Social. Para tal, foi realizado um levantamento por meio da análise documental dos 400 prontuários. O perfil foi construído através de variáveis tais como: categoria funcional, sexo, faixa etária, estado civil, famílias em que o usuário é o único provedor do lar, famílias em que o companheiro(a)/esposa(o) não desenvolve atividade remunerada, número de dependentes, renda familiar líquida e percentual de endividamento das famílias. Através deste levantamento, foi possível identificar quem são os trabalhadores da instituição que procuram o Serviço Social e, posteriormente, são apresentadas suas demandas.

Na terceira fase, foi utilizada a técnica de entrevista, estruturada e padronizada, por meio de um formulário, tendo em vista que, segundo Marconi e Lakatos (2010), o objetivo deste tipo de entrevista é obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas.

As entrevistas mais estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas, ao passo que as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação (GIL, 2008, p. 111).

Destaca-se que as respostas foram registradas durante a entrevista, através do uso do gravador, pois, segundo Gil (2008), a gravação é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista. Contudo, sobre o uso do gravador, o autor ressalta a importância de ser utilizado com o consentimento do entrevistado, pois o uso disfarçado do mesmo constitui infração ética injustificável.

2.4 A ETAPA DE ANÁLISE DOS DADOS

No que se refere à análise dos dados, a técnica utilizada é a análise de conteúdo. O referencial escolhido é o de Laurence Bardin, o qual conceitua que a análise de conteúdo desenvolve-se em três fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos dados, inferência e interpretação (BARDIN, 1977).

Segundo a autora, a técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas, a partir de critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir uma certa ordem na confusão inicial. Assim, a escolha desta técnica baseia-se também na compreensão da afirmação de Bardin sobre a análise qualitativa.

Podemos dizer, também de forma geral, que recomendamos o emprego deste método porque, como diz Bardin, ele se presta para o estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências” e, acrescentamos nós, para o desvendar das ideologias que podem existir nos dispositivos legais, princípios, diretrizes etc., que à simples vista, não se apresentam com a devida clareza. Por outro lado, o método de análise de conteúdo, em alguns casos, pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade, como o é, por exemplo, o método dialético. (TRIVIÑOS, 1987, p. 160)

Sendo assim, ressalta-se que na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica, de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem, que é tomada em consideração (BARDIN, 1977). Entende-se que esta técnica de análise de dados propiciará o melhor resultado para o estudo do fenômeno em questão, tendo em

vista que permite ao pesquisador conhecer o que não se mostra aparente nas palavras sobre as quais se debruça, contribuindo para a apreensão da realidade social em sua totalidade.

2.5 A ÉTICA NA PESQUISA

A pesquisa foi encaminhada para o Comando da instituição para obtenção da carta de conhecimento e autorização para realização da mesma (ANEXO A). Os entrevistados receberam um termo de consentimento informado livre e esclarecido e as informações foram desidentificadas (APÊNDICE A). Este estudo está de acordo com as normas da resolução do CONEP/96, em relação aos aspectos éticos; tem a aprovação da Comissão Científica da Unidade acadêmica e também do Comitê de Ética em Pesquisa, conforme o Parecer 129.270 (ANEXOS B e C).

Destaca-se, ainda, que os resultados desta pesquisa serão devolvidos aos usuários através de reuniões informativas, nas quais serão apresentados os dados e as análises desenvolvidas, pois, de acordo com o artigo 5º do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, é dever do profissional “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento dos seus interesses” (BRASIL, 1997, p. 23).

A ética perpassa por toda a pesquisa, no cuidado com o tratamento dos dados de realidade; no respeito às fontes de conhecimento que utiliza para a pesquisa, na postura ética diante do produto final e da sua utilização social, finalidade de toda pesquisa que busca – de alguma forma – intervir em uma dada realidade social. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 102)

Ainda sobre os resultados da pesquisa, com relação aos gestores, pretende-se apresentar as análises através de um relatório de pesquisa, que será encaminhado à Subdiretoria de Encargos Especiais – SDEE, órgão ao qual a Divisão de Serviço Social está subordinada, objetivando contribuir na proposição de ações que possam atender a demanda dos usuários do Serviço Social da GUARNAE-PA.

3 A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL E O SERVIÇO SOCIAL NO COMAER: NO CENÁRIO DE AJUSTES, CONTRADIÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

Para fins deste estudo, pretende-se uma breve contextualização da Instituição na qual foi realizada a pesquisa, apresentando suas especificidades e seu papel perante o Estado democrático. Não será objeto de análise a ditadura militar, bem como o caráter de opressão e violência que dominou a sociedade, no período de 1964 a 1985, tendo em vista que este não é o foco da pesquisa.

Segundo, Carvalho (2006), paira na comunidade acadêmica uma rejeição aos estudos militares, pois estes ainda são associados aos governos ditatoriais. No entanto, diante do cenário internacional e da modernização das Forças Armadas, após este período, faz-se necessário estudos que permitam entender qual é de fato o papel destas Instituições. Atualmente, é objeto de debate na sociedade se o papel de polícia deve ser demandado às Forças Armadas, entretanto, o papel social é consenso e constantemente são chamadas a intervir em situações de desastres e calamidades públicas, bem como realizar Ações Cívico-Sociais (ACISO) e Missões Humanitárias.

Dessa forma, consoante ao texto Constitucional, Art. 142 (BRASIL, 1988), as Forças Armadas são Instituições Nacionais Permanentes e Regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina. Seu papel consiste em atuar na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Destaca-se que seus interesses devem convergir com os do Estado e da sociedade em geral.

As Forças Armadas são constituídas pelo Comando da Marinha, Exército e Aeronáutica. Desde junho de 1999, estão sob a direção do Ministério da Defesa, órgão do Governo Federal, o qual tem como atribuição o estabelecimento de políticas ligadas à Defesa e à Segurança do País, além da implementação da Estratégia Nacional de Defesa, em vigor desde dezembro de 2008.

Os membros das Forças Armadas são denominados militares e, de acordo com a Constituição, a estes trabalhadores são proibidas a sindicalização e a greve bem como a filiação a partidos políticos (BRASIL, 1988). Segundo Barisch (2006), o

impedimento de sindicalização e de participação em greve decorre dos princípios da hierarquia e disciplina e fundamenta-se na concepção de que o militar jamais deve contrapor-se à Instituição a que pertence e ao próprio Estado, devendo-lhes fidelidade irrestrita. Assim, esses trabalhadores são impossibilitados de se mobilizar coletivamente, tanto para atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político.

Com relação à situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas o documento regulador é o Estatuto dos Militares. Evidencia-se que tal documento não rege a conduta do militar apenas no trabalho e sim na sua vida, pois ser militar é acatar os preceitos que regem a vida militar. Como exemplo, ressalta-se o Art. 14, § 3º do Estatuto, que versa sobre o fato de que a disciplina e a hierarquia devem ser mantidas em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada (equivale aos aposentados) e reformados.

A profissão militar exige muito mais que o cumprimento de sua carga horária de trabalho semanal, sendo, de acordo com o Estatuto dos Militares, manifestações essenciais do valor militar: o patriotismo, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever militar e pelo solene juramento de fidelidade à Pátria, até com o sacrifício da própria vida; o civismo e o culto as tradições históricas; a fé na missão elevada das Forças Armadas; o espírito de corpo, orgulho do militar pela organização onde serve; o amor à profissão das armas e o entusiasmo com que é exercida; e o aprimoramento técnico-profissional. Sobre o aspecto diferenciado da vida militar, Barisch (2006) ressalta que:

Ao ingressar nas Forças Armadas, o militar passa a obedecer a muitas normas disciplinares e princípios hierárquicos, que condicionam sua vida pessoal e profissional. Ao longo da sua carreira, convive de perto com o risco. Seja nos treinamentos, na sua vida diária ou numa atividade bélica, a possibilidade iminente de um dano físico ou da morte é uma característica permanente da sua profissão. O exercício da atividade militar, por sua natureza, exige o comprometimento da própria vida. Dedicar-se às atividades militares durante vinte e quatro horas por dia, não podendo ter outra atividade profissional que possa aumentar a renda familiar. (...) (BARISH, 2006, p.23)

Por todo exposto, procurou-se apresentar elementos que pudessem trazer subsídios para o entendimento das especificidades da vida militar e, posteriormente,

compreender como se configura a intervenção do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional.

3.1 O COMANDO DA AERONÁUTICA

O Comando da Aeronáutica tem como missão constitucional defender a Pátria; garantir os poderes constitucionais e garantir a lei e a ordem, por iniciativa de qualquer dos poderes constitucionais, conforme mencionado anteriormente. Sua atribuição subsidiária geral consiste em cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, na forma determinada pelo Presidente da República. Suas ações estão direcionadas para manter a soberania do espaço aéreo nacional, com vistas à defesa da pátria.

Os valores da Instituição estão descritos na Política Militar Aeronáutica e no Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, aqueles representam a forma como a Instituição pauta suas ações e balizam a condução das suas atividades. São eles: Hierarquia e Disciplina, Valorização do Homem, Profissionalismo, Coragem, Lealdade, Honra, Dever, Patriotismo, Liderança, Prontidão, Ética e Civismo.

Sobre estes princípios e valores institucionais, no que tange à Valorização do Homem, a instituição afirma que os ideais de liberdade e de dignidade da pessoa humana são os fatores que manterão o seu desenvolvimento enquanto instituição. Esses ideais estão em consonância com os direitos fundamentais, afiançados na Constituição de 1988, e demonstram a contradição presente neste espaço onde coadunam com tais ideais a hierarquia e a disciplina.

Para garantir o seu objetivo constitucional de defesa do espaço aéreo e mais as atribuições determinadas em Lei Complementar, como prover a segurança da navegação aérea e operar o Correio Aéreo Nacional (CAN), a Força Aérea Brasileira conta com um efetivo formado por militares e civis. Seu efetivo² corresponde a 77.454 pessoas, dentre estes 70.907 são militares e 6.547 servidores civis. Os militares são divididos hierarquicamente, o que significa que dentro da instituição há uma ordenação da autoridade. No entanto, no Art.35, do Estatuto Militar, fica claro

² Dados extraídos do Portal da Força Aérea Brasileira.

que a subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do militar. Dentro deste círculo hierárquico, que será apresentado posteriormente, é importante ressaltar que, segundo o referido documento, Art. 41: cabe ao militar a responsabilidade integral pelas decisões que tomar, pelas ordens que emitir e pelos atos que praticar.

No sentido de melhor compreender como se estrutura essa divisão hierárquica, apresentam-se os postos (oficiais) e graduações (praças), previstos no Estatuto dos Militares.

- ✓ Oficiais Gerais: Tenente Brigadeiro, Major Brigadeiro e Brigadeiro
- ✓ Oficiais Superiores: Coronel, Tenente-Coronel e Major
- ✓ Oficial Intermediário: Capitão
- ✓ Oficiais Subalternos: 1º Tenente e 2º Tenente
- ✓ Aspirante à Oficial
- ✓ Graduados: Suboficiais, 1º Sargento e 3º Sargento
- ✓ Praça: Cabos e Soldados.

Nesse contexto, o Estatuto dos Militares prevê que os oficiais são preparados, ao longo da carreira, para o exercício de funções de comando, de chefia e de direção e os graduados auxiliam ou complementam as atividades dos oficiais. Os Cabos, Taifeiros-Mores, Soldados de primeira classe e Taifeiros de segunda classe são essencialmente preparados para execução.

3.2 O V COMANDO AÉREO REGIONAL

O V Comando Aéreo Regional (V COMAR) foi assim denominado em 1973, pelo Decreto Lei nº 73.151, de 12 de novembro; através deste documento as Zonas Aéreas passam a ser denominadas Comando Aéreo Regional. Assim, em substituição ao Comando da Quinta Zona Aérea, é ativado o Quinto Comando Aéreo Regional.

Desde então o V Comando Aéreo Regional (V COMAR) é a organização do Comando da Aeronáutica nos três estados da Região Sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná e tem por finalidade: coordenar, controlar e executar, no que couberem, as atividades administrativas e logísticas, necessárias ao funcionamento das organizações militares subordinadas ou eventualmente desdobradas, bem como de outras organizações militares sediadas em sua área de jurisdição. Assim sendo, estão entre suas atribuições: realizar as ações de segurança interna de sua competência; exercer a representação ministerial; e solucionar ou dar adequado encaminhamento aos assuntos de competência da Aeronáutica na região sob sua responsabilidade.

Suas organizações militares subordinadas são: Base Aérea de Florianópolis (BAFL), Base Aérea de Santa Maria (BASM), Base Aérea de Canoas (BACO), 5º Esquadrão de Transporte Aéreo (ETA), Batalhão de Infantaria de Canoas (BINFAE-CO) e Prefeitura de Aeronáutica de Canoas (PACO). E suas organizações militares jurisdicionadas são: Hospital de Aeronáutica de Canoas (HACO), Serviço Regional de Prevenção e Investigação Aérea (SERIPA) e Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA II). Por todo exposto, considera-se que, mesmo de maneira breve, procurou-se apresentar o contexto no qual está pesquisa está sendo desenvolvida.

3.3 O SERVIÇO SOCIAL NO COMAER

O Serviço Social se institucionaliza como profissão na década de 30, do século XX, no Brasil, num contexto histórico onde o desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e da implementação de políticas (IAMAMOTO, 2001). Desde então, o Serviço Social vem se reconfigurando, amadurecendo e sua atuação de caráter disciplinador das massas hoje vislumbra a efetivação de direitos.

A década de 40 teve destaque no que tange ao surgimento de Instituições Assistenciais, a saber: Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

(SENAC); Serviço Social do Comércio (SESC) e a Fundação Leão XIII. Essas Instituições representaram a constituição dos espaços ocupacionais para a atuação do Serviço Social, conferindo legitimidade pelo Estado. Nesse contexto, o universo teórico do Serviço Social era balizado pelo pensamento conservador europeu, franco-belga, nos seus primórdios, e pela sociologia conservadora norte-americana, a partir dos anos 40 (IAMAMOTO, 2000).

No final da década seguinte, as primeiras manifestações em busca da ruptura com o conservadorismo profissional fazem eco no meio profissional, questionam o *status quo* e contestam a prática institucional vigente.

Diante do clima repressivo e autoritário, fruto das mudanças políticas da década de 60, os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional. A tecnificação eufemiza o paternalismo autoritário presente na ação profissional e desenvolve métodos de imposição mais sutis que preconizam a 'participação' do 'cliente' nas decisões que lhe dizem respeito. (IAMAMOTO, 2000, p. 33)

É nesse contexto, 1959, que ingressam nas fileiras da Força Aérea Brasileira as primeiras assistentes sociais. Ressalta-se que o ingresso ocorreu através das servidoras civis, pois, diante de uma profissão eminentemente feminina, a presença de mulheres militares nas Forças Armadas ainda estava fora dos padrões conservadores da época. Inicialmente, esta inserção ocorreu na área da Saúde, conforme Zacaron (2011):

O Serviço Social no COMAER foi implantado em 1959, no Hospital Central de Aeronáutica (HCA), na modalidade de Serviço Social Médico, tendo como protagonista a assistente social Ada Nolding Grafrée, primeira profissional da instituição, formada pela Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro. (ZACARON, 2011, p. 52)

Na década de 70, o movimento ganhou corpo e expressão e ficou conhecido como o Movimento de Reconceituação. As mudanças, a partir desta década, convergem para a construção de um projeto profissional comprometido com o interesse das classes trabalhadoras. O III CBAS, conhecido como Congresso da Virada, o qual ocorreu em 1979, na cidade de São Paulo, as lutas tensionadas pelos rumos do neoliberalismo formaram um fundo histórico para a transição de um

Serviço Social renovado. Diante deste cenário, solidificam-se as bases de um Projeto Ético-Político que não se conforma com o voluntarismo nem com o fatalismo histórico e persiste no compromisso ético de luta democrática e popular.

Na década de 80, após abertura e redemocratização do país, verifica-se um notável avanço no âmbito dos direitos sociais, através da introdução do conceito de Seguridade Social. Diante das mudanças na conjuntura política e econômica do país, assiste-se ao ingresso de assistentes sociais militares que iriam compor a primeira turma do Quadro Feminino de Oficiais (QFO), na especialidade de Serviço Social. A atuação profissional era pautada na matriz teórica clássica Funcionalista e o olhar profissional voltava-se para a visão sistêmica dos fatos, procurando “ajustar” seu “cliente” e intervir nas “disfunções” pessoais ou sociais que deveriam ser tratadas. (ZACARON, 2011)

Na década de 90, as transformações sócio-históricas, advindas da influência das ideias neoliberais, expressaram mudanças nas diversas esferas do ser social capitalista (ALVES, 2011). Tais mudanças rebatem no exercício profissional do Assistente Social e nas Instituições empregadoras. Para melhor compreensão desse contexto faz-se necessário entender como se percebe o conceito de acumulação flexível, engendrado a partir de meados da década de 70.

A acumulação flexível caracteriza-se a partir do confronto direto com a rigidez do fordismo. Aquela se apoiaria na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” e caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”. (HARVEY, 1992, p. 138)

Nesse contexto, o papel do Estado se redefine e, ao invés de um Estado interventor, tem-se um Estado executor da soberania do mercado, que vai propiciar a flexibilidade dos processos de trabalho e o resultado deste processo é a debilitação do mundo do trabalho, instaurando-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas (ALVES, 2011).

Segundo Harvey, os efeitos redistributivos e a desigualdade social crescente têm sido de fato características tão persistentes do neoliberalismo que podem ser considerados estruturais, em relação ao projeto como um todo (HARVEY, 2011).

As Instituições Nacionais (Forças Armadas) também sofreram no que tange à precarização do mundo do trabalho. No caso do Comando da Aeronáutica, houve uma substituição, em 1997, do QFO, quadro de carreira, pelo Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA), quadro cujos vínculos são temporários. Apesar de concursados, os profissionais que ingressam através deste quadro podem permanecer no serviço ativo apenas pelo período máximo de 8 anos.

Sendo assim, ressalta-se que esse hoje é um dos desafios para o exercício profissional no contexto do COMAER, tendo em vista que, diante de um vínculo empregatício frágil e precário, os profissionais buscam no mercado opções que possam lhe assegurar um vínculo estável. Somam-se a isso as especificidades da vida militar, que exigem dedicação exclusiva, impedindo o acúmulo com outros vínculos empregatícios. Este contexto imprime incertezas quanto à continuidade das ações e permanência dos projetos executados pelo Serviço Social no âmbito Institucional.

Para compreensão das atribuições destes profissionais, no âmbito do COMAER, oportuno apresentar sua organização e estrutura neste Comando. O Serviço Social das Organizações Militares (OM) ou os Núcleos de Serviço Social (NUSESO)³ estão vinculados a Divisão de Serviço Social, esta, por sua vez, está subordinada à Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE), que está subordinada à Diretoria de Intendência (DIRINT); a SDEE tem como premissa ações de “Apoio ao Homem”⁴. No que tange às ações sociais no COMAER, estas são reguladas pelas Instruções de Comando (ICA) 163-1/2011 e 161-1/2008, que serão apresentadas e analisadas de acordo com a pertinência ao tema desta pesquisa.

³São estruturas regionais destinadas ao desenvolvimento de Programas e Projetos Sociais voltados para o atendimento individual, coletivo e/ou comunitário de demandas sociais do efetivo do COMAER, conforme Instrução de Comando da Aeronáutica – ICA 163-1.

⁴ Segundo o Comandante da Aeronáutica, Ten. Brig. do Ar Juniti Saito: “Apoio ao Homem – É imperativa a procura incessante de mecanismos que possam atender e cuidar da nossa gente. A mensagem é empregar o melhor de nossas energias e possibilidades, para que os integrantes da Aeronáutica e suas famílias disponham de moradia condizente, recebam efetivo suporte de saúde, desfrutem de boas escolas, trabalhem em adequadas instalações, vivam condignamente e sejam reconhecidos pela dedicação aos rigores da profissão militar, uma carreira de Estado que detém características únicas e especiais.” Disponível em: <http://www.sdee.aer.mil.br/Index.htm>.

Nessa perspectiva, são considerados usuários do Sistema de Assistência Social do COMAER, militares ativos e inativos que contribuam para o Recurso da Assistência Social – RAS e seus dependentes, pensionistas de militares e pensionistas de civis. O efetivo, o qual compreende a atuação do Serviço Social da GUARNAE-PA, é de 6.014 pessoas dentre militares ativos, inativos e servidores civis. Os usuários são oriundos de diversas Organizações Militares – OM, tais como: Hospital de Aeronáutica de Canoas (HACO), Base Aérea de Canoas (BACO) e unidades sediadas, Prefeitura de Aeronáutica de Canoas (PACO), Destacamento de Tráfego e Controle Aéreo de Porto Alegre (DTECEA-PA), Destacamento de Tráfego e Controle Aéreo de Canoas (DTECEA-CO), Quinto Serviço Regional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SERIPA 5) e os militares inativos, servidores civis aposentados e seus dependentes, bem como os pensionistas vinculados ao Serviço Regional de Intendência (SERINT).

3.3.1 Reflexões acerca do Serviço Social no COMAER

Dentre os inúmeros desafios, postos na realidade que instigam o caminhar profissional, afirma-se que é possível desenvolver um trabalho de qualidade, cujo objetivo seja a efetivação dos direitos dos usuários, mesmo em uma Instituição que, apesar dos avanços, possui em seus pilares muitos traços conservadores. Não obstante as limitações são muitas as possibilidades de intervenção quando os profissionais alinham o conhecimento da realidade (instituição/usuários), ao qual estão inseridos, aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social. Assim, entende-se que o primeiro passo é o movimento para conhecer a realidade institucional, no qual incide a intervenção profissional. Pressuposto este essencial para que se proponham estratégias de ações que produzam efeitos na realidade dos usuários.

A atuação do Serviço Social no COMAER tem se configurado de forma a planejar, gerenciar e executar os serviços sociais oferecidos pelo seu requisitante, atuando junto às relações sociais, interpessoais e grupais, articulando novos mecanismos para promover a efetividade das ações assistenciais de que dispõe a Instituição, buscando fomentar a qualidade de vida no trabalho. Suas ações são

destinadas aos usuários que estejam em situação de vulnerabilidade social⁵. Seu papel, enquanto mediador diante das contradições inerentes à sociedade capitalista e da luta de classes, está presente também na instituição e faz parte do seu exercício profissional. Para a execução de suas ações utiliza-se dos instrumentos pertinentes à profissão, tais como: entrevistas, visitas domiciliares, relatórios sociais e pareceres.

As atribuições privativas dos profissionais são respeitadas pela Instituição, contudo o assistente social militar tem atribuições enquanto militar que deve cumprir. Isso significa que fazem parte da sua rotina institucional: as escalas de formaturas, as escalas de serviço armado (24h), as nomeações para presidir sindicâncias, a comissão de funeral e diversas outras comissões administrativas na qual todos os oficiais concorrem. Em algumas Organizações Militares, devido à falta de pessoal, ocorre do profissional chefiar mais de uma seção ou até mesmo ser desviado de função.

Quanto ao cotidiano profissional, a hierarquia e a disciplina não constituem mais barreiras para o exercício profissional, e o posicionamento político a favor da classe trabalhadora se expressa na legislação que norteia a atuação profissional, no âmbito do COMAER. Tal direção é clara, não sugere neutralidade e nem poderia tendo em vista que o Código de Ética, a força motriz indica um rumo ético-político para a profissão e um horizonte para o exercício da mesma.

Assim sendo, diante desse contexto de possibilidades, pensa-se que é possível concretizar na Instituição o Serviço Social que tenha como perspectiva avançar rumo ao processo de ruptura, com os traços conservadores que marcam o passado da profissão. Netto (1999) esclarece que somente profissões de nível superior, regulamentadas por lei, dotadas, portanto, de uma relativa autonomia, podem formular projetos profissionais e o mesmo ressalta que projetos profissionais são projetos coletivos, cujos sujeitos se expressam através de suas entidades representativas. Ou seja, é aquilo que o autor denominou de “autoimagem da

⁵ De acordo com a ICA 163-1, consiste na impossibilidade momentânea ou prolongada de acesso das pessoas a bens e serviços, caracterizados como direitos sociais, comprometendo o exercício efetivo da condição de cidadão, em virtude de um processo de exclusão social que repercute na qualidade de vida. A vulnerabilidade social pode ser cultural, de gênero, de raça e etnia, bem como econômica; o que coloca como centralidade o deslocamento da definição de uma noção de carências sociais para o terreno dos direitos sociais.

profissão” e defende que ocorre a defesa e delimitação de seus objetivos e funções, além da formulação de seus requisitos teóricos, institucionais e práticos para o seu exercício.

Reconhece-se que muitos são os desafios postos à profissão, no sentido de materializar o projeto ético-político do Serviço Social; estes desafios estão postos na sociedade capitalista vigente e permeiam a Instituição, pois a mesma se insere neste contexto.

Tais reflexões pretendem evidenciar que, apesar do passado repressor que marca a imagem da Instituição até os dias atuais, é notório o movimento de abertura para a sociedade. E esse movimento exige mudanças também por parte da categoria, no que se refere ao exercício profissional no âmbito das Forças Armadas. Faz-se necessário inclusive uma revisão acerca do Parecer Jurídico nº13, de 2001, do CFESS, no qual os Conselhos Regionais são desresponsabilizados no que se refere à fiscalização do exercício profissional nessas Instituições e os profissionais isentos de anuidade; sendo proibidos de participar de eleições dos Conselhos tanto como eleitor ou como candidato. Evidencia-se que essa postura colabora para o trabalho invisível desses profissionais, na medida em que não o reconhece enquanto trabalho realizado e não o ampara enquanto trabalhador.

Esse movimento é importante, pois anualmente cresce o ingresso de assistentes sociais no âmbito das Forças Armadas. Atualmente, o COMAER dispõe de 96⁶ assistentes sociais, que estão distribuídas na área da saúde e assistência social. A cada ano, o ingresso de mais profissionais é solicitado pela Instituição, portanto, não cabe, nesse caso, por parte da categoria, ignorar este espaço de trabalho.

Percebe-se, no contexto da Aeronáutica, que os profissionais seguem uma busca permanente pela qualificação. Profissionais que cotidianamente empenham-se em desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir novas propostas de trabalho. Nesse sentido, cabe aos assistentes sociais, através de suas ações, descortinarem o processo capitalista “alienante” e não reproduzi-lo, e, assim, segundo Vasconcelos (2002), realizarem um trabalho consciente que permita a

⁶ Segundo dados da pesquisa realizada por Zacaron (2011).

capacidade de antecipar, de projetar; capacidade que, segundo a autora, não está dada, mas é um fim a alcançar, algo a construir.

Nessa direção, compreende-se como fundamental relacionar a gênese do Serviço Social com a questão social, na medida em que esta se transforma em objeto de intervenção do Estado, através da implementação e execução das Políticas Sociais. Como se percebe:

São as refrações da “questão social”, postas como problemas pontuais (“disfunções”) que afetam o suposto “equilíbrio” do sistema, as que constituem os espaços sobre os quais deve intervir o assistente social, a partir da demanda da classe hegemônica, via Estado e organismos representantes do capital. (MONTAÑO, 2009, p. 61)

Nesse sentido, pontua-se a importância do diálogo com o debate acerca da questão social no cenário contemporâneo, tendo em vista que este se revela como essencial para os profissionais que desejam avançar rumo ao processo de ruptura com o conservadorismo profissional. Assim sendo, buscou-se traçar um panorama da questão social e o debate acerca da sua reconfiguração na contemporaneidade, tendo em vista que, entender como ela se manifesta no espaço **sócio-ocupacional**, é premissa para o estudo que se pretende. Encerra-se nesse estudo a concepção de que as vulnerabilidades econômicas, fruto das transformações advindas do universo do consumo, se manifestam enquanto novas determinações da questão social e, portanto, são objeto de intervenção dos profissionais do Serviço Social.

3.3.2 A questão social no cenário contemporâneo

A expressão “questão social” é datada, segundo Netto (2001), da terceira década do século XIX, emergindo naquele contexto para dar conta do fenômeno do pauperismo. Partindo da análise do referido autor, o qual se utiliza do referencial teórico marxista, “foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”” (NETTO, 2001). Ainda sobre a gênese da questão social tem-se que:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. (IAMAMOTO, 1997, p.77)

Faz-se necessário esclarecer que, segundo Iamamoto (2001), a questão social, historicamente, foi tratada sob o ângulo do poder, visto como ameaça que a luta de classes – em especial, o protagonismo da classe operária – representava à ordem instituída.

Foram às lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (IAMAMOTO, 2001, p.17)

Para falar sobre a questão social na cena contemporânea é preciso entender que, na atual sociedade globalizada, o processo de financeirização da economia indica, conforme Iamamoto (2010), um modo de estruturação da economia mundial. Inerente a esse processo, assistiu-se ao agravamento/adensamento da questão social. Destaca-se que tal adensamento vem sendo objeto de estudo da categoria profissional, pois há, segundo Netto (2010), uma disputa pela sua ressignificação, ou seja, divergências no que tange à forma de como se apresenta tal fenômeno.

É nesse contexto que se desencadeia o debate acerca da “velha” e da “nova” questão social. Nesse estudo, trabalha-se com a noção de questão social essencialmente vinculada à lei geral da acumulação capitalista, portanto, recusa-se a noção de velha questão social e como consequência do processo dialético, a noção de nova questão social. Portanto, percebe-se a questão social contemporânea como aquela que apresenta novas determinações. Nessa perspectiva, Netto (2001) apresenta elementos que contribuem para o debate acerca das novas determinações da questão social.

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira, conservando-se o segundo. (NETTO, 2001, p.45)

Portanto, partindo dessa premissa, entende-se que não há nova questão social, pois a “antiga” questão social não foi superada, ela ainda é, conforme analisou Marx, a expressão da relação capital/trabalho – a exploração. Contudo, atualmente se apresenta dentro de uma proposta neoliberal em que, segundo Netto (1993), é um Estado mínimo para o social e máximo para o capital. No caso do Brasil, foi a partir dos anos noventa que essa proposta ganhou corpo e promoveu a reestruturação das políticas sociais, impossibilitando de se concretizar a cidadania vislumbrada, através da Constituição de 1988; o que se pôde afirmar foi um sopro, um ventilar de Estado de Bem-Estar Social.

Com efeito, a respeito do debate que envolve a questão social contemporânea, como afirma Pastorini (2010), “trata-se de um processo dialético de conservação e superação, de continuidade e renovação”. Assim sendo, a discussão sobre a categoria “questão social” é essencial para os profissionais de Serviço Social que pretendem uma intervenção à luz do projeto ético-político, tendo em vista que só assim é possível entender o real significado e intencionalidade das principais respostas dadas às manifestações da questão social na contemporaneidade (PASTORINI, 2010). Não há como pensar em legitimar os princípios fundamentais expressos no código de ética, senão houver a compreensão de que o que está posto na atualidade é apenas a aparência do fenômeno, ou seja, as desigualdades sociais como diferenças naturais, pois se assim fosse se estaria diante de um contexto sem possibilidades de intervenção.

A partir dessa reflexão conclui-se que, antes de propor ações que possam contribuir para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica, no âmbito do V COMAR, depreende-se como fundamental conhecer de que forma as expressões da questão social se manifestam na Instituição. Para tanto, utilizaram-se, como fonte de análise, os subprogramas do Programa de Ações Sociais Integradas do COMAER (PASIC) 3, tendo em vista que os dados dos atendimentos sociais demonstram que a procura pelo Serviço Social origina-se a partir deste programa. Esses dados serão objeto de análise e debate no quinto capítulo.

Contudo, por entender que as Políticas e Programas nas instituições são pensados como respostas a estas manifestações é que a seguir serão

apresentadas, em suas bases e fundamentos, as diretrizes que possibilitam uma visão geral da Assistência Social no COMAER.

3.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO COMAER

A Assistência Social foi alçada à condição de política pública pela Constituição Federal, em 1988, através do Tripé da Seguridade Social que é constituído pela Saúde, Previdência Social e Assistência Social. Desde então são muitos os desafios para concretização desta política, na perspectiva de efetivação de direitos.

Historicamente esta política foi marcada por uma visão assistencialista, pela lógica do favor. E, mesmo hoje, diante de avanços significativos como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização da política, e do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, a forma de materializar o conteúdo previsto na LOAS, ainda são muitas as dificuldades de operacionalização desta política. Nesse contexto, Carvalho (2000) aponta um desses desafios:

A Assistência Social, confundindo-se com o assistencialismo, facilitou um certo reducionismo sobre suas atribuições, reforçadas, inclusive, pela tendência em processar a velha cisão entre pobres passíveis de inclusão e miseráveis ou sobrantes, para os quais a prioridade é dispensar programas e serviços compensatórios. (CARVALHO, 2000, p.150)

O público-alvo desta política volta-se para os que dela necessitarem, não se caracterizando como um direito universal. Seus usuários são aqueles que não estão inseridos nos mecanismos de segurança social, que podem ser obtidos pela via do trabalho, do usufruto de políticas públicas e da inserção em sociabilidades sociofamiliares (CARVALHO, 2000).

No COMAER, desde 1959, ano da implantação do Serviço Social, até 2011 a legislação referente à Política de Assistência Social sofreu alterações significativas. No ano de 1985 foi instituído, com a portaria nº 931GM3, o Sistema de Assistência Social (SAS), bem como a portaria nº 968, de 26 de novembro do mesmo ano, que instituiu o Fundo de Assistência Social (FAS) como provedor de recursos financeiros

para o Sistema de Assistência Social (SAS). Contudo, é no ano de 2006, com a Portaria nº 1.121/GC6, que se reformula o Sistema de Assistência Social do COMAER, possibilitando o planejamento e a execução das ações sociais que hoje estão em vigência através do Plano de Assistência Social.

Tal reformulação teve como objetivo traçar uma diretriz política e clara, baseada na Lei Orgânica da Assistência- LOAS, 1993, a qual traz em seu arcabouço a regulamentação da Assistência Social enquanto Política Pública, conforme afirmada na Constituição de 1988. Em seu artigo 1º, a assistência social é alçada a direito do cidadão e dever do Estado, como Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade.

Destaca-se que a Política de Assistência do COMAER está em consonância com a Portaria Normativa nº1173/MD, de 06 de setembro de 2006, do Ministério da Defesa, que aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas, com a finalidade de orientar as atividades relacionadas à assistência social no âmbito das Forças Armadas. De acordo com a portaria, são considerados usuários desta política: os militares, os servidores ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas. Os objetivos e as diretrizes da política são orientados pelos seguintes pressupostos básicos:

- 1) As atividades de Assistência Social nas Forças Armadas são orientadas para atender às demandas socioassistenciais, preventivas e promocionais do seu pessoal;
- 2) Quanto aos militares, a sua execução deve levar em consideração as especificidades da carreira e os reflexos que estas ocasionam nos seus familiares;
- 3) A sua execução é buscada de maneira harmônica, com as Políticas de Assistência Social estabelecidas pelo Governo Federal;
- 4) As atividades de Assistência Social nas Forças Armadas são conduzidas de modo a assegurar o bem-estar social do seu pessoal, prevenindo e minimizando as situações que possam prejudicar a sua obtenção ou manutenção; e

- 5) A eficácia das ações direcionadas à implementação de programas e projetos de Assistência Social nas Forças Armadas resulta diretamente do grau de conscientização alcançado pelas organizações e pessoas envolvidas e da identificação da demanda social das diferentes Organizações Militares (OM).

Para orientar no desenvolvimento dos Programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas, a Portaria Normativa 881/MD, de 26 de maio de 2010, instituiu diretrizes que atualmente norteiam os Programas Sociais desenvolvidos no Comando da Aeronáutica. A Política estabelece cinco Programas de Assistência Social a serem desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas: Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência; Programa de Preparação para Reserva e Aposentadoria; Programa de apoio Socioeconômico; Programa de Prevenção à Dependência Química e Programa de Atendimento Social às Famílias dos Militares e Servidores Civis participantes de Missões Especiais. Os princípios básicos que devem regular o desenvolvimento de tais programas são: integralidade, prevenção, descentralização, intersetorialidade, interdisciplinaridade, humanização, capacitação profissional e avaliação e monitoramento.

Diante do exposto, apresenta-se o Plano de Assistência Social, bem como as possibilidades e limites para o desenvolvimento das ações profissionais, que são orientadas conforme o delineamento do plano.

3.4.1 O Plano de Assistência Social do COMAER

As ações profissionais no âmbito do COMAER, além do código de ética, são norteadas pelas diretrizes previstas na ICA 163-1/2011, que estabelece procedimentos voltados às ações sociais no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) e, por pertinência, os relacionados à atuação dos gestores sociais. Esta instrução prevê o Plano de Assistência Social do COMAER, que tem por objetivo privilegiar ações sociais, sistematizadas e executadas de forma contínua ao longo do ano, desenvolvidas pelo Serviço Social da Organização Militar ou por um Núcleo

de Serviço Social (NUSESO)⁷, que apresente um caráter socioeducativo, preventivo e promocional. Assim, essas ações são estruturadas em consonância com a Política de Assistência Social das Forças Armadas, em 5 (cinco) grandes Programas que abrangem as áreas de Família, Idoso, Assistência Social, Recursos Humanos e Lazer e Cultura, conforme organograma a seguir:



Figura 1 – Organograma do Programa de Ações Integradas do COMAER (PASIC)
Fonte: Comando da Aeronáutica (2011)

As ações direcionadas ao Programa de Promoção Familiar (PASIC 1) têm como objetivo o desenvolvimento de processos mais amplos, no que se refere à proteção e melhoria da qualidade de vida do grupo familiar. Assim sendo, o programa possibilita o desenvolvimento de projetos contínuos sobre os temas relacionados à Orientação Familiar; Paternidade Responsável; Geração de Renda; Educação Financeira; Saúde da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso; e Redução da Violência Doméstica.

⁷São estruturas regionais destinadas ao desenvolvimento de Programas e Projetos Sociais voltados para o atendimento individual, coletivo e/ou comunitário de demandas sociais do efetivo do COMAER, conforme Instrução de Comando da Aeronáutica – ICA 163-1.

O Programa de Atenção ao Idoso (PASIC 2) tem seu amparo na lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso; e, conforme prevê a ICA 163-1, através do programa pretende-se desenvolver ações que possibilitem promover a participação e a integração do idoso, por intermédio de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos; criar espaços para a reflexão acerca das questões que envolvem a reserva/aposentadoria, priorizar o atendimento ao idoso, por intermédio de suas próprias famílias em detrimento do atendimento asilar.

Com relação ao Programa de Assistência Social (PASIC 3), a referida instrução de comando estabelece que devam ser planejadas ações que tenham como objetivo contribuir para a melhoria das condições de vida dos usuários das ações sociais do COMAER, principalmente daqueles que estejam em situação de vulnerabilidade social. Minimizar ou eliminar fatores que influenciem negativamente na vida profissional, com vistas à superação das “situações-problema”, por meio do atendimento das necessidades básicas, é um dos pressupostos deste programa. Para tal, serão implementados serviços e “benefícios sociais” em todas as Unidades do COMAER, garantindo que o acesso às ações do PASIC 3 deverá ser a todo e qualquer militar e/ou servidor civil, independente de posto/graduação, desde que caracterizada a situação de vulnerabilidade social, a partir de estudo social, elaboração de laudo social e emissão de parecer social.

Este programa está organizado em cinco áreas de atuação, denominadas de projetos, contudo, por entender que os “projetos” equivalem a cinco políticas sociais setoriais, optou-se em utilizar a mesma denominação de Zacaron (2011) e defini-los como subprogramas. Dessa forma, estão previstos os seguintes subprogramas: Saúde, Educação, Habitação, Alimentação e Funeral. A seguir, apresentam-se as possibilidades de atendimentos sociais em cada subprograma.

O Subprograma Saúde prevê a “concessão” para os usuários dos seguintes “benefícios sociais”: aquisição de medicamentos; “concessão” de aparelhos odontológicos e auditivos; óculos, próteses e órteses e aparelhos correlatos; prestação de serviços por profissionais e instituições de saúde, desde que não

cobertos em sua totalidade pela Subdiretoria de Aplicação dos Recursos da Assistência Médico-Hospitalar (SARAM).

No que se refere à Habitação, este subprograma considera a importância de compreender a moradia numa dimensão qualitativa e não como simples abrigo, numa dimensão meramente quantitativa. Conforme a ICA 163-1, para ser considerada habitável, a moradia deve apresentar requisitos mínimos de construção e conservação, no sentido de possibilitar a melhoria da condição da qualidade de vida do usuário. No entanto, o atendimento social neste subprograma consiste no fornecimento de material de construção e será oportunizado somente aos usuários com imóvel próprio, que apresentem as seguintes condições: situação de risco eminente assim declarado e/ou interditado pelos órgãos da defesa civil ou órgão equivalente; nos casos em que a residência do militar ou servidor civil tenha sido atingida por alguma calamidade ou nos casos em que haja problemas de insalubridade, na casa onde reside o usuário, que estejam provocando ou piorando problema de saúde de algum membro da família, sendo necessário o relatório médico acerca do problema de saúde apontado.

No que tange ao Subprograma Alimentação, este consiste no fornecimento de cestas básicas, contudo, de acordo com a ICA, entende-se a alimentação não só como a obtenção de nutrientes necessários às funções vitais dos indivíduos, mas assume um significado social, cultural, comportamental e afetivo para a promoção da saúde. O público-alvo são os usuários que estão em situação de vulnerabilidade econômica e social, dessa forma, salienta-se que as ações referentes a este subprograma não devem ser isoladas, tão pouco imediatistas, devendo ser acompanhadas de ações nas áreas de educação para o consumo.

O Subprograma Educação consiste na restituição de despesas previamente efetuadas como a aquisição de material, livros e uniformes escolares e ainda o pagamento de mensalidade escolar para crianças com deficiência.

Com relação ao Subprograma Funeral, que visa garantir a cobertura de despesas com óbito de dependente de servidor civil, tendo em vista que o Estatuto do Servidor Público Federal (lei 8.112/90) prevê o pagamento de auxílio funeral à família do servidor falecido, não contemplando seus dependentes.

Quanto às ações desenvolvidas no Programa de Recursos Humanos (PASIC 4) pretendem humanizar o ambiente de trabalho e garantir a segurança no trabalho, atuando na mediação entre a valorização da força de trabalho e a garantia da eficácia na produção institucional. Dessa forma, tem como objetivo ações que possam: propiciar a melhoria da comunicação e relacionamento entre o efetivo e a OM; desenvolver projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida do efetivo; otimizar a capacidade produtiva do efetivo; e, dentre outras ações, fomentar a supervisão de estagiários de Serviço Social e prestar assistência social aos militares e servidores civis, envolvidos em missões especiais, bem como a seus familiares. Destaca-se que cada vez mais o Serviço Social tem sido chamado a participar de missões especiais, tendo em vista o reconhecimento da Instituição e do seu papel. Em 2010, duas Assistentes Sociais, pertencentes ao efetivo da SDEE, realizaram trabalho social *in loco* com a população local e aos militares do COMAER, na cidade de Porto Príncipe, durante Missão Humanitária no Haiti.

Por fim, o Programa de Lazer e Cultura (PASIC 5) pretende, através das ações a serem desenvolvidas pelo Serviço Social, promover o acesso do efetivo e de seus familiares às práticas variadas de lazer e cultura. Tais ações pretendem contribuir para o desenvolvimento social, físico, afetivo, cultural e psicológico do efetivo das OM e de seus dependentes (ZACARON, 2011).

Após análise da legislação supracitada, que norteia as ações a serem desenvolvidas pelos assistentes sociais no âmbito do COMAER, verificou-se que a mesma abrange diversas possibilidades de planejamento e execução de projetos. Tal fato possibilita o atendimento da demanda local, de maneira que os projetos não são pré-estabelecidos, são genéricos, podendo cada profissional propor ações que façam sentido em sua realidade, em sua Organização Militar – OM. Ressalta-se neste contexto a autonomia relativa (IAMAMOTO, 2010) de que são imbuídos os profissionais de Serviço Social, devendo, para tanto, conhecer as demandas dos seus usuários. Destaca-se também que é exigência para o desenvolvimento de programas e projetos sociais, com a utilização do RAS, que os mesmos sejam coordenados por um profissional de Serviço Social.

Pontua-se que, além da autorização do órgão central, os projetos devem ter também o consentimento do Comandante da OM. Nesse sentido, o Serviço Social

no âmbito do V COMAR, nos últimos três anos, teve total aquiescência para o desenvolvimento de suas ações, sendo muito valorizado pela Instituição.

Nesse sentido, o desenvolvimento de projetos é uma grande preocupação do Serviço Social da GUARNAE-PA. Destaca-se que a ICA 163-1 prevê que a atenção dos gestores sociais deverá se voltar não apenas para a “concessão de Benefícios Sociais”, na área da Assistência Social, mas, também, para programas e projetos que atendam demandas do efetivo do COMAER e que deverão ser implementados de acordo com a realidade social de cada região.

Nesse contexto desenvolve-se, no âmbito do V COMAR, além de ações referentes ao PASIC 3, conforme apresentados anteriormente, ações relacionadas aos seguintes Programas:

- ✓ Programa de Promoção Familiar (PASIC 1), por meio de ações referentes à Orientação Familiar e Paternidade Responsável: através do Projeto Recrutando Ideias;
- ✓ Programa de Proteção ao Idoso (PASIC 2), através da execução do Programa de Preparação para Reserva e Aposentadoria – PPRA e ações de Assistência a Inativos e Pensionistas; e
- ✓ Programa de Recursos Humanos (PASIC 4): através do Projeto Recrutando Ideias.

Contudo, conforme citado anteriormente, o maior desafio para implementação de ações de caráter promocional se traduz na recorrente falta de profissionais. O desafio posto acarreta em retrocesso das ações, pois, em situações de escassez de profissionais, os projetos e programas não são desenvolvidos e, devido ao grande volume de atendimentos, as atividades parecem em um Plantão Social, com atendimentos emergenciais e pontuais.

Quanto aos Programas, é notório que a ICA 163-1 apresenta uma direção política clara. Na medida dos limites institucionais, pretende estar em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, entretanto, aponta-se a necessidade de algumas alterações no que se refere ao subprograma saúde. Ressalta-se que a implantação do SUAS exigiu um reordenamento dos serviços, programas, projetos e

benefícios da Assistência Social na perspectiva de aprimorar seu campo de proteção, assegurando sua especificidade, conforme a Resolução nº39, de 9 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais, no âmbito da Política de Assistência Social, em relação à Política de Saúde. Assim, a referida resolução resolve no Art. 1º:

Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos(...). (CNAS, 2010, p.2)

Na realidade do COMAER, o atendimento dessas necessidades está a cargo da Assistência Social. A sugerida mudança encontra subsídios na portaria que aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas, citada anteriormente, que ressalta que a execução da Política deverá ser realizada de maneira harmônica com as Políticas de Assistência Social estabelecidas pelo Governo Federal; ainda, o Art.5º,§ 4, dispõe que um dos objetivos da Política é acompanhar a evolução doutrinária da Assistência Social no âmbito nacional e internacional.

A despeito das mudanças sugeridas ao longo deste estudo, pontua-se que muitos foram os avanços desde a constituição do Serviço Social no COMAER, dentre eles:

Uma das alterações significativas refere-se à extinção do **Programa de Concessão de Benefícios Sociais** e a criação do **Programa de Assistência Social**. Os projetos constantes do Programa substituído não sofreram alteração significativa. O que mudou foi a concepção no trato da assistência social. Não se trata somente de mudança de terminologia. Trata-se do compromisso profissional de reafirmar a assistência social enquanto política pública, enquanto direito social e não como “benefício”, nem tão pouco “concessão”. (ZACARON, 2011, p. 62)

De fato, a revisão da ICA 163-1 trouxe alterações significativas quanto à visão da Assistência Social, no entanto, observam-se alguns resquícios no que se refere ao termo “benefício social” e “concessão”, ainda presente no texto do documento, entoando o caráter de favor no que tange ao fornecimento de recursos materiais por parte da instituição. Mesmo que o documento tenha definido que os benefícios

sociais constituem um conjunto de recursos sociais viabilizados, no sentido de proteção e prevenção de situações de vulnerabilidades sociais, as palavras benefício e concessão significam um bem que generosamente é feito a alguém, assim como um favor, mercê. Portanto, no lugar de benefícios sociais, neste estudo optou-se por utilizar recursos sociais. Será utilizado o termo benefício social, quando o mesmo expressar o texto da Instrução de Comando.

3.5 OS RECURSOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO COMAER

A Instrução de Comando da Aeronáutica – ICA161-1/2008 estabelece as normas e os procedimentos relacionados à gestão do Recurso da Assistência Social – RAS; regula que a prestação destes serviços será direcionada: “aos usuários do Sistema de Assistência Social, individualmente e ao atendimento das necessidades de recursos materiais, humanos e financeiros dos programas e projetos sociais que envolvam grupos e/ou comunidades” (ICA, 2008, p. 08).

A gestão do RAS será realizada por um Assistente Social, que deverá remeter mensalmente ao órgão central, até o 5º dia útil do mês anterior, a solicitação dos recursos. Os valores divididos por projetos e programas serão determinados pelo gestor social, de acordo com a sua necessidade local. O órgão central, por sua vez, mediante tal solicitação e de acordo com a disponibilidade, descentralizará os créditos, num prazo máximo de até 15 dias. Ressalta-se que quando ocupando a função de gestor social, o Assistente Social deverá conhecer os trâmites burocráticos da administração pública, devendo realizar mensalmente a prestação de contas deste recurso. Para tal, deverá ter conhecimento da operacionalização do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

As receitas do RAS são constituídas dos ressarcimentos descontados dos usuários e recolhidos à DIRINT/SDEE; de contribuição mensal previdenciária dos militares no percentual de 0,1%; da contribuição voluntária dos servidores civis no valor de 1% do valor do menor vencimento básico fixado no âmbito da Administração Federal direta, autárquica e fundacional. Somam-se a estes valores, a taxa incidente sobre cada unidade de contrato pactuada entre as entidades

consignatárias e os consignatários, referentes às entidades conveniadas que mantêm credenciamento com o COMAER.

Conforme a ICA, a utilização deste recurso deverá ser na forma de prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, sejam móveis permanentes, de consumo de uso duradouro e/ou consumo através dos recursos sociais institucionais. Estes, fornecidos através do PASIC 3, podem ser viabilizados através de duas modalidades: do ressarcimento parcial ao RAS/DIRINT ou excepcional. Na ocasião do ressarcimento parcial, o usuário deverá ressarcir ao RAS uma quantia que pode variar de 30% a 100% sobre o total fornecido e quem definirá o valor será o Assistente Social, levando em consideração a situação socioeconômica do usuário e sua margem consignável (se há possibilidade de desconto em contracheque).

A modalidade excepcional será efetuada sem o ressarcimento por parte do usuário ao RAS/DIRINT. Nesses casos, os Assistentes Sociais deverão compor um processo administrativo e encaminhá-lo à Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE) para avaliação. O referido processo, no qual consta um parecer social e documentos comprobatórios da situação vivenciada pelo sujeito, tramita em caráter reservado e será avaliado pelas Assistentes Sociais que pertencem ao efetivo da SDEE. Destaca-se que este é um procedimento formal instituído pela ICA 163-1; porém, na prática, o comprometimento ético dos profissionais que estão no órgão central possibilitam que os processos sejam deferidos de acordo com a urgência das situações vivenciadas, não sendo preciso aguardar o tempo de todo o trâmite burocrático.

Sobre o fornecimento dos recursos sociais, através da modalidade excepcional, uma pesquisa realizada por Assistente Social pertencente ao órgão central assinala que:

No que tange à gratuidade da Política de Assistência Social no COMAER, destacamos o aumento expressivo do número de processos sociais referentes à modalidade excepcional, analisados pelo Órgão Central do Serviço Social do COMAER nos últimos cinco anos. Isso significa o crescimento progressivo da concretização da assistência social sem ressarcimento, ou seja, de forma gratuita. Revela ainda o compromisso profissional com o usuário, na medida em que os assistentes sociais utilizam a estratégia da “excepcionalidade” no âmbito institucional, no sentido de garantir direitos. (ZACARON, 2011, p.80)

Por fim, apesar da direção universal e da garantia de direitos, prevista nos documentos institucionais que norteiam as ações sociais no COMAER, e do caráter contributivo do Recurso da Assistência Social, observa-se que PASIC 3, programa o qual prevê o ressarcimento por parte dos usuários, tem um caráter focalizado e celetista, na medida em que delimita que os usuários das suas ações serão os que estiverem situação de vulnerabilidade social, ou seja, aqueles que apresentam impossibilidade momentânea ou prolongada de acesso a bens e serviços, caracterizados como direitos sociais.

4 A SOCIEDADE DE CONSUMO E A VULNERABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: DESAFIOS PARA CONTEMPORANEIDADE

As transformações sócio-históricas, advindas da influência das ideias neoliberais, expressam mudanças nas diversas esferas do ser social capitalista (ALVES, 2011). Dentre tantas proposições na vida econômica, política e social observa-se como essenciais às mudanças na determinação do sentido do consumo. Exclamado como uma das principais questões das sociedades industriais modernas, o consumo e as consequências da expansão da Sociedade de Consumo, para a cidadania e participação na esfera pública, recentemente foram inseridos na arena dos estudos da área social. Neste trabalho, o tema permeia como categoria central, principalmente no que se refere à análise das relações sociais.

Conforme já mencionado, foi a partir da década de 70 que a política econômica referenciada pela teoria neoliberal, idealizada como "remédio" para a crise capitalista da época, se expandiu. No Brasil, foi na década de 90 que os ideais neoliberais ganharam força, a partir de então os avanços conquistados na Constituição de 1988 vem sendo tacitamente desmantelados em nome do desenvolvimento econômico. Destaca-se que o conjunto de medidas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países em desenvolvimento culminou, entre outras medidas, na reestruturação das políticas sociais. O FMI pregou medidas restritivas para os Estados Nacionais como, por exemplo, a precarização do trabalho, que ocorreu através do aumento da sua exploração, materializado na flexibilização das leis trabalhistas, culminando em um mundo do trabalho complexificado, fragmentado e heterogeneizado (ALVES, 2011). Como consequência, o poder do trabalho organizado perdeu força, gerando um grande impacto negativo na mobilização da luta de classes.

O neoliberalismo, ao mesmo tempo em que prega a abstenção estatal na área produtiva, atribui ao Estado capitalista uma grande cópia do poder sobre os indivíduos a título de restaurar a saúde econômica e, assim preservar o futuro. A alegação de que o grande desemprego é necessário para aumentar o emprego daqui a alguns anos é um desses argumentos consagrados para justificar uma recessão programada (SANTOS, 2000, p.10).

Essas mudanças suscitaram o acirramento do individualismo, que se sobrepôs às demandas de ordem coletiva. Nesse contexto, o fracasso e o sucesso estão aliados às escolhas dos indivíduos, pois as oportunidades estão postas no mercado. As consequências deste processo estão associadas a uma desigualdade social crescente, onde os dilemas do trabalho e da satisfação das necessidades sociais são obscurecidos, em favor da mercadoria e do dinheiro, enquanto produtos do capital (IAMAMOTO, 2010).

O mercado capitalista vive em permanente expansão, o capital tende a ocupar todos os espaços que possam lhe proporcionar lucros. E as leis do mercado vão dominando a sociedade inteira: todos os valores humanos autênticos vão sendo destruídos pelo dinheiro, tudo vira mercadoria, tudo pode ser comercializado, todas as coisas podem ser vendidas ou compradas por um determinado preço. (KONDER, 1990, p.34)

Assim, o capital em seu movimento de valorização, produz a invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e valores de uso (IAMAMOTO, 2010). Ainda sobre o capital:

Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas. Ampliam-se, ao mesmo tempo, as fissuras e contradições entre as classes e o espectro de suas lutas, acrescidas de disparidades de gênero, geração, etnias, regiões e meio ambiente, que, enraizadas nas particularidades nacionais, impõem novas determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2010, p.53)

Essa fragilização do trabalho, que acarretou em baixos salários, tornou-se, em um primeiro instante, um obstáculo para um “mercado vibrante” (HARVEY, 2011). No entanto, logo o “capital financeiro fictício” encontrou uma solução e através do crescimento das indústrias de cartões de crédito preencheu, conforme analisa Harvey, a lacuna entre o que o trabalhador estava ganhando e o que ele poderia gastar. O estímulo ao consumo foi financiado pelas instituições financeiras que estavam inundadas de crédito e financiavam todas as formas de crédito ao consumo (HARVEY, 2011).

Na era da financeirização do capital, da sociedade globalizada, da especulação desenfreada e da superacumulação, ao mercado tem sido atribuída a

competência de ofertar serviços para suprir as necessidades sociais dos indivíduos, bem como privilegiar os atributos das coisas materiais em detrimento das relações sociais que as qualificam (IAMAMOTO, 2010). Reforça-se, assim, “a materialização das relações sociais e a personificação das coisas” (MARX, 1974).

O Consumo capitalista, portanto, relaciona-se cada vez mais com a produção capitalista. Isso envolve tanto uma ampliação da esfera de consumo como uma deterioração potencial de sua qualidade e implica, em qualquer caso, uma crescente manipulação do consumidor pelas empresas capitalistas nas esferas da produção, da distribuição e da publicidade (BOTTMORE, 2001, p.79).

Como parte desse processo, a estratégia para alavancar a economia é o investimento na produção de bens que satisfaçam não só as necessidades sociais básicas, mas os anseios humanos, que possam suprir de modo subjetivo e individual as carências que as situações do cotidiano proporcionam aos indivíduos.

4.1 A SOCIEDADE DE CONSUMO

Por todas as transformações elencadas é que a sociedade contemporânea tem sido denominada por alguns autores, como Zygmund Bauman e Jean Baudrillard, como Sociedade de Consumo. É fato que esta expressão, segundo Lipovetsky (2007), aparece pela primeira vez em 1920, popularizando-se nos 1950-60 e permanecendo absoluta nos dias atuais. Nesta sociedade, a ênfase e as prioridades direcionam para o consumo como um livre exercício da vontade, em que o consumo não atende apenas a satisfação das necessidades básicas. A sociedade de consumo rege-se pelo padrão da desregulamentação, da liberalização, da flexibilidade, da fluidez crescente, do consumo incessante e claro, ao mesmo tempo, frustrante, como a servir de senha para ser aceito no seio social (PEREIRA; PEREIRA, 2010).

Para melhor compreensão de como se constitui a Sociedade de Consumo, faz-se necessário expor a relação entre consumo e consumismo, tendo em vista que não são sinônimos. Entende-se o consumo como o uso ou a compra de mercadorias e serviços para a satisfação de necessidades básicas e desejos humanos. É o

consumo para garantir o necessário para uma existência digna, um consumo saudável dos bens de mercado; é através do consumo que os seres humanos se reproduzem como indivíduos e como indivíduos sociais.

Desde os registros históricos mais antigos, o consumo sempre esteve associado às necessidades dos seres humanos. Mas, se antes essas necessidades faziam referência às necessidades biofisiológicas da vida, hoje, essas necessidades apontam para necessidades simbólicas, quer dizer para construções genuinamente sociais de sentido, realizadas por meio da comunicação (PEREIRA; SIMINONI, 2010, p. 9)

Na sociedade em tela, o consumo de bens essenciais, para atender as necessidades fisiológicas básicas para reprodução da força de trabalho, já não é suficiente para realização do capital. Essa nova face do capitalismo explora o subjetivo, o terreno dos desejos e emoções, através do estímulo ao consumismo. Compreende-se que o consumismo é a compulsão por consumir, é um consumo exagerado alimentado através da propaganda, do *marketing*, que intensifica a dimensão da satisfação das necessidades que são criadas pelo mercado.

Observa-se, então, que a relação consumo x necessidade permanece a mesma, no entanto, o conceito de necessidade é ampliado, sendo construído socialmente. As necessidades de consumo são também determinadas pelas inovações tecnológicas e pelas mudanças na esfera da produção e a “manipulação” do consumidor, através da publicidade o leva a crer que a busca da felicidade está diretamente aliada à obtenção do reconhecimento social que o consumo proporciona.

Sobre o conceito de necessidades, estas podem ser consideradas naturais e evidentes por si mesmas (no caso das necessidades básicas), como também subjetivas (desejos, caprichos), mas é importante considerar ainda a sua dimensão social e política, relacionando-as com a forma como as pessoas podem, devem ou vão viver em sua sociedade (SLATER, 2002).

A vida organizada em torno do consumo, por outro lado, deve se bastar sem normas: ela é orientada pela sedução, por desejos sempre crescentes e quereres voláteis [...] O principal cuidado diz respeito, então, à adequação – a estar “sempre pronto”; a ter capacidade de aproveitar a oportunidade quando ela se apresentar; a desenvolver novos desejos feitos sob medida para as novas nunca vistas e inesperadas seduções; e não permitir que as necessidades estabelecidas tornem as novas sensações dispensáveis ou restrinjam nossa capacidade de absorvê-las e experimentá-las. (BAUMAN, 2001, p. 90)

Essa mudança na determinação do consumo, o coloca como um meio de se comunicar e interagir com a sociedade, uma forma de criar identidades. Acaba por reproduzir uma “espécie de rede simbólica”, identificando membros que participam de um mesmo “campo simbólico” de consumo diferenciando dos demais (PEREIRA; SIMIONI, 2010). Atribui-se essa transformação à cultura do consumo. Consequência do mundo globalizado, do modelo econômico vigente e da modernidade, como um todo, sua definição não é uma tarefa fácil e corre-se o risco de simplificá-la.

No entanto, partilha-se da afirmação de que nesta sociedade as práticas sociais e os valores culturais, ideias, aspirações e identidades básicas são definidas e orientadas em relação ao consumo e não em outras dimensões sociais. Nesse contexto, o consumo é o foco da vida social, não se limitando apenas às atividades de consumo, e acontece mediado pelas relações de mercado (SLATER, 2002).

Se tivéssemos de isolar uma única característica definidora, seria algo do gênero: a cultura do consumo designa um acordo social onde a relação entre a cultura vivida e os recursos sociais, entre modos de vida significativos e os recursos materiais e simbólicos dos quais dependem são mediados pelos mercados. A cultura do consumo define um sistema em que o consumo é dominado pelo consumo de mercadorias, e onde a reprodução cultural é geralmente compreendida como algo a ser realizado por meio do exercício do livre-arbítrio pessoal, na esfera privada da vida cotidiana. (SLATER, 2002, p.17)

Diante desse movimento, assiste-se a uma nova relação entre o econômico e o social, que, de acordo com Martinelli (1999), altera o conceito de cidadania relacionando-o ao poder de compra, aumentando a percepção de que esta sociedade nos trata como consumidores e não como cidadãos. Cidadania, esta, entendida como uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe a cada qual a força de se ver respeitado (SANTOS, 2000). E, concretamente

entendida como pertencimento, inclusão, usufruto de direitos e acesso pleno a direitos (MARTINELLI, 1999).

Assim, sem que os indivíduos percebam, diante das sedutoras ofertas do mercado, a cidadania se esvazia tornando-se cada vez mais restrita. Tal afirmação advém do fato de que a política econômica vigente corroborou para diminuição da esfera social, local onde se desenvolve a cidadania a qual se pretende atingir (BARROCO; TERRA, 2012). As demandas coletivas perderam o foco em detrimento das demandas individuais e de grupos restritos. Percebe-se, nesse contexto, que a força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une (SANTOS, 2000).

Estimula-se o papel do cidadão consumidor, que é a todo o momento incitado a investir em tudo que possibilita o aumento do seu “valor social” e sua autoestima. Esse “sistema simbólico” do consumo, permeado de significados, cria a falsa percepção de que todos fazem parte do mercado de consumo. E, em lugar do *cidadão* formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de *usuário* (SANTOS, 2000).

Todo esse processo decorre da intensificação do ter, onde a necessidade de ter algo é mais forte do que realmente ter aquilo que se deseja, remetendo ao conceito marxista de reificação e de alienação do homem e também ao fetichismo da mercadoria. Concorda-se que os homens ao transformarem em ídolos as coisas, que são obras das próprias mãos dos homens, se transformam também em coisas. Conforme Fromm (1983, p. 51): “transfere às coisas de sua criação os atributos de sua vida, e, em vez de experienciar-se com a pessoa criadora, só entra em contato consigo mesmo através da adoração do ídolo”.

Observa-se, desse modo, a busca incessante de “comprar a felicidade”, que se materializa nas mercadorias que são objetos de desejo. Sobre as mercadorias:

Essa confusão de relações entre pessoas com relação entre coisas é a contradição fundamental da produção de mercadorias. Marx dá a isso o nome de FETICHISMO DA MERCADORIA, ou seja, o processo pelo qual os produtos do trabalho humano passam a aparecer com uma realidade independente e incontrolável, alheia e estranha àqueles que os criaram (BOTTOMORE, 2001, p.266).

Essa confusão na modernidade capitalista é alimentada pela cultura do consumo, que atribui um valor que não é verdadeiro às relações sociais e às mercadorias; valores que só existem em campanhas publicitárias e na imagem cultural que elas representam, mas que aos olhos dos consumidores, ávidos por prazer, satisfazem. Esse fetichismo em torno da mercadoria e do modo de representação desenvolvido em torno dela, introduziram uma mistificação fundamental na vida moderna, no sentido de as pessoas confundirem as aparências da sociedade com sua realidade ou essência (SLATER, 2002).

Nesse mundo aparente é como se o valor dos objetos não fossem decorrentes da relação entre pessoas (trabalho) e sim entre coisas (um objeto em relação ao outro). Dessa forma, a busca pela satisfação dos desejos ganha materialidade na alienação do mundo capitalista, o homem se torna cada vez mais dependente das coisas e mais pobre como homem. Tal alienação contamina e sufoca a vida cotidiana e esta passa a ser um centro de atenção e uma base de rentabilidade econômica inesgotável, para a produção capitalista de bens de consumo (FROMM, 1983). Nesse percurso, a mídia desempenha um papel fundamental criando e oferecendo necessidades que prometem proporcionar uma satisfação imediata. E mais, a publicidade tem o poder de apoderar-se dos homens, remodelando sua existência (LIPOVETSKY, 2007).

A sedução agressiva dos meios publicitários (e o crédito colocado à disposição...) quebram todos os obstáculos ao mais consumir, o que permite introduzir “estes fantásticos e ilusórios bens de consumo” a qualquer indivíduo de qualquer classe social em qualquer condição. [...] Toda receita pode ser encontrada no mercado para “curar” qualquer mal existencial ou material do cotidiano. (CARVALHO; NETTO, 2011, p. 19).

Por todo o exposto, não há como negar que o poder do consumo é contagiante e sua capacidade de alienação é tão forte que a sua exclusão atribui às pessoas a condição de alienados (SANTOS, 2000). Esta alienação se adensa na sociedade capitalista, pois nesta sociedade o modo de produção destrói a individualidade do trabalhador, transformando-o em coisa e tornando-o escravo das coisas (MARX, 1985). E, diante dessa escravidão em busca da felicidade, quem desponta é a frustração, como reflexo do caminho tão curto entre a loja, a satisfação das necessidades (intensificadas pelo *marketing*) e a lata de lixo.

O consumo de massa esboçado valeu-se da mídia, em crescimento vertical, para impor gostos e preços. Esse trabalho de sedução foi facilitado pela própria atração que as novas mídias impuseram sobre o público. Criadores da moda, difusores do crédito, o papel dos meios de difusão deve ser realçado como o do colaborador privilegiado das artimanhas da produção de massas estilo brasileiro, uma produção de massas contente de si mesma e necessitada apenas de um mercado voluntariamente restringido. Isso garante o não-esgotamento da revolução das esperanças – isto é, das grandes esperanças de consumir – e ajuda a colocar como meta, não propriamente o indivíduo tornado cidadão, mas o indivíduo tornado consumidor (SANTOS, 2000, p.15).

A lógica do consumo na contemporaneidade determina que a felicidade seja mensurável, que o bem-estar possa ser representado por objetos e signos associados ao conforto. A felicidade se constitui como referência absoluta da sociedade de consumo (BAUDRILLARD, 1987). Entretanto, a velocidade com que se criam necessidades (mercadorias) é tão grande que não possibilita ter tempo de experimentar a prometida felicidade sendo a frustração dos desejos, a mola propulsora dessa economia com ênfase no consumo. Ocorre que as insatisfações crescem mais depressa que as ofertas de felicidade (LIPOVETSKY, 2007).

A sociedade é invadida pelo consumo. O produto vale pela etiqueta, pela “grife” e não por aquilo que efetivamente é seu valor. Isso atinge até mesmo as crianças, o grande alvo da mídia eletrônica, que já não conseguem ser felizes pelo que têm, mas sim infelizes pelo que não têm. Até nosso lazer é um lazer de consumo, permeado pelo poder de compra. Estamos desaprendendo como desfrutar do lúdico e abrindo mão do prazer, e uma sociedade que abre mão do prazer está fadada a perecer (MARTINELLI, 1998, p.142).

Felicidade, frustração, sucesso e fracasso são termômetros que impulsionam ao consumo, a promessa de felicidade “na vida terrena, aqui e agora e a cada ‘agora’ sucessivo” constitui a “felicidade instantânea e perpétua” (BAUMAN, 2008) ao qual se compromete a sociedade contemporânea.

[...] as sociedades de consumo assemelham-se a um sistema de estimulações sem fim das necessidades que tanto mais aprofunda a decepção e a frustração quanto mais ressoam os convites à felicidade ao alcance da mão. Febre compulsiva, descontentamento, desgosto [...] (LIPOVETSKY, 2007, p.154).

Esses aspectos, dentre outros listados, envolvem de maneira a valorizar sempre o novo, o que implica a desvalorização do antigo. Fruto desta cultura do

consumo há o incentivo à supervalorização de produtos novos e, conseqüentemente, o produto anterior, mesmo que ainda desempenhe suas funções, perde seu espaço (PEREIRA; PEREIRA, 2010). Aliada a essa tendência está à cultura do desperdício, afirmando-se como inerente à sociedade de consumo, pois esta sociedade desvaloriza a durabilidade, igualando “velho” a “defasado”, impróprio para continuar sendo utilizado e destinado à lata de lixo (BAUMAN, 2008). A respeito da relação entre o consumismo, felicidade e a obsolescência o autor tece alguns comentários pertinentes:

Difícilmente poderia ser de outro jeito, já que o consumismo, em aguda oposição às formas de vida precedentes, associa a felicidade não tanto à *satisfação de necessidades [...] mas a um volume e uma intensidade de desejos sempre crescentes*, o que por sua vez implica o uso imediato e a rápida substituição dos objetos destinados a satisfazê-la. Ele combina, como Don Slater identificou com precisão, a insaciabilidade dos desejos com a urgência e o imperativo de “sempre procurar mercadorias para se satisfazer”. Novas necessidades exigem novas mercadorias, que por sua vez exigem novas necessidades e desejos; o advento do consumismo augura uma era de “obsolescência embutida” [...] (BAUMAN, 2008, p.44).

De fato, essa noção de novo e velho apresenta-se sob a égide da obsolescência planejada, programada ou embutida (são diversas as nomenclaturas) valorizando a efemeridade das coisas. A obsolescência é consenso entre os autores que debatem o consumo na sociedade contemporânea, no que se refere à descartabilidade dos produtos, ou seja, que não são feitos para durar. A exemplo, citam-se produtos que são programados pelos próprios fabricantes para após determinado tempo pararem de funcionar. Apesar de ser essa uma prática condenável, observa-se que alguns produtos eletrônicos funcionam perfeitamente durante o período da garantia, após esse prazo, apresentam problemas que muitas vezes não compensam financeiramente a manutenção, sendo então descartados. Essa lógica do descarte invade a cultura e também as relações sociais.

Para alimentar esse ciclo, o papel do crédito merece relevância, pois só através dele é possível concatenar desejos e anseios à obtenção das mercadorias e serviços. Segundo Marx, o poder do dinheiro diminui diretamente com o aumento do volume de produção, isto é, sua necessidade cresce com o poder crescente do dinheiro (FROMM, 1983). Diante de tal afirmação, é possível compreender que, como na maioria das vezes os recursos financeiros são limitados e os desejos

muitas vezes são ilimitados, procura-se através da contratação do crédito a satisfação desses desejos.

Como dito anteriormente, na economia brasileira, a ampliação do crédito para os consumidores tem sido o motor de aquecimento da economia; para tal, o modelo político e o modelo cívico⁸ serviram de instrumentais ao modelo econômico (SANTOS, 2000). Esse estímulo à contratação de crédito trouxe consequências sociais que serão debatidas a seguir.

4.2 A VULNERABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NA SOCIEDADE DE CONSUMO

Rotineiramente, assiste-se à veiculação de notícias na mídia que se referem a esse fenômeno social. No cenário internacional o superendividamento também é objeto de estudo, em países como Portugal, por exemplo, em 19 de julho de 2001, foi constituído através de um Protocolo celebrado entre o Instituto do Consumidor e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra – Centro de Estudos Sociais, o Observatório do Endividamento dos Consumidores cujo objetivo principal é a investigação da problemática do endividamento e do superendividamento dos consumidores.

No Brasil, inerente a essa concepção de sociedade, a questão da vulnerabilidade econômica dos brasileiros vem galgando espaço para o debate, isso porque são inúmeras as consequências sociais deste fenômeno. Estudos sobre a situação de vulnerabilidade econômica das famílias brasileiras, aqui relacionadas às situações de endividamento e superendividamento (ou sobre-endividamento), apontam sua interface com a expansão do crédito no país.

As transações referentes à concessão de crédito para o consumo no Brasil, seja através do cartão de crédito, financiamentos ou crédito consignados, ganharam destaque a partir de 1990, após a ascensão do plano real, conforme Malucelli

⁸ Para Santos(2000), numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia pra o cidadão. O modelo cívico supõe a definição prévia de uma civilização, isto, é a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência.

(2008); inicialmente, em 2004, para os aposentados e pensionistas do INSS, através do crédito consignado, fomentando o crescimento das atividades econômicas possibilitando o acesso a bens de consumo.

Nesse contexto, salienta-se que foi durante o governo Lula que a política de estímulo ao crédito popular foi potencializada, sendo responsável por ampliar o consumo entre a população de baixa renda. Foram absorvidos cerca de 17 bilhões de reais ofertados no mercado e entre 2005 e 2006, 2,15 milhões de famílias deixaram a classe de consumo D/E e passaram a integrar a classe C (BERTONCELLO; LIMA, 2007).

Destaca-se que o crédito para o consumo teve suas origens nos Estados Unidos, logo após contagiou a Europa e posteriormente foi disseminado por todos os países desenvolvidos e classes sociais, ignorando as diferenças econômicas e culturais que os separavam (LIMA, 2006).

O crédito passou a ser uma constante no primeiro ciclo de vida das famílias, quando estas procedem à aquisição de equipamento indispensável à sua autonomia familiar e econômica (casa, automóvel, eletrodoméstico, mobiliário, computador). A aquisição de bens através do recurso do crédito é o resultado de uma expansão densificada das necessidades e das práticas de consumo. O crédito é hoje fortemente associado a esses novos padrões de consumo, acompanhando de perto as suas tendências e oscilações (FRADE; MAGALHÃES, 2006, p.24).

Sobre sua relevância na sociedade de consumo, constata-se que foi através do crédito que o consumo alavancou. Para atender a todas as exigências de pertencimento da sociedade em questão, os indivíduos, no afã do Ter, lançam mão deste recurso com parcelas a perder de vista, seduzidos pelo pressuposto da sociedade de consumo: compre hoje, pague amanhã.

Esse processo culminou na facilidade de aquisição do crédito, que se desburocratizou e se disseminou, deixando de ser um serviço exclusivo de instituições bancárias. Seu acesso é ofertado na rua, nas propagandas, em lojas, supermercados, na Internet, em caixas eletrônicos, etc. Consoante essa premissa, o crédito acaba por antecipar as decisões de compra, acarretando, muitas vezes, situações de endividamento e superendividamento.

Diante dessas transformações nas relações de consumo, conclui-se que a cultura do consumo produziu como consequência a cultura do endividamento. Sobre a cultura do endividamento, Costa (2002) expõe que:

Na economia de endividamento, tudo se articula com o crédito. O crescimento econômico é condicionado por ele. O endividamento dos lares funciona como “meio de financiar a atividade econômica”. Segundo a cultura do endividamento, viver a crédito é um bom hábito de vida e conforto do mundo contemporâneo, o crédito não é um favor, mas um direito fácil. Direito fácil, mas perigoso. O consumidor endividado é uma engrenagem essencial, mas frágil da *economia fundada sobre o crédito* (COSTA, 2002, p.258).

Dessa forma, entende-se por endividamento a contração de dívidas que possam ser honradas nos limites do orçamento, sem influenciar na perda da qualidade de vida dos indivíduos e sem o comprometimento das suas necessidades básicas, cotidianas. O que não significa que não possa gerar situações de não pagamento. Sobre o endividamento, Leitão Marques (2000) indica este como o saldo devedor de um agregado familiar. Pode resultar apenas de uma dívida ou de mais de uma, em simultâneo, utilizando-se, neste último caso, a expressão multiendividamento.

Por outro lado, o superendividamento, fenômeno social, objeto de estudo por diversas áreas do conhecimento, devido a sua crescente na sociedade contemporânea, define-se como o endividamento crônico. Marques (2006) define o fenômeno como a impossibilidade global do devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futura de consumo (excluindo as dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e alimentos). Para Leitão Marques (2000), o superendividamento pode ser também designado pela falência ou insolvência de consumidores, referindo-se às situações em que o devedor se vê impossibilitado, de uma forma durável e estrutural, de pagar o conjunto de suas dívidas.

Os excertos doutrinários classificam os superendividados em ativos e passivos. Em sua pesquisa, Consalter⁹ (2005) definiu que o superendividado ativo é aquele consumidor que contribui, age e atua positivamente para se colocar na

⁹ Defensora Pública do Estado do RS. Pesquisa intitulada: O perfil do Superendividado no Estado do Rio Grande do Sul.

posição de endividado. Em suma, seria aquele que “gasta mais do que ganha”. Em outra perspectiva, o superendividado passivo é aquele que teve seu endividamento provocado por agentes externos, por circunstâncias alheias à sua vontade ou atuação, não previsíveis; é colocado no rol dos que se veem impossibilitados de saldar o conjunto de suas dívidas. Algumas hipóteses seriam morte ou doença na família, divórcio, desemprego, acidente dentre outros.

A referida classificação é constantemente encontrada na literatura do Direito, quanto aos estudos sobre o endividamento, sendo citada neste trabalho a título de expor como se apresenta o debate a respeito do fenômeno. Pois, nesta pesquisa, refuta-se a ideia de compreender o fenômeno do superendividamento a partir desta ótica, tendo em vista que culpabiliza o sujeito pela sua condição. Portanto, estar de acordo com essa perspectiva implica abrir mão da totalidade (categoria do método fundamental nesta pesquisa), implica uma apreensão que não permite extrapolar a aparência do fenômeno em questão.

Por todo o exposto, destaca-se que a perspectiva deste estudo compreende que tanto o endividamento quanto o superendividamento são também fruto das transformações econômicas advindas da expansão do crédito no Brasil. Nesse contexto, é possível compreendê-los como expressões da questão social na contemporaneidade, com sua raiz na sociedade de consumo, pois as consequências sociais dessas situações de vulnerabilidades econômicas se manifestam no cotidiano. Nesse sentido, conforme Carvalho e Netto:

Vista sob um certo ângulo, a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão. (CARVALHO; NETTO, 2011, p. 19)

Como se viu esse fenômeno social tem sido objeto de estudo de algumas áreas do conhecimento e também de Instituições e órgãos interessados em, mesmo que de forma superficial, monitorar a situação de endividamento das famílias brasileiras, exemplo disso o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA),

através do Índice de Expectativa das Famílias (IEF).¹⁰ Segundo dados da pesquisa, com relação à expectativa da família para o consumo, em agosto de 2011, no tocante a bens de consumo duráveis, 56,8% das famílias brasileiras afirmam que o momento é propício, contra 38,3% que não acham o momento ideal para tal. No que se refere às regiões brasileiras:

A região Centro-Oeste reduziu o percentual de otimismo em relação ao mês anterior. Em julho, 57,5% das famílias no Centro-Oeste entendiam que o momento era bom para consumo. Já em agosto (mês em estudo), 54,7% afirmaram que o momento é propício para o consumo. Enquanto, no Sul e Norte, 58,4% e 56% respectivamente, consideraram o momento ruim para o consumo de bens duráveis. Destaque para o Nordeste onde quase 70% responderam ser um bom momento para o consumo. (IPEA, 2011, p. 9)

A pesquisa realizada pelo IPEA apenas apresenta dados, não há uma análise dos mesmos relacionando-os com a conjuntura atual do país. Nesse sentido, o IEF apresenta resultados referentes à expectativa da família sobre o endividamento, 9,7% das famílias se consideram muito endividadas e 52,2% afirmam não possuir dívidas. E, no que se refere às regiões brasileiras:

Registre-se ainda que, assim como em julho, na atual edição, a maior proporção de famílias sem dívidas se encontra no Centro-Oeste (81,4%), seguido pelo Sudeste com 61,7%. Enquanto isso, a região Nordeste apresenta o maior percentual de famílias muito endividadas (14,2%). (IPEA, 2011, p. 10).

O estudo aponta que o grau de endividamento das famílias se relaciona com o peso da dívida no orçamento familiar e que a proporção dos endividados, cuja dívida representa até a metade do rendimento domiciliar mensal, subiu em agosto de 2011, para 22%. A proporção daqueles cujas dívidas representam mais de 5 vezes o orçamento familiar também subiu, alcançando os 16,9%. Os dados relacionados com a região Sul do país revelam que 6% das famílias encontram-se muito endividadas; 13% mais ou menos endividadas; 26,1 % pouco endividadas e 54,8% afirmam não possuir dívidas desse tipo.

¹⁰Pesquisa realizada em 3.810 domicílios, distribuídos por mais de 200 municípios em todas as unidades da federação, conforme o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA.

Em agosto de 2012, a 24ª edição da pesquisa apresentou dados onde o endividamento médio das famílias brasileiras apresentou uma diminuição em 7,1%. O gráfico 01, abaixo, expõe a percepção das famílias sobre o grau de endividamento relativo à renda familiar mensal. Os dados apontam que a região Centro-Oeste apresentou alta na taxa de famílias sem nenhum endividamento, tendo 92,6% das famílias declarado não ter nenhuma dívida, valor superior ao mês de junho (88,8%) em 3,8 pontos percentuais. A região Sudeste é a segunda com o maior índice de famílias sem dívidas, representando 64% das famílias. Em seguida, a região Sul, com 59,8% das famílias sem dívidas.

Com relação ao Nordeste do país, observou-se uma alta no número de famílias sem nenhuma dívida, de 37,8%, em junho (2012), para 39,9% no mês de julho (2012). Com uma alta de 2,1 pontos percentuais, a taxa de “mais ou menos endividado” na região Norte (47,7%) ainda é superior ao percentual de famílias que não tem nenhuma dívida (26%).

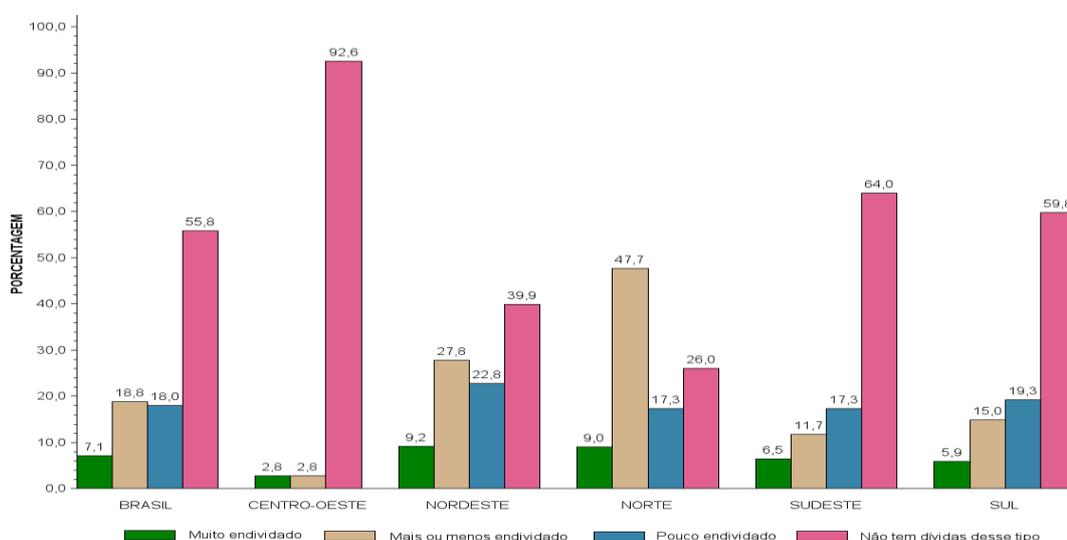


Gráfico 1 – Percepção das famílias sobre o grau de endividamento relativo à renda familiar mensal, em %. Brasil e Grandes Regiões. Julho de 2012
Fonte: IPEA-IEF (2012)

Com relação aos resultados apresentados pelo estudo realizado pela Federação do Comércio de São Paulo– FECOMERCIO SP, publicado em 2012, com o objetivo de traçar uma avaliação detalhada dos efeitos da política de crédito adotada pelo Governo Federal, em 2010 e 2011, houve um aumento nas situações de endividamento das famílias brasileiras, divergindo da pesquisa do IPEA.

Os principais dados apontam que, na média das capitais, ocorreu um aumento de 6,39% no número de famílias endividadas, o que corresponde, em números absolutos, a mais de 525 mil famílias com dívida. Dessa forma, o total de famílias endividadas saltou de 58,58% para 62,5%. Outro fator importante refere-se ao volume total das dívidas mensais desse contingente de famílias endividadas, que passou de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 13,5 bilhões, em valores atualizados, representando um aumento médio real de 11,57%, taxa essa muito próxima ao crescimento real médio do volume de crédito, para pessoas físicas em todo Brasil, informada pelo Banco Central para o ano passado (11%).

Como resultado desse processo, o valor médio real da dívida mensal das famílias passou de R\$ 1.470, em 2010, para R\$ 1.543, em 2011, aumento de 4,87%. E, sobre o total médio mensal estimado da dívida das famílias nas capitais, avaliado em R\$ 13,5 bilhões, considerando uma taxa média de 45,5% de juros nos empréstimos, pode-se afirmar que cerca de R\$ 6,1 bilhões desta dívida correspondem exclusivamente ao custo dos empréstimos. A dívida mensal das famílias cresceu, em média, 11,57% em relação a 2010, sendo que Curitiba registrou a maior elevação de 35,62%, e Aracaju a maior retração, 16,11%.

Foram comparados os principais indicadores mensais sobre a taxa de endividamento, número de famílias com dívidas, seus valores totais e médios e nível de comprometimento da renda com empréstimos, em todas as capitais brasileiras. A partir daí constatou-se que a região Sul se destaca com resultados relevantes e preocupantes. Curitiba é a capital com maior percentual de famílias endividadas em 2011, 90,27%; Florianópolis é a segunda no *ranking*, com 88,83% e Porto Alegre tem a maior dívida média por família no Brasil, R\$ 2.180 por mês/família.

Percebe-se que mesmo que com dados divergentes, o fenômeno está sendo pesquisado com o intuito de avaliar se o grau de inadimplência das famílias se apresenta como um indicador de risco para uma crise econômica futura. Pouco se fala sobre as consequências sociais do fenômeno. Contudo, na área jurídica, este tema tem se revelado como objeto de estudo; e em todo o Brasil são realizadas projetos acerca da prevenção e tratamento das dívidas dos consumidores, tendo como norte o Código de Defesa do Consumidor.

No Rio Grande do Sul, destacam-se algumas experiências como o projeto Conciliar é Legal¹¹, em 2007, através do projeto piloto “*Tratamento das Situações de Superendividamento do Consumidor*”, o qual objetivou a reinserção social do consumidor superendividado, através da conciliação para processual ou processual, obtida em audiências de renegociação com a totalidade de seus credores. O projeto piloto foi apresentado em eventos importantes como o Congresso Internacional de *Law and Society*, em Berlim, e o Congresso Regional Econômico de Integração e Proteção do Consumidor nas Américas e na Europa, ambos em 2007, onde foram discutidos diferentes modelos legais para o enfrentamento das situações de Superendividamento.

Em relação ao projeto, as audiências eram presididas pelo Juiz de Direito, que propunha a renegociação com cada credor, a partir das condições pessoais do superendividado e respeitando a preservação do seu mínimo vital. Muitas foram as Comarcas atendidas pelo Projeto: Sapucaia do Sul, Canoas, Charqueadas, Sapiranga, Porto Alegre, dentre outras. Destaca-se que este Projeto da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul nasceu após a parceria entre a Defensoria e o Centro de Estudos de Direito do Consumidor, do Programa de Pós-Graduação da UFRGS (PPGDIRS/UFRGS), do qual resultou a pesquisa *O Perfil do Superendividado no Estado do Rio Grande do Sul (2005)*.

Segundo Consalter (2005), a pesquisa teve como amostra 100 usuários da defensoria pública do estado e gerou os seguintes dados com relação às características dos gaúchos em situação de vulnerabilidade econômica: dos entrevistados, 49% dos superendividados são homens e 51% são mulheres; com relação à faixa etária 12% possuem menos de 30 anos, 24% possuem entre 30 e 50 e 64% possuem mais de 50 anos.

O estudo avaliou também os devedores em duas categorias: de ativos e passivos. No primeiro caso, aqueles que assinalaram a opção “gastou mais do que ganha”, o que representou um total de 20%; e, no segundo, aqueles em que o endividamento foi provocado por circunstâncias alheias a sua vontade ou atuação, o

¹¹ Relatório Geral (2007) Adesão ao Projeto Conciliar é Legal –CNJ – Karen Rick Danilevicz Bertoncello e Clarissa Costa Lima.

que representou 80% dos entrevistados. Tal pesquisa chama atenção para o fato de que cerca de 49% dos entrevistados deve para três ou mais credores.

Em 2008, a Defensoria, através do Projeto *Observação, Prevenção e Tratamento do Superendividamento dos Consumidores*, desenvolveu uma ação mais ampla não só no tratamento das dívidas, conforme o projeto mencionado anteriormente, mas também englobando ações mais amplas de abordagem transdisciplinar nos campos do direito, da economia, da sociologia e da psicologia social, consoante proposta de apresentação do projeto¹². Contudo, é importante ressaltar que essas ações são gratuitas e destinadas aos cidadãos que percebem renda de até três salários mínimos.

Por fim, verifica-se que as discussões que envolvem a temática da vulnerabilidade econômica das famílias brasileiras apontam para o risco da contratação do crédito “fácil” e “rápido”, colocando as instituições financeiras e seus juros exacerbados como as grandes vilãs. Convém salientar que no país não há regime legal específico que intervenha no caso de superendividamento dos consumidores, sendo o Código de Defesa do Consumidor o aporte para os casos judiciais.

Não se pode negar que ao mesmo tempo em que o acesso ao crédito proporciona a busca imediata pela satisfação de necessidades e inclusão social (sentimento de pertencer a esta sociedade através do consumo e acesso a bens e consumo essenciais), o seu uso indiscriminado proporciona também o seu inverso.

Observa-se, também, diante dos dados, que o índice de endividamento das famílias brasileiras aponta para um crescimento constante, no entanto percebe-se nesses estudos uma preocupação com o equilíbrio do cenário creditício do país. Os mais pessimistas sugerem um potencial risco de inadimplência como fator gerador de uma crise financeira, enquanto os otimistas afastam o risco de qualquer crise profunda que venha a comprometer a economia.

¹²Projeto Observação, Prevenção e Tratamento do Superendividamento dos Consumidores. Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul - Escritório de Santa Maria. Elaborado por Felipe Kirchner, Defensor Público Coordenador e Alessandra Quines Cruz, Defensora Pública Coordenadora.

De fato, as pesquisas relacionadas ao endividamento das famílias brasileiras são ainda incipientes, e devem ser pensadas a partir de uma análise interdisciplinar. Verifica-se que os estudos revelam que estão sendo propostas ações em âmbito nacional, voltadas para a dimensão individual do fenômeno, e não em uma perspectiva de dar visibilidade ao cerne desta questão, através de um debate amplo e coletivo. Ressalta-se a importância de analisar o fenômeno a partir de uma questão de ordem social e não individual, tendendo a culpabilizar o sujeito por sua incapacidade de administrar seu orçamento, deixando de lado todo o contexto socioeconômico no qual o indivíduo está inserido.

Pretende-se, no próximo capítulo, buscar uma aproximação maior com este universo, a partir das percepções dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Além das características sociodemográficas dos usuários, procura-se decifrar de que forma a sociedade de consumo está contribuindo para a situação de vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social, a partir das situações vivenciadas por esses usuários, suas experiências e suas definições acerca do assunto.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE CONTEMPORÂNEO

Como parte do processo investigativo desta pesquisa, busca-se, antes de responder ao problema de pesquisa, qual seja *“De que forma a sociedade de consumo tem contribuído para a vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, no âmbito do V Comando Aéreo Regional?”*, identificar quem são os usuários do Serviço Social da GUARNAE-PA e de que forma as expressões da questão social se manifestam neste espaço sócio-ocupacional. Segundo Iamamoto (2009), nos diferentes espaços ocupacionais do Assistente Social, é de suma importância impulsionar pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho.

5.1 QUEM SÃO OS USUÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL?

Este levantamento foi realizado através da análise documental de 400 prontuários, referentes aos usuários em situação de vulnerabilidade econômica e suas características foram traçadas através de variáveis tais como: categoria funcional, sexo, faixa etária, estado civil, famílias em que o usuário é o único provedor do lar, famílias em que o companheiro(a)/esposa(o) não desenvolve atividade remunerada, número de dependentes, renda familiar líquida e percentual de endividamento das famílias.

Destaca-se a seguir quem são os usuários do Serviço Social na GUARNAE-PA. Observa-se que os soldados são a categoria que possuem maior representatividade, somando um total de 154 usuários (S1+S2), conforme demonstra o Gráfico 2, seguidos pelos Sargentos (Sgt) 103 pessoas.

Gráfico 2- Categoria Funcional

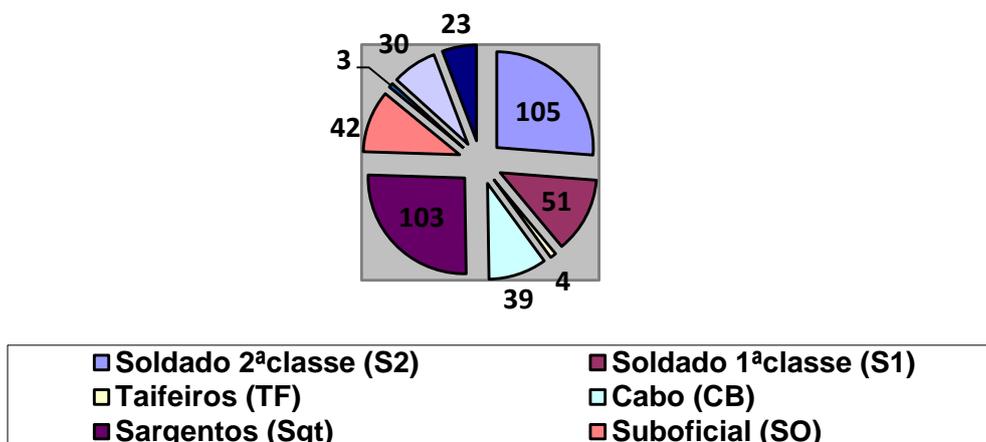


Gráfico 2 – Categoria funcional
Fonte: Souza (2012)

Ressalta-se que os soldados ingressam nas fileiras da FAB através do alistamento, que deve ser realizado por todo jovem brasileiro do sexo masculino, no período de 1º de janeiro a 31 de maio do ano em que o cidadão completar dezoito anos, na Junta de Serviço Militar (JSM). Caso seja selecionado, será designado para prestar Serviço Militar Obrigatório, pelo período de um ano, em uma Organização Militar da Ativa. Após esse período, se for considerado apto, poderá optar em continuar prestando serviço, que não mais será obrigatório, ou solicitar o seu desligamento.

Na Aeronáutica, a mobilidade funcional para a categoria acontece da seguinte forma: durante o ano obrigatório é denominado Recruta, após esse período, Soldado de 2ª classe e, se optar em prestar concurso interno, poderá chegar a Soldado de 1ª classe, o que lhe proporcionará a possibilidade de prestar concurso interno para Cabo e posteriormente para Sargento. Convém salientar o caráter do vínculo temporário com a instituição dos soldados e cabos, sendo considerado estável apenas a categoria dos sargentos quando completados os 10 anos de serviço ativo.

Com relação ao gênero, destaca-se que a maioria dos sujeitos usuários que procuram o Serviço Social são homens. Este universo reflete os aspectos históricos que envolvem o ingresso nas Forças Armadas, pela Constituição; as mulheres estão isentas do serviço militar obrigatório, no entanto podem servir, voluntariamente, como militares de carreira ou temporários.

Ressalta-se que na FAB a presença das mulheres completou 30 anos em 2012. As primeiras mulheres militares do COMAER ingressaram em 1982, no Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica, que abrange o Quadro Feminino de Oficiais da Reserva da Aeronáutica (QFO) e o Quadro Feminino de Graduados da Reserva da Aeronáutica (QFG)

Desde então, observa-se que a presença das mulheres vem crescendo. Nos últimos 10 anos, a presença feminina nos quadros profissionais cresceu 154%. Em 2002, elas eram 3.249 e, atualmente, são 8.284 militares¹³. Com o passar dos anos, elas têm se destacado, inclusive ocupando cargos de liderança e chefia, em áreas antes tipicamente masculinas. Contudo, mesmo com o expressivo aumento das mulheres militares no efetivo, quando comparado ao quantitativo total de militares da FAB, 67.442, ainda representam uma parcela pequena 12,28 % do efetivo.

Gráfico 3- Divisão por Sexo

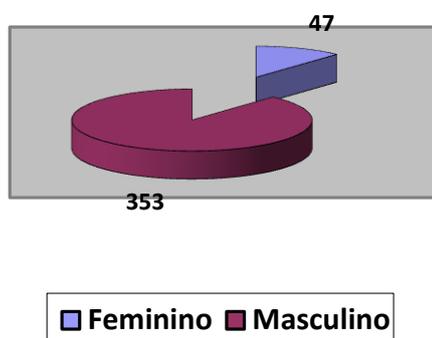


Gráfico 3 – Divisão por sexo
Fonte: Souza (2012)

Destaca-se que das 47 mulheres que possuem prontuário de atendimento no Serviço Social, 39 delas são pensionistas, conforme Gráfico 2, 5 são servidoras civis e apenas 3 são militares.

No que tange à idade dos usuários, conforme demonstra o Gráfico 4, o maior quantitativo de usuários possuem idades variando de 18 a 35 anos, o que reflete a idade das categorias funcionais que abrangem os soldados e os sargentos. Os primeiros ingressam no ano que completam 18 anos, conforme mencionado

¹³ FAB. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=10081>

anteriormente, podendo permanecer pelo período de 06 anos, caso encerrem a carreira militar como soldado de 1ª classe. Já os segundos ingressam no Curso de Formação de Sargentos (CFS) com idades entre 17 e 24 anos, e após a conclusão do Curso ou Estágio (com aproveitamento), o jovem será promovido à graduação de Terceiro-Sargento e incluído no Quadro de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica (QSS), na especialidade na qual realizou o estágio. Na categoria acima de 60 anos estão inclusos os pensionistas, militares da reserva e servidores civis aposentados.

Gráfico 4- Divisão por Idade

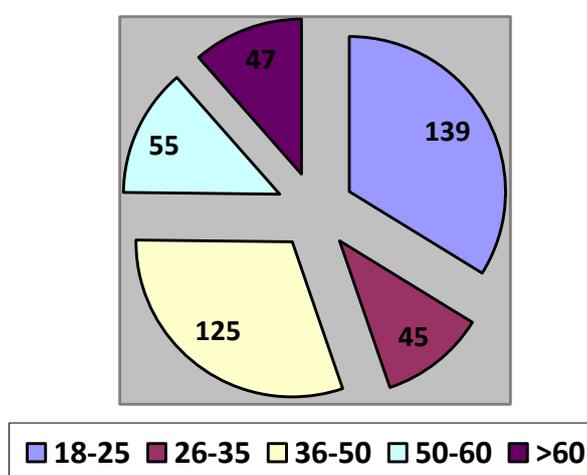


Gráfico 4 – Divisão por idade
Fonte: Souza (2012)

Outra variável utilizada refere-se ao estado civil, conforme apresenta o Gráfico 5, 192 usuários são casados, o que representa 48%. Como categoria casado (a) engloba-se também a união estável, tendo em vista que muitos que possuem a referida certidão, na entrevista social, se declaram casados, impossibilitando que seja feita tal distinção na coleta de dados dos prontuários. O Gráfico 6 demonstra que 162 usuários possuem companheira(o)/esposa(o) que não desenvolvem atividade remunerada.

Gráfico 5 - Divisão por Estado Civil

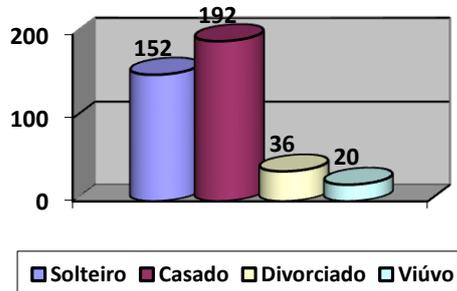


Gráfico 6 - Possui companheira (o)/esposa(o) que não desenvolve atividade remunerada

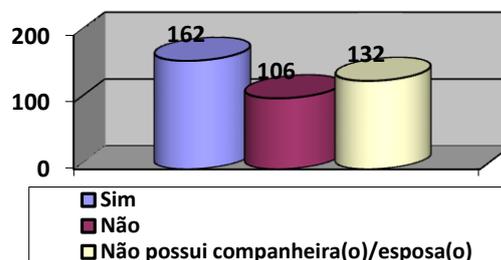


Gráfico 5 – Companheiro(a)/espos(a) que não desenvolve atividade remunerada

Gráfico 6– Divisão por estado civil

Fonte: Souza (2012)

Outro fator que reforça os dados apresentados no Gráfico 6 são as constantes movimentações das famílias pelo território brasileiro e, em alguns casos, no exterior; tal aspecto, inerente à vida militar, muitas vezes dificulta que seu cônjuge/companheiro estabeleça vínculo de trabalho. Considerando que os usuários em sua maioria são homens e que o Gráfico 6 representa a realidade das mulheres, observa-se que, mesmo com o aumento da entrada da mulher no mercado de trabalho, essa categoria ainda representa a minoria quando o assunto é população economicamente ativa. Esta informação corrobora com o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referente a um comparativo da presença da mulher no mercado de trabalho em relação ao homem, no ano de 2011, no qual se constatou que:

Gráfico 7- Distribuição da população segundo sexo (%)- 2011*

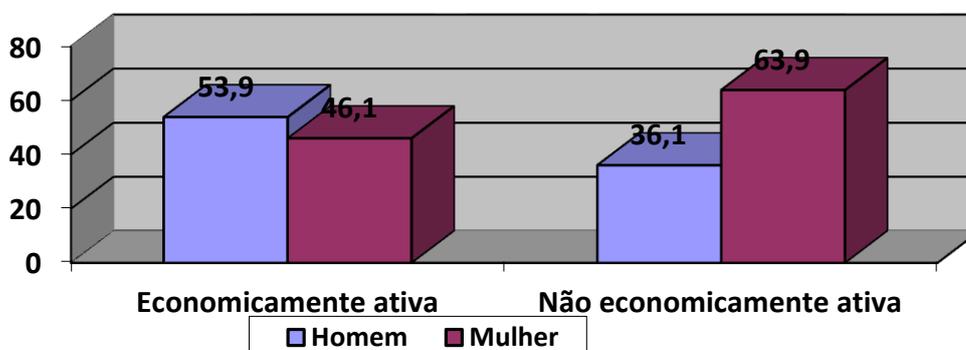


Gráfico 7– Distribuição da população segundo o sexo (%) - 2011

Fonte: Estudo realizado pelo IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011

*Média das estimativas mensais.

No que se refere aos dados apresentados pelo Gráfico 8 tem-se que 56% (224) dos usuários não são os únicos provedores do lar. Tal aspecto reflete-se nas diversas variações das composições familiares que, em alguns casos, são compostas pelos usuários, companheira (o)/esposa (o), filhos, mães, pais, irmãos, primos e cunhados. Observam-se também casos em que a complementação do salário do usuário é feita pela aposentadoria dos pais ou dos sogros, que auxiliam no provimento do lar e nos cuidados com os netos. Nesse sentido, o Gráfico 9 demonstra o número de pessoas que dependem economicamente da renda dos usuários, seja como complemento para atender as necessidades básicas da família, como no caso dos soldados que residem com os pais, seja como para o provimento de tais necessidades.

Gráfico 8- Usuário como único provedor do lar

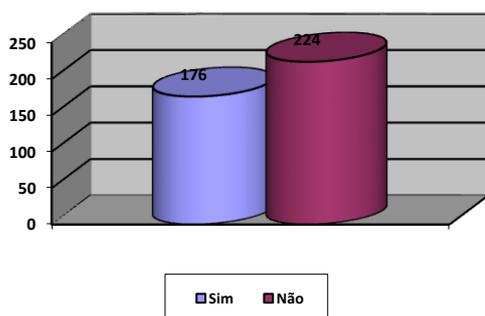


Gráfico 8 – Usuário como único provedor do lar
Fonte: Souza (2012)

Gráfico 9- Número de dependentes

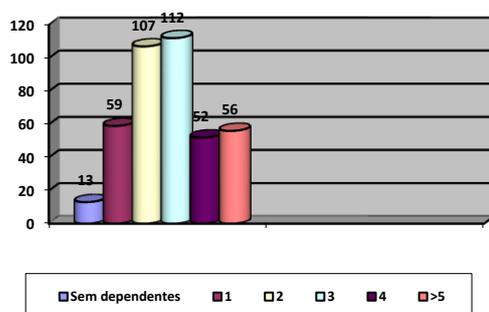


Gráfico 9– Número de dependentes
Fonte: Souza (2012)

Para fins deste levantamento considerou-se dependente aquele que faz parte da unidade doméstica¹⁴. Salieta-se que o número de usuários que possuem 2 dependentes é muito próximo daqueles que possuem 3, quantificando 107 e 112, respectivamente. Essa realidade ratifica os dados apresentados pelo Censo 2010, realizado pelo IBGE, no qual o número médio de moradores foi de 3,3 pessoas. No caso dos usuários que residem apenas com a/o companheira(o) e os filhos, considera-se como mais um reflexo do processo da queda da fecundidade que vem ocorrendo sistematicamente no País nas últimas décadas.

5.2 A IDENTIFICAÇÃO DAS DEMANDAS A PARTIR DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PASIC 3): REFLEXÕES ACERCA DESTE CENÁRIO CONTRADITÓRIO

Com o objetivo de conhecer se a estrutura do Sistema de Assistência Social do COMAER viabiliza ao Serviço Social da GUARNAE-PA o enfrentamento das situações decorrentes da vulnerabilidade econômica dos seus usuários, foi apresentada, no capítulo 3, de que forma está organizada tal estrutura. Após esta etapa, pretende-se neste tópico expor reflexões acerca da investigação realizada, com o objetivo de apreender de que forma a situação de vulnerabilidade econômica dos sujeitos se apresenta enquanto demanda para o Serviço Social.

Destaca-se que não é pretensão reduzir a prática profissional à mera identificação das demandas, pois, tal fato, segundo Simionatto (1999), acarretaria em uma análise que não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas, no contexto antagônico das relações sociais capitalistas. Vislumbra-se relacionar as demandas que serão apresentadas com as situações de vulnerabilidade econômica que serão analisadas posteriormente.

Conforme pontuado no capítulo 3, o Programa de Assistência Social é dividido em 5 áreas de atuação, denominadas subprogramas: Saúde, Educação, Habitação, Alimentação e Funeral. No âmbito do V COMAR são desenvolvidos todos os subprogramas com exceção do Funeral, o qual ainda não houve demanda.

¹⁴ Utiliza-se a mesma definição de “Unidade Doméstica” utilizada pelo Censo 2010, realizado pelo IBGE, no qual a formação da Unidade Doméstica se dá a partir da relação de parentesco ou convivência com o responsável pela unidade doméstica, assim indicado e reconhecido pelos demais membros da referida unidade como tal. Assim, de acordo com o conceito adotado, todas as pessoas que vivem em um domicílio fazem parte da mesma unidade doméstica.

A seguir apresenta-se a sistematização da quantificação dos atendimentos sociais realizados em 2010, separados por posto/graduação e por subprogramas. Conforme visto anteriormente, este levantamento foi o primeiro passo para dar início a esse estudo.

BENEFÍCIOS SOCIAIS PASIC 3	S2 Soldado 2ª classe	S1 Soldado 1ª classe	TF Taifeiro	CB Cabo	SGT Sargento	SO Suboficial	PE Pensionistas	CV Civis	ORIENTAÇÃO SOCIAL	BENEFÍCIOS SOCIAIS FORNECIDOS
SAÚDE	01	03	0	02	07	03	0	04	32	20
ALIMENTAÇÃO	143	62	09	125	110	17	89	37	03	592
EDUCAÇÃO	X	X	X	02	09	04	X	01	05	16
TOTAL	144	65	09	129	126	24	89	42	40	668 (somatório)

Quadro 3 – Atendimentos Sociais realizados e Benefícios Sociais fornecidos em 2010
Fonte: Souza (2011)

De acordo como quadro acima, foram realizados 668 atendimentos sociais e, dentre esses, fornecidos 628 benefícios sociais compreendidos nos subprogramas supracitados. Os soldados novamente são a categoria que contabiliza o maior número desses atendimentos, 209, expressos no quadro através das siglas S1(soldado especializado) e S2 (soldado de 2ª classe). Seguidos dos Cabos, com 129, e dos Sargentos com 126. Os outros 40 atendimentos referem-se às orientações sociais, sobre os temas relacionados à saúde, alimentação e educação, mas que não foram atendidos através dos benefícios sociais institucionais e encaminhados para a Rede Socioassistencial do município.

Percebe-se que o maior quantitativo de atendimentos, em 2010, refere-se ao Subprograma Alimentação, no qual são fornecidas cestas básicas. Contribui para este fato a cesta básica na Região Sul do país frequentemente ocupar o *status* de mais cara do Brasil, segundo dados do Departamento Intersindical e Estatística de Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Outro fator observado é que na maioria das vezes a procura pelo subprograma acontece quando o usuário já não consegue prover os gastos para garantir a alimentação da família, seja pela condição de endividamento ou superendividamento financeiro ou por outras situações ocasionais.

As famílias atendidas pelo projeto são acompanhadas pelo Serviço Social durante um período e são pensadas ações para fortalecimento destes usuários. Há a preocupação por parte dos profissionais para que o fornecimento de cesta básica não esteja atrelado apenas a uma ação imediatista, que este subprograma não tenha um caráter assistencialista. Ademais, sua importância se reflete na medida em que o acesso à alimentação é um dos direitos sociais afiançados na Constituição de 1988 e um dos direitos fundamentais consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê, em seu Art. XXV: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação [...]”.

O subprograma educação opera através da modalidade de “transferência de renda”; o usuário, após a compra do material escolar e/ou uniformes, solicita a restituição dos valores gastos e, após atendimento social onde será realizada análise socioeconômica, receberá em conta os valores que podem variar de 50% a 100% do valor da compra. A restituição poderá ser feita também através da modalidade excepcional. Observa-se que os poucos atendimentos realizados neste subprograma se relacionam com a estreita divulgação do mesmo, no ano de 2010, tendo em vista que são várias as unidades atendidas pelos Serviço Social.

Com relação ao subprograma habitação este apresenta a maior dificuldade de operacionalização. Em seu texto, a ICA 163-1, em consonância com a Conferência de Istambul, realizada em 1996, propõe que é importante considerar a moradia numa dimensão qualitativa. No entanto, as exigências para sua operacionalização impedem que as ações sejam concretizadas. A exemplo salienta-se que todos os benefícios sociais previstos na referida Instrução de Comando são para o atendimento dos usuários que estão em situação de vulnerabilidade social, a partir daí, percebe-se, diante da realidade das OM atendidas, que a condição da comprovação de imóvel próprio para esses sujeitos já é um empecilho para o desenvolvimento das ações. Muitos dos solicitantes residem em moradias cedidas por parentes ou em construções próprias, cujo terreno não há qualquer tipo de regularização. Ressalta-se que nem todos os militares conseguem moradia nos Próprios Nacionais Residenciais, ou seja, nas vilas militares, e que só possuem o direito os militares de carreira e da ativa.

Quanto aos atendimentos na área da Saúde, em 2010, eram inexpressíveis, tendo em vista que a legislação previa que o atendimento através dos benefícios sociais, previstos neste subprograma, seria através de processo licitatório, ou seja, o Serviço Social faria a compra de medicamentos, óculos, próteses, órteses, credenciamento de profissionais de saúde, etc. Tal processo dificultava o atendimento, pois não era possível prever as situações solicitadas com toda a sua especificidade, e a demora no trâmite muitas vezes comprometia o processo saúde-doença vivenciado pelo usuário.

Nesse sentido, as demandas pelos recursos sociais oferecidos por este subprograma encontravam-se na condição de demanda reprimida, pois não eram atendidos pelo Sistema de Saúde da Aeronáutica – SISAU e, na maioria das vezes, não obtinham sucesso na Rede Municipal e Estadual de Saúde. Foram diversos os encaminhamentos para o Sistema de Garantia de Direitos e poucos foram os retornos favoráveis.

A partir de julho de 2011, com a autorização (através de documento interno) para atendimento, através de restituição de despesas previamente efetuadas, dos recursos sociais na área da Saúde, previstos na ICA 163-1, o Subprograma ganhou força na sua operacionalização. A seguir, demonstram-se os dados relativos aos atendimentos do ano de 2011, separados por Subprogramas e os valores dos recursos investidos nos atendimentos sociais.

BENEFÍCIOS SOCIAIS (PASIC 3)	Nº DE ATENDIMENTOS	RECURSOS
ALIMENTAÇÃO	568	R\$ 116.973,00
SAÚDE	110	R\$ 175.489,48
EDUCAÇÃO	20	R\$ 8.296,08
HABITAÇÃO	2	R\$ 12.651,64
ORIENTAÇÃO SOCIAIS	100	_____
TOTAL	800	R\$ 313.410,20

Quadro 4 – Atendimentos Sociais realizados em 2011 divididos por Benefícios Sociais e o total de recursos investidos
Fonte: Souza (2012)

Observa-se que os atendimentos na área da Saúde exigiram um maior investimento de recursos. Os valores e o número de atendimentos referem-se ao período de 6 meses, quando da autorização para viabilizar as ações. Vale ressaltar que desde então grande parcela dos recursos da Assistência Social neste Comando são para viabilizar as restituições na área da Saúde, pois o SISAU não prevê as restituições de muitos dos benefícios previstos na Instrução de Comando e quando prevê não o abrange em sua totalidade. Como agravante o tempo de espera para recebimento dos valores a serem restituídos, em alguns casos, chega a mais de 6 meses, o que contribui para agravar ainda mais a situação financeira dos usuários que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica.

Por todo exposto é que diante da gravidade da situação de saúde vivenciada pelo usuário é que muitas vezes o mesmo direciona-se diretamente para a Assistência Social, em busca de recursos para solução da situação. É comum nessas circunstâncias os usuários recorrerem a parentes e a empréstimos para efetuar a compra de um medicamento ou realização de algum tratamento e posteriormente procurar o Serviço Social, para que seja efetuado algum tipo de restituição. Nesse sentido, o Serviço Social tem orientado principalmente aos usuários que fazem uso de medicamento ou tratamentos contínuos, para que procurem a Rede de Saúde do Município e do Estado e, quando necessário, o Sistema de Garantia de Direitos, cobrando do poder público seus direitos enquanto cidadão.

No que se refere ao subprograma habitação, em 2011, foram realizados dois atendimentos sociais que foram concluídos com êxito, no entanto, diante das solicitações que são requeridas diariamente ao setor, o número ainda é inexpressivo.

No que tange ao subprograma educação houve um aumento dos atendimentos em 2011 e, após ampla divulgação, em 2012, os números dos processos de restituições referentes às despesas escolares praticamente triplicou. O subprograma alimentação, ainda com o maior quantitativo de atendimentos, teve uma redução de 126 atendimentos, acredita-se que este movimento seja fruto das ações na área de planejamento financeiro e orientações acerca da temática do consumo desenvolvidas através dos projetos sociais.

E, por fim, o número de atendimentos relacionados às orientações sociais, ou seja, que não geraram nenhum tipo de “benefício social institucional”, no que tange à reprodução material, aumentou consideravelmente: dos 40 atendimentos realizados em 2010 saltou para 100 realizados em 2011. As orientações sociais têm como foco esclarecer para os sujeitos os direitos e serviços oferecidos pela instituição e pelo poder público no sentido mais amplo. O Assistente Social é um mediador no âmbito institucional, na intervenção dos conflitos que ocorrem no espaço privado, no âmbito doméstico ou institucional, atuando nas diversas manifestações da questão social.

No âmbito do COMAER, as mais recorrentes envolvem as situações de violência doméstica, uso abusivo de álcool, uso de drogas ilícitas, solicitação de auxílio nos pedidos de movimentação do militar para outros estados, nos casos em que não houve adaptação da família ou por motivo de saúde. São comuns também denúncias de maus tratos contra idosos ou situação de abandono em instituições de longa permanência, que chegam ao Serviço Social através do SERINT. E, os casos de endividamento e superendividamento, que ocasionam aos usuários a impossibilidade de prover as necessidades básicas da família, conforme demonstrado, têm originado a procura pelo acesso as benefícios institucionais.

Nesse sentido, o Serviço Social trabalha sempre que necessário, articulando com a Rede Socioassistencial e o Sistema de Garantia de Direitos, os Centros de Referência de Assistência Social– CRAS, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD, a Defensoria Pública e o Ministério Público.

Entende-se que ao COMAER não deve ser atribuída a transferência dos mecanismos de proteção social do Estado e sua atuação deve estar voltada ao caráter complementar, sempre na perspectiva de efetivação de direitos. Quanto ao Recurso da Assistência Social no COMAER, mesmo com seu caráter contributivo, a situação vivenciada pela Instituição em todas as suas frentes, no que tange à operacionalização da sua atividade fim, ao sistema de saúde e de “apoio ao homem”, fruto das consequências do momento histórico imposto pelo ideário neoliberal, reflete um grave sucateamento.

O desmonte do Estado Brasileiro repercute diretamente no sucateamento da instituição, que vai desde as perdas salariais, precarização das relações de trabalho, novas formas de contratação, redução dos recursos orçamentários, o que fez cair a qualidade dos serviços institucionais. As transformações no universo de trabalho, as demissões em massa, a sobrecarga de tarefas, a polivalência, além das demandas referentes à redução dos salários impulsionaram ao redimensionamento das ações do Serviço Social para o atendimento das novas determinações dessa força de trabalho. (ZACARON, 2011, p.55)

As dificuldades enfrentadas no cotidiano profissional refletem as consequências da focalização dos gastos sociais em programas que se atenam a atender somente as necessidades básicas dos usuários e o atendimento restrito a um público específico, no caso do COMAER, aos usuários em situação de vulnerabilidade social.

Nessa seara, o fornecimento dos recursos sociais, no que tange à reprodução material da força de trabalho, não pretende uma complementação salarial, através de “salários indiretos”, e sim viabilizar direitos que, de certa forma, o usuário não conseguiu acessar ou suprir uma incapacidade momentânea de prover suas necessidades básicas. Portanto, não pretende ter um caráter de fornecimento contínuo.

5.3 VULNERABILIDADE ECONÔMICA E SOCIEDADE DE CONSUMO: AS SITUAÇÕES DE ENDIVIDAMENTO E SUPERENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS DO SESO DA GUARNAE-PA

O significativo aumento de pessoas endividadas, ou seja, a expansão deste fenômeno na sociedade brasileira possibilitou que este tema fosse objeto de debate e investigação em diversas áreas.

No âmbito do V COMAR, observa-se que este é um dos fatores que contribuem para que o usuário procure o Serviço Social, para acessar aos recursos sociais institucionais.

A importância da análise das variáveis, até agora apresentadas, decorre da necessidade de visualizar as características sociodemográficas das famílias que são usuárias das ações sociais do COMAER, tendo em vista o lugar central que estas ocupam hoje nas Políticas Públicas.

Dessa forma, para conhecer as condições de vida dos indivíduos, faz-se necessário depreender as diferentes formas de inserção social dos membros da família, pois é neste espaço que se articulam as mais diversas formas de alternativas para superar as situações de precariedade social, diante do desemprego ou inserção precária no mundo do trabalho (ALENCAR, 2006).

5.3.1 A Renda das famílias

Para melhor compreensão de como se apresentam as situações de vulnerabilidade econômica na referida instituição, primeiramente, o Quadro 5 expõe as informações sobre a graduação e os soldos dos militares.

GRADUAÇÃO	SOLDO
SUBOFICIAL (SO)	R\$ 3.597,00
PRIMEIRO-SARGENTO (1S)	R\$ 3.180,00
SEGUNDO-SARGENTO (2S)	R\$2.748,00
TERCEIRO-SARGENTO (3S)	R\$2.268,00
CABO (CB)	R\$1.518,00
TAIFEIRO DE 1ª CLASSE (TF)	R\$1.437,00
TAIFEIRO DE 2ª CLASSE (TF)	R\$1.365,00
SOLDADO DE 1ª CLASSE (S1)	R\$1.146,00
SOLDADE DE 2ª CLASSE (S2)	R\$963,00
RECRUTA	R\$492,00

Quadro 5 – Graduação e soldos dos militares da Aeronáutica
Fonte: Subdiretoria de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica, 2010

Destaca-se que esses valores expressam o soldo bruto dos militares, a partir de julho de 2010, não considerando os adicionais e os descontos pertinentes a cada categoria funcional que compõem a remuneração. Conforme já mencionado, a vida militar exige dedicação exclusiva, devendo o militar estar disponível 24 horas por

dia, o que o impede de exercer outra atividade profissional para complementação da renda familiar; tal circunstância impossibilitada agregar valor ao salário.

Assim, no sentido de complementar as informações do quadro acima e para melhor fundamentar as situações de vulnerabilidade econômica, que compõem o objeto de estudo deste trabalho, o gráfico a seguir demonstra como está dividida a renda familiar líquida dos usuários.

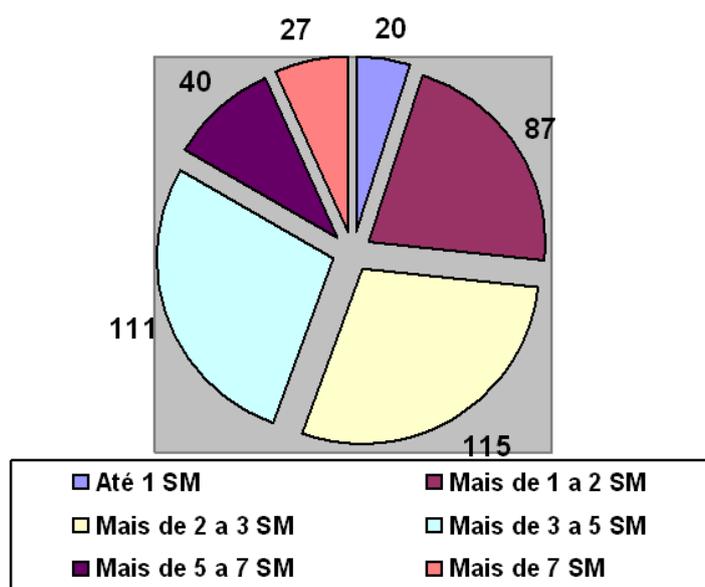


Gráfico 10 – Renda familiar líquida
Fonte: Souza (2012)

Conforme exposto, o maior quantitativo de usuários encontra-se na faixa que varia de 01 a 03 salários mínimos e que, expressos em valores, variam de R\$ 622,00 a R\$ 1.866,00, totalizando 50,5 % da amostra. A importância da análise, a partir da renda familiar líquida, consiste no fato de que os estudos sobre as funções da família na sociedade capitalista tornam evidente o papel desta como unidade de renda e consumo. Estes dados estão em consonância com os dados apresentados na pesquisa do Perfil do Superendividado no Estado do Rio Grande do Sul, o qual 66% percebem renda de até dois salários mínimos nacionais.

Constatou-se que 80% (8) dos usuários entrevistados, quando perguntados como são tomadas as decisões em relação ao uso do dinheiro, afirmam que as decisões acerca do consumo são definidas no seio da família; e os outros 20%(2) residem sozinhos, conforme as falas de alguns usuários abaixo descritas:

Meu filho que está tomando a frente agora, a gente se entende, tomamos juntos as decisões. Antes eu decidia, eu pensava: eu vou fazer e ele não ficava sabendo. Quando começou a estourar que ele começou a ver e questionar o que tinha acontecido, daí eu já tinha feito, não posso desfazer né [...] (U1)

[...] Sempre com minha esposa, nem eu nem ela compramos nada sem o consentimento do outro. As compras são feitas juntas. (U2)

Compramos o básico, não sobra muito para discutir o que fazer com o dinheiro. O básico é definido em conjunto, já está definido. (U3)

Em relação às despesas da casa, é em conjunto (U 4)

Eu tomo sozinho, porque moro sozinho, meus pais não influenciam (U 5).

Eu e minha esposa decidimos juntos. O que vamos comprar, o que sobrou, o que é mais necessário (U 6).

Eu moro sozinho atualmente (U 7).

Geralmente a gente troca uma ideia, ta sempre decidindo as coisas juntos. Não tem muito aquela coisa: meu dinheiro seu dinheiro, é o dinheiro da casa. Hoje a gente é bem diferente, temos um planilha que eu faço que se deixar por conta dele vira uma bagunça. Mas sempre decidimos as coisas juntos, mas hoje é muito mais racional do que era antes (U 8).

Eu e minha esposa. Nós vemos aquilo que realmente tem que ser pago, água, luz, telefone, colégio e os carnês e quando sobra alguma coisa é pra lazer. E só mesmo pro básico, a gente faz algo bem discutido eu e ela (U 9).

Antes era sozinho, agora em conjunto com minha esposa. Depois que tomei decisões erradas prefiro dividir com ela, assim podemos pensar juntos (U 10).

Compreende-se que as condições de vida dos indivíduos dependem, na maioria das vezes, da inserção de todos os membros da família. Sendo a família o espaço de superação diante de um contexto de adversidade. Assim, é nesse espaço que se definem e se articulam as formas de participação no mercado de trabalho, as possibilidades de se auferir alguma renda e as decisões quanto ao acesso a bens simbólicos e materiais (ALENCAR, 2006). De acordo com as análises realizadas, esse acesso a bens simbólicos e materiais, realizado através do consumo, é influenciado diretamente pela lógica da Sociedade de Consumo, através de elementos que estão intrínsecos à vida cotidiana, os quais serão analisados no próximo item.

5.3.2 Necessidades ou desejos: elementos para o debate na Sociedade de Consumo

Por todo o exposto sobre a sociedade de consumo e os elementos que a constituem, reitera-se que na sociedade de consumo reina o primado da “instabilidade dos desejos” e da “insaciabilidade das necessidades” (BAUMAN, 2008), tanto que já não se consegue distinguir os desejos das necessidades. Eles são propositalmente confundidos a ponto de se tornarem sinônimos. Pois, nesta sociedade concorda-se com Bauman, quando refere:

A sociedade de consumo tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma sociedade do passado pôde alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda quando cliente não está “plenamente satisfeito” – ou seja, enquanto não se acredita que os desejos que motivaram e colocaram em movimento a busca da satisfação e estimularam experimentos consumistas tenham sido verdadeira e totalmente realizados. (BAUMAN, 2008, p. 63)

Essa busca constante pela satisfação dos desejos é associada à satisfação de necessidades que são cobertas de significados produzidos pela mídia. Verificou-se, através das falas dos sujeitos, essa confusão entre necessidade e desejo, onde tudo se torna necessário. A palavra **necessidade** aparece como resposta em diversos momentos nas perguntas relacionadas ao consumo; inicialmente associada ao bem-estar e *status* e posteriormente relacionada aos desejos. A seguir, as concepções dos sujeitos, no que se refere ao significado do consumo em sua vida:

Consumo pra mim é o principal, **necessidade**, se a Senhora não tiver um arroz e um feijão pra comer, o que que vai ser? Como eu não pago aluguel, acho que é o consumo mesmo, a comida, roupa a gente não compra todo dia (U1).

Necessidade eu compro realmente o que é **necessário**. Não que isso tire a gente dos excessos, às vezes a gente perde a noção dos valores. Por exemplo, vejo algo, gostaria de ter, sei que é caro, mas dentro das minhas possibilidades eu acho que eu consigo. É essa certeza que a gente não tem [...]. Então é **necessidade** e **bem-estar**, a gente trabalha e merece uma recompensa por isso. Ah, eu gostaria de ter um carro novo, como não tenho condições mantenho o meu. Tento não dar um passo maior que a perna, mas, de vez em quando a gente esquece. Essa falta de certeza que nos leva ao endividamento (U2).

É o principal porque até as coisas que a gente **não precisa tanto**, temos que comprar para nossa autoestima e se sentir melhor (U3)

Eu sou consumista, para mim, quer dizer, não só para mim ele representa **status, bem estar**. Se a gente está meio pra baixo, compra alguma coisa já se sente melhor (U4).

Se a gente for ver tudo que passam para gente o consumo é uma forma de ser reconhecido. Mas para mim ultimamente é uma forma de suprir as **necessidades** básicas. Por que **desejos** ultimamente eu dei uma cortada até mesmo para realizar alguns sonhos no futuro (U5).

Quando fala em consumo eu não consigo ver a **necessidade**, só o **desejo**. Embora eu entenda que, quando a gente fala em consumo, estão englobadas as necessidades. Mas, acredito que o consumo hoje está ligado não às necessidades, aos desejos (U7).

Para mim é **conforto**, não sou desesperada por dinheiro, mas quero viajar, comer fora e não passar aperto. Quero trocar meu carro, ter um carro bom, é conforto (U8).

O estudo proposto chama a atenção para as categorias que emergem no discurso apresentado tais como: conforto, bem-estar, *status*, e necessidade. Todas estão interligadas e fazem parte das características próprias alimentadas pela sociedade de consumo. Pondera-se que, nesta sociedade, o conforto e o bem-estar estão relacionados à qualidade de vida e o *status* à posição social, ao lugar ocupado pelos indivíduos na sociedade, como vivem, o que vestem e os lugares que frequentam. Com relação ao *status*, não é conveniente pensar em uma posição de *status* fixa, sem possibilidade de mobilidade, pois hoje esta ideia está intimamente atrelada à construção da identidade social. Importa é o que o indivíduo aparenta ser, o que ele possui ou, ainda, o que aparenta possuir. Sobre o *status* Slater afirma:

A cultura do consumo trata basicamente em torno da negociação de status e identidade – a prática e a comunicação da posição social – nessas circunstâncias. A regulamentação dessas questões pela tradição é substituída por negociação e elaboração, e os bens de consumo são fundamentais para a nossa forma de construir nossa aparência social, nossas redes sociais (modo de vida, grupo de status, etc.) (SLATER, 2002, p. 38)

A cultura do consumo ressignificou também o conceito acerca do conforto, de acordo com Lipovetsky (2007), se antes era reservado à elite social, a partir do final dos anos de 1970, ele se generalizou junto com a difusão dos produtos eletroeletrônicos nos lares, que, por sua vez, propiciaram o conforto doméstico. E

durante os trinta anos gloriosos, o conforto se impôs como objeto de consumo da massa, se resumindo a uma nova expressão: qualidade de vida.

[...] Desde então o “conforto mínimo” já não basta, os equipamentos e as inovações técnicas precisam responder melhor aos desejos e ritmos de cada um, contribuir para o desenvolvimento da amenidade do ambiente em suas múltiplas dimensões, estéticas e culturais, conviviais e ecológicas, sensoriais e imaginárias (LIPOVETSKY, 2007, p. 220).

Muitas dessas inovações tecnológicas e eletrodomésticas fazem parte do nosso cotidiano, sendo inimaginável a vidas sem eles. Pois, a sociedade globalizada acarretou também em modificações da noção de tempo e espaço. Nessa lógica mercadológica o *status*, o conforto e a satisfação das necessidades são realizadas através do consumo, que, de acordo com Slater, é cultural.

Na verdade, todo consumo é cultural. Essa afirmação significa várias coisas. Em primeiro lugar, todo consumo é cultural porque sempre envolve significado: para “ter uma necessidade” e agir em função dela precisamos ser capazes de interpretar sensações, experiências e situações e de dar sentido a (bem como de transformar) vários objetos, ações, recursos em relação a essas necessidades (SLATER, 2002, p. 131).

Decorre que o consumo está associado hoje às necessidades de produção de sentido, ou seja, o consumo se torna simbólico – não consumimos apenas objetos, produtos e sim signos; consomem-se igualmente signos que conectam vários significados linguísticos (PEREIRA; SIMIONI, 2010). Portanto, depreende-se que nenhum objeto está livre de significado e que as pessoas passam a se preocupar mais com o significado dos bens do que com seu uso funcional, para satisfazer uma necessidade básica ou “real”(SLATER, 2002).

Essas considerações retomam as colocações acerca da “confusão” entre o sentido de necessidades e desejos, cabe lembrar que necessitar é precisar daquilo que é indispensável, que não se pode ficar sem; conseqüentemente, a **necessidade** é algo que é **inevitável**. Já o **desejo** exprime-se pela vontade de possuir algo, desejar, ter **vontade** de algo. Destaca-se que o conceito de necessidade também foi ressignificado através das transformações na cultura do consumo, pois o que antes era inevitável hoje pode ser dispensável, bem como o que era considerado supérfluo

hoje pode se tornar extremamente necessário. Essas categorias novamente ficam evidentes quando os usuários são perguntados sobre o que primeiro influencia o usuário na compra de um produto:

Eu acho que é a **necessidade** (U1).

Necessidade, mesmo as coisas fúteis, eu analiso a necessidade em que vai me servir (U 2).

Um pouco da **necessidade** e do bem-estar (U 3).

Desejo, em primeiro lugar vem o desejo, depois a gente pensa se é necessário ou não (U4).

Compro quando é **necessário** mesmo (U6).

Hoje é a **necessidade**, mas durante muito tempo foi o **desejo**. Vou lá comprar porque está na moda, eu sou muito ligado à tecnologia. Gosto muito de coisa nova, notebook, tecnologia, gastava muito com isso. Mas depois de tanta cabeçada hoje estou selecionando, mas às vezes dá esse atrativo[...]. Agora mesmo a televisão de 72 polegadas é o valor de um carro R\$ 25.000. Mas hoje primeiro é a necessidade, se der compro o que desejo (U7).

A **necessidade** já foi o **desejo**, mas depois de tudo que a gente passou e do aperto que a gente está é necessidade (U8).

Necessidade de comprar, mas às vezes compro e me arrependo depois, vejo que não era tão necessário (U10).

Complementa-se que as necessidades são criadas pela publicidade, que tem o poder de dotar os objetos de significados e os consumidores são persuadidos a um comportamento num sentido determinado e pré-estabelecido. A esse respeito Slater ressalta:

[...] a propaganda e o marketing acrescentam significados externos a objetos basicamente funcionais (o perfume não tem somente um cheiro bom, ele significa ou promete sexualidade, feminilidade, prestígio, conseguir um parceiro). Os significados culturais das coisas parecem não apenas supérfluos, mas também mistificadores e voltados para a exploração. Fazem-nos entrar numa esfera de signos-mercadorias, a fim de nos induzir a comprar mais, em vez de nos levar para uma esfera de valor de uso ou utilidade, onde usamos as propriedades “reais” dos objetos para fazer coisas (SLATER, 2002, p. 135).

A publicidade de uma forma geral tem como objetivo influenciar o consumidor, não só criando necessidades, mas prometendo-lhes a satisfação das necessidades imediatas. Prometendo o encontro com a felicidade, o prazer, o conforto e o bem-

estar, a sociedade em questão promete através da “mercadoria” que os homens experienciem sensações, sentimentos.

O papel atribuído ao *marketing* é ainda hoje o de moldar a experiência dos sujeitos para que os objetos de consumo sejam suas referências de vida. Hennigen aponta considerações valiosas a respeito da mídia, no que tange, a sua influência no processo de subjetivação do sujeito. Destaca que esse processo deve ser compreendido como efeito das configurações socioculturais, pois a construção da subjetividade do sujeito está diretamente relacionada com as forças que o atravessam. E mais:

[...] o sujeito, à medida que se constitui, também constrói o mundo social. Quebra-se assim a ideia de um sujeito prévio, apreensível em sua essência, existente independente dos discursos que circulam socialmente. Por isso que se fala em posições de sujeito ou modos de subjetivação, concebidos como plurais e dinâmicos (HENNIGEN, 2010, p.1185).

Portanto, a publicidade tornou-se um importante instrumento na constituição da subjetividade contemporânea, pois, ao consumir os produtos-imagens, produzimos nossas identidades (HENNIGEN, 2010). Nessa seara, expõe-se as concepções dos usuários entrevistados sobre o sentimento desencadeado após a realização da compra; estes se revelam de diversos tipos, tais como: satisfação, bem-estar, frustração, felicidade, conquista e poder. Desse modo, destacam-se as falas dos usuários e seus posicionamentos:

Me sinto bem, a sensação de ter feito algo que eu queria, que eu **necessitava** (U1).

Não tenho “deslumbre” compro sempre o **necessário** (U2).

De **bem-estar**, de conseguir adquirir o que queria (U3).

Com **peso na consciência** (rs..rs..), aí eu tento pensar: eu comprei porque eu queria tanto e agora eu tenho, mas eu penso será que vou conseguir pagar. Penso, será que eu precisava tanto disso? Fico frustrado (U4).

Olha, faz algum tempo que eu não compro nada que me faça óh. Mas o sentimento é de **satisfação** de saber que comprei algo que eu **desejava** (U5).

Me sinto **realizado** de poder comprar e saber que vou poder pagar (U6).

É **conquista** né, igual até quando é necessidade tu saber que conseguiu adquirir. É alívio com conquista. Como sou muito prático, já saio de casa

sabendo o que quero. Quando você sai encontra e compra sai aliviado, porque aquilo que era o objetivo foi concluído e também com a conquista. Se for um brinquedinho é uma **satisfação**, mas depois passa e dá vontade de ter outro brinquedinho (U7).

É bom, sensação de **poder**, de **satisfação** de que você tá fazendo uma coisa boa pra você. Sensação de **recompensa**, de poder (U8).

Me sinto **realizado** de poder comprar e saber que vou poder pagar (U9).

Muito bem, **feliz, satisfeito**. É uma sensação muito boa de poder comprar aquilo que a gente **quer muito** (U10).

Em relação aos fatores que influenciam na escolha do produto, constata-se que esta decisão está baseada no preço, na qualidade e na utilidade. Observou-se, ao longo das entrevistas, que esta decisão foi, em sua maioria, após o processo de superendividamento. Pois, este processo culminou no cerceamento do poder de compra, obrigando os usuários a fazerem escolhas dentro da sua margem orçamentária, tendo em vista o montante das dívidas.

Contudo, o processo de superendividamento será objeto de análise no próximo tópico. Ressalta-se que, mesmo em uma frequência menor, o reconhecimento social (*status*) aparece novamente enquanto categoria, conforme citações a seguir:

Do bem mais fútil ao melhor bem é o **preço** (U2).

O **preço** e o **reconhecimento social**. Tento juntar os dois em algo que eu possa pagar (U3).

Para mim, a **qualidade** (U4).

É o **preço** e **qualidade**, não adianta às vezes comprar o barato e não ter qualidade (U6).

Eu olho a **qualidade** e a **utilidade**, se realmente é alguma coisa que eu vou usar sempre e a qualidade. Porque às vezes o barato sai caro (U8).

Depende do produto, se for um eletrodoméstico pela **qualidade**. Uma outra coisa pelo **preço** e aí dentro da faixa de preço procuro a **qualidade**. Hoje dá pra economizar bastante (U9).

Qualidade sei que nem tudo que é bom tem que ser caro, mas na maioria das vezes é assim que funciona (U10).

No próximo item expõe-se como se configuram as situações de endividamento das famílias pesquisadas. Ressalta-se que, para a análise das características, foram consideradas as dívidas referentes a empréstimos realizados na modalidade de consignação bancária e as dívidas declaradas; serão apresentadas, também, as análises a partir da fala dos sujeitos entrevistados acerca desse tema.

5.3.3 O Endividamento e o Superendividamento: uma análise necessária

A seguir serão pontuadas as constatações acerca do endividamento das famílias usuárias do Serviço Social, bem como sua relação com a sociedade de consumo. Para tal, utilizaram-se os dados coletados através dos 400 prontuários, com base nos atendimentos realizados no ano de 2010, conforme o quadro 3, p.84, e também as entrevistas realizadas com 10 usuários que foram escolhidos mediante os critérios de inclusão, p. 29.

A análise das situações de endividamento e superendividamento das famílias brasileiras faz-se extremamente necessária e relevante, tendo em vista o contexto de transformações engendrado pela cultura do consumo. Como dito, a cultura do endividamento decorre da cultura do consumo. Na sociedade contemporânea, na qual o foco da vida social está no consumo, estas situações de vulnerabilidade econômica estão postas como consequência de um modelo econômico centrado no consumo, com ênfase no estímulo ao crédito. Nesse sentido, o gráfico 11 expõe o percentual de endividamento das famílias.

Gráfico 11- Percentual de endividamento das famílias

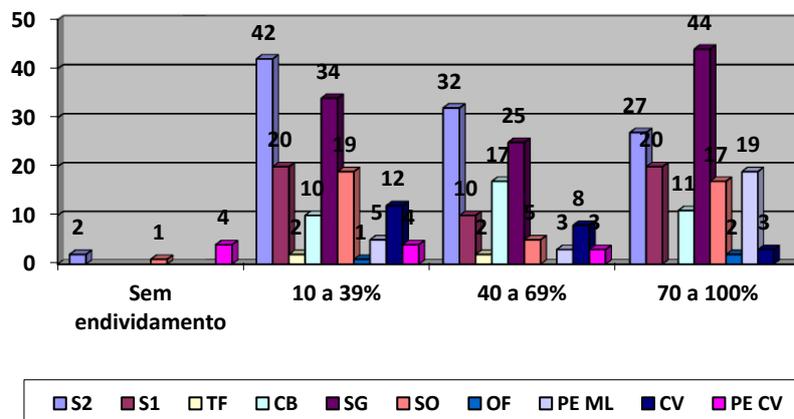


Gráfico 11 – Percentual de endividamento das famílias
 Fonte: Souza (2012)

Observa-se, através da exposição dos dados, que a categoria com maior índice de endividamento correspondente ao percentual de 10-39 e refere-se aos Soldados de 2ª-S2 classe (42), seguidos dos Sargentos (34). De 40-69% o maior índice aponta novamente para os S2 (32), seguidos pelos Sargentos (25).

No entanto, nos índices de 70-100% de comprometimento com dívidas, os Sargentos apresentam um número mais expressivo (44), seguidos dos S2 (27). Conclui-se, a partir desses dados, que as categorias funcionais que apresentam o maior grau de comprometimento da renda com dívidas bancárias são os sargentos e os soldados.

Para melhor visibilidade dos dados, o quadro 6, a seguir, relaciona os percentuais de endividamento expostos através do gráfico 11, bem como as categorias funcionais mais endividadas e o soldo bruto dos militares (Quadro 5).

PERCENTUAL DE ENDIVIDAMENTO	CATEGORIA FUNCIONAL	SOLDO BRUTO
10 a 39 %	S2 (42)	R\$ 963,00
40 a 69%	S2 (32)	R\$ 963,00
70 a 100%	SGT (44)	R\$ 2.268,00 a R\$ 3.180,00*

Quadro 6 – Relação entre o percentual de endividamento, categoria funcional e soldo bruto
 Fonte: Souza (2013)

* O soldo bruto varia de acordo com a graduação de 3º Sargento à 1º Sargento.

Acrescenta-se que para os militares das Forças Armadas tal comprometimento da renda com consignações bancárias só é possível porque a medida provisória 2215-10, de 31 de agosto de 2001, prevê, em seu Art.14, que descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar, para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento. E, em seu parágrafo 3º, estabelece, na aplicação dos descontos, que o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos. Através deste dispositivo, os militares podem comprometer até 70% da sua remuneração com descontos, restando-lhes apenas 30% para a satisfação das necessidades básicas. O mesmo já não acontece com os servidores civis que, regidos pela lei 8.112(1990), só podem comprometer em até 30% do seu salário com descontos consignados.

Essa possibilidade do militar comprometer seu salário com até 70% de descontos consignados, acaba se tornando uma grande armadilha. Dos 400 prontuários analisados, verificou-se que 61,5% (246), ou seja, mais da metade estão com dívidas que variam de 40 a 100% do seu salário. Aqueles que estão com 100% ou mais do salário comprometidos, não possuem apenas empréstimos consignados em folha, mas declararam também dívidas com instituições financeiras, que contrataram através de crediários automáticos e também dívidas com cartões de crédito e lojas.

Com relação à situação de endividamento dos usuários entrevistados, constata-se que 90% (9) dos usuários têm consciência da sua atual condição e apenas 10% (1) respondeu negativamente. A pergunta realizada intencionava saber se o usuário se considerava endividado, caso sim, o porquê. Vejam-se as afirmações:

Sim, é só olhar no meu contracheque, às vezes eu fico parada e pensando como é que eu fui fazer isso, meus Deus são 20 empréstimos no contracheque que totalizam R\$ 3.000,00 de uma receita de R\$ 4.589,16 (U1).

Atualmente sim, eu tenho uma dívida grande, mas estou tentando não fazer outras, uma hora vai ter fim. Estou controlando os gastos e gastando no dinheiro, que sensação nova e boa, está até sobrando um dinheirinho na poupança. Minha próxima dívida vai ser um consórcio de imóvel (U2).

Sim. Porque as dívidas ultrapassam mais da metade do meu salário e só consigo pagar as contas, não sobra nada para o lazer. Na verdade, a conta

de luz tá sempre um mês atrasada, o cartão da minha mãe tá sempre atrasado (U3).

Sim, com certeza. E se não estivesse com as dívidas que tenho hoje, seriam outras porque provavelmente estaria comprando outras coisas que me dariam prazer, pra satisfazer a necessidade de compra (U4).

Sim, porque o certo para mim era gastar em torno de 50% do meu salário. E hoje eu gasto mais de 80% só com dívidas, me restando 20% para passar o mês (U5).

Não (U6).

Olhando pelo lado do endividamento seria se eu estivesse devendo alguma coisa. Eu não to devendo. Mas olhando meu contracheque eu poderia encarar como um endividamento. Eu poderia estar muito melhor se não tivesse o empréstimo (U7).

Sim, primeiro porque começa o mês a gente senta e paga tudo e vê o que vai sobrar. Tem mês que não dá para pagar tudo, cartão de crédito faz mais de anos que não consigo pagar integral, está parcelado (U8).

Sim, devido aos empréstimos que eu tive que fazer [...] (U9).

Sim, por que os empréstimos levam mais de 50% do meu salário (U10).

Salienta-se que os entrevistados encontram-se em situação de superendividamento, pois o comprometimento do salário é tão grande que o que resta não é suficiente para prover os gastos com as necessidades básicas familiares. Identifica-se o superendividamento como um endividamento crônico que, na maioria das vezes, leva o endividado à situação de vulnerabilidade social. Ocorre, ainda, que os indivíduos precisam atrasar o pagamento de algumas contas em detrimento da necessidade de suprir carências materiais essenciais do cotidiano. Ressalta-se que dos entrevistados *todos* (100%) estão inscritos em entidades de proteção ao crédito, o que limita suas possibilidades de aquisição de crédito, exceto o crédito consignado, tendo em vista as restrições que possuem. Acerca do comprometimento da renda com dívidas os sujeitos assinalaram que:

São **20 empréstimos** no contracheque que totalizam R\$ 3.000,00 de uma receita de R\$ 4.589,16 (U1).

Eu tinha **empréstimo de 590** reais mais dívidas do cartão de crédito, que estava em torno **de 8.900 reais**. Tentei parcelar, fiz em 10x, mas a primeira parcela veio com vários adicionais de juros, quase 2000, eu não paguei. Vou tentar negociar com eles, se não quiserem serei mais um caloteiro, pois não tenho como pagar. Quebrei meu cartão de crédito, pois, pelas minhas contas, as dívidas estavam mais ou menos em 4.500 reais, mas com juros sobre juros chegou neste valor. To controlando meus gastos agora (U2).

Hoje está bastante alto, tenho aluguel e algumas prestações; acho que em torno de **700 reais** de um salário líquido de 830 reais (U5).

Ah, 70% de cada um, isso só contando os consignados. Acho que **mais de 80%** (U8).

Verificou-se que os sujeitos possuem grande parte do orçamento comprometido com as dívidas, restando-lhes valores muito abaixo do salário líquido real para suprir as necessidades básicas do cotidiano. Observa-se, também, a negação da situação de endividamento expressa, apesar de se considerar endividado: “Não sei quanto, mas ela supera meu salário. Nem faço as contas para não entrar em depressão”. Outro fator que chama atenção, a boa fé no pagamento das dívidas, apesar da alta taxa de juros muitas vezes ser o empecilho para o pagamento das dívidas: “Tentei parcelar fiz em 10x, mas a primeira parcela veio com vários adicionais de juros, quase 2000, eu não paguei. Vou tentar negociar com eles, se não quiserem serei mais um caloteiro, pois não tenho como pagar”. Nesse caso, observa-se a contratação de empréstimos consignados para o pagamento deste tipo de dívida.

Verifica-se que, para 90% (9) dos entrevistados, o empréstimo (consignado), realizado para aquisição de bens de consumo e o pagamento de dívidas, foi apontado como o motivador do processo de endividamento conforme a seguir:

Eu me apertava e corria para o **empréstimo**, na hora é bom, mas depois já viu né. Tudo começou com um empréstimo, que não lembro o porquê, a partir daí foi um em cima do outro. Hoje eu tenho que me sustentar com R\$1.300 (U1).

Desde a fase de soldado, estou na FAB há 16 anos, acho que foi a facilidade de contratar **empréstimos**. Precisou vai lá e tira o dinheiro, vira um hábito; é que nem fumar, se torna um vício, você até para pra refletir, mas não quer enxergar. O consumismo é um vício, mas to me curando (U2).

Comigo foi através do **empréstimo** que tirei para comprar o carro, assim que me formei como soldado, mas depois veio manutenção, IPVA (U3).

Começou quando casei a primeira vez e na verdade não precisávamos do **empréstimo**, peguei o máximo de dinheiro que podia naquela época e tentamos arriscar num negócio que não deu certo e ficamos endividados. E há pouco tempo minha esposa ficou desempregada e eu precisei refinar os empréstimos para pagar algumas contas básicas (U4).

O **empréstimo** foi porque o consumo foi tanto que tive que pegar para pagar dívidas. Mas o meu empréstimo começou com a família, minha irmã queria comprar um negócio e aí nessa de emprestar acaba que um não paga. Aí no meio disso refinancei, entrou o erro do consumo também, porque aí você quer comprar alguma coisa junto. A última que eu fiz foi para

comprar o carro e pagar manutenção, IPVA e outras coisas, vestuários que se acumularam e eu precisei refinanciar o empréstimo para pagar. Hoje dívida não tenho nenhuma. Mas tenho mais quase 4 anos de empréstimo. Quando acaba parece que ganhou um aumento (U7).

Eu sei por que é uma data bem complicada para mim. Eu tinha vários cartões de crédito, de loja, conta na caixa econômica há mais de 20 anos. E aí apareceu a minha hepatite C e no primeiro mês eu fiz **um empréstimo** para comprar a medicação, que foi dez mil e pouco e depois o problema da pizzeria que eu era sócio e, para desmanchar a sociedade, tive que pagar advogado e eu não tinha dinheiro. Sempre na ânsia de não perder mais dinheiro do que já estava, me atolei com **empréstimos**. E em função do salário ficar muito reduzido o que acontecia, acumulava dívida ia lá e pegava outro empréstimo pra quitar aquela dívida. O colégio das crianças às vezes ficava oito meses sem pagar, mas na hora de fazer a matrícula pegava outro empréstimo para pagar. Não consegui sair daquele ciclo (U9).

O fenômeno em questão, neste estudo, aparece vinculado à concessão do crédito, principalmente na modalidade de crédito consignado, aquele o qual o desconto é realizado em folha de pagamento do trabalhador. Essa modalidade oferece taxas de juros menores e não realiza consulta às entidades de proteção ao crédito. Tal facilidade, aliada à possibilidade de uma margem consignável ampla, no caso dos militares de até 70%, conforme dito, muitas vezes, o coloca num caminho sem volta, numa posição de refém. O crédito claramente deixou de ser um recurso excepcional; trata-se agora de uma forma de gestão corrente do orçamento pessoal e familiar (HENNIGEN, 2010).

Sem ter como suprir os gastos mensais, lançam mão de outras formas de crédito, como cheque especial e cartão de crédito. As pessoas fazem uso do crédito para ter acesso a produtos e serviços que estão fora de suas possibilidades financeiras presentes, razão pela qual empenham suas rendas futuras e, por sua vez, financiam a atividade econômica (KIRCHNER, 2008).

Com base nas respostas dos entrevistados, conclui-se que o processo de endividamento está associado à facilidade da contratação do crédito, que está condicionado pelos usuários à falta de uma decisão racional e, muitas vezes, impulsiva, com o objetivo de suprir as “necessidades” (ou seriam desejos?), estimulados pela sociedade de consumo.

Perceber a situação do endividamento a partir desta ótica, ou seja, o indivíduo não avaliou bem e gastou mais do que podia, ou associá-lo à impulsividade ou à dependência, é pensar o endividamento a partir de um pressuposto moralizante,

individualizante; é concluir que o endividamento ocorre por uma incapacidade do sujeito e desconsiderar, conforme assinala Hennigen (2010), as múltiplas condições sociais, econômicas, políticas e culturais que se articulam na produção.

Em relação às entidades de proteção ao crédito, ressalta-se que dos entrevistados *todos* (100%) estão inscritos nestas instituições, o que limita suas possibilidades de aquisição de crédito, exceto o crédito consignado, tendo em vista, as restrições que possuem. Para os Soldados de 2ª classe (S2), a categoria funcional com maior índice de endividamento, essa condição ainda é mais agravante, pois a posição que ocupam na Instituição é temporária. Sendo assim, ao retornarem ao mercado de trabalho na condição de desempregados e poderão enfrentar dificuldades para reinserção ao mercado de trabalho, uma vez que os empregadores fazem consulta aos órgãos que registram devedores (SPC, SERASA). Essa realidade dificulta ainda mais a situação de fragilidade e vulnerabilidade social em que se encontram os superendividados.

Constata-se que as dívidas estão associadas à aquisição de bens de consumo, ao pagamento de outras dívidas e que a opção pelo crédito consignado refere-se às taxas de juros que são oferecidas. Costa (2002) ressalta que:

Na economia do endividamento, tudo se articula com o crédito. O crescimento econômico é condicionado por ele. O endividamento dos lares funciona como “meio de facilitar a atividade econômica”. Segundo a cultura do endividamento, viver a crédito é um bom hábito de vida. Maneira de ascensão ao nível de vida e conforto do mundo contemporâneo. O crédito não é um favor, mas um direito fácil. Direito fácil, mas perigoso, o consumidor endividado é uma engrenagem essencial, mas frágil da economia fundada sobre o crédito. (COSTA, 2002, p. 87)

Diante dessa situação de endividamento, procurou-se investigar se esta situação influencia nas relações do cotidiano e se os entrevistados procuram orientação em algum lugar para a resolução da situação vivenciada. Com relação à influência no cotidiano as opiniões se dividem conforme a seguir:

Às vezes a gente briga por causa disso, mas a gente se respeita muito (U1).

Entre parentes não, sou muito reservado. Mas entre o casal influencia, se a esposa não participar do gerenciamento das dívidas e ficar só a cargo do provedor maior. Senão causa um sofrimento de um lado só, o marido fica

pensando como vai fazer no mês que vem para pagar as contas e a esposa no bem bom e acaba gerando conflito (U2).

Com certeza, porque a gente fica estressado e aí quer resolver as coisas e não consegue. A gente briga, fica naquela ânsia querendo resolver as coisas [...] (U8).

Lá em casa não, porque eu e minha esposa nos damos muito bem e ela entende que quando não dá, não dá. Vamos comer o que tem, quando dá pra sair a gente sai. Por muitos anos ela ficou sem ir ao salão fazendo unha em casa, ajeitando o cabelo em casa, então pra nós não afeta. Eu me sinto mal às vezes de não poder dar mais para os meus filhos, não que eles exijam. Preocupação de pai, né. Mas eu sei que afeta porque vários amigos nossos tiveram problema de relacionamento e se separaram em virtude disso, mas lá em casa graças a Deus não nos afeta (U9).

Não, não acho que atrapalha, mas fico incomodado mentalmente pensando nas dívidas. Que poderia ter feito diferente e tal, mas agora já ta feito né (U10).

Observa-se que são desencadeados sentimentos de culpa pelo fato de não conseguir prover mais para a família e vergonha em assumir sua situação financeira perante os familiares, evitando ao máximo revelá-la; e, é apontado como motivador de conflitos familiares e até separações, sendo um gerador de sofrimento psíquico. Esses sentimentos aparecem novamente, quando perguntados se buscaram orientação em algum lugar para resolução da situação vivenciada, conforme a seguir:

Fui no COMAR e me falaram do Serviço Social, então fui lá para pedir orientação eu queria saber como fazer para conseguir um advogado para tentar suspender esses empréstimos. Lá me deram outras informações e um sargento me passou o número de um advogado. Durante um ano, eu tentei, mas o juiz não autorizou e eu não consegui (U1).

Eu fui no Serviço Social esperando uma solução e tive, né. Através da orientação da Assistente Social consegui me reorganizar e refletir um pouco sobre minha situação. Mas eu vim em busca dos óculos e da cesta básica, por causa da minha situação financeira e não tinha coragem de falar para ninguém sobre essa situação. Foi ótimo, consegui aceitar minha condição e encarar a situação (U2).

Só procurei no Serviço Social, queria auxílio-alimentação (U3).

Não, porque eu acredito que a gente tem que se doutrinar para reduzir os gastos (U4).

Não, onde eu ia procurar orientação? Eu não sei (U8).

Eu procurei através da justiça e to discutindo hoje a revisional de juros né. Com um empréstimo eu consegui, mas o juiz só dá liminar quando o juro é abusivo (U9).

Dos entrevistados 20% (2) foram buscar a resolução da solução vivenciada na justiça. Conforme mencionado, os estudiosos do Direito estão à frente e são diversos os estudos que versam sobre o endividamento e o superendividamento. Foi possível constatar, a partir de alguns estudos, que não há, no Brasil, regime legal para tratamento do superendividamento, portanto os consumidores recorrem ao Poder Judiciário, ajuizando ações de revisão contratual, que totalizaram 9.955 em 2004, sendo que 33% dessas foram iniciadas no RS (BERTONCELLO; LIMA, 2007).

Nesse contexto, em todo o Brasil é noticiado na mídia o aumento pela procura da Defensoria Pública, em busca de renegociação do montante das dívidas com os credores. No Rio Grande do Sul, o projeto piloto apresentado anteriormente, em seu relatório geral (2007) revela que foi atingido o percentual de 27,66% de êxito com as financeiras, de 34,12% com os bancos, de 64,89% com lojas e de 62% com prestadoras de serviço. O projeto piloto se diferencia dos processos judiciais, pois renegocia o montante das dívidas, enquanto os processos judiciais são renegociações restritas à individualidade dos contratos.

Ainda sobre análise das falas dos sujeitos, a procura pelo Serviço Social (40%) aparece também como um recurso para auxiliar na gestão do orçamento, tendo em vista que os usuários procuram, através do fornecimento da cesta básica, suprir necessidades referentes à alimentação e direcionar o valor que seria gasto para o pagamento de dívidas mensais. A seguir, demonstra-se a concepção dos usuários acerca da contribuição do Serviço Social para resolução da situação de superendividamento.

O serviço social me ajudou muito com relação à alimentação e os médicos, me orientaram sobre o que fazer (U 1).

Contribuiu muito, pois foi possível direcionar o dinheiro que gastaríamos com alimentação para outras coisas, inclusive pagar as contas da casa (U2).

Com certeza, principalmente no período que minha esposa estava desempregada. A cesta básica auxilia muito porque quando a gente está nesta fase complicada o que tem de mais essencial e não tem como não ter é a alimentação. Com a cesta básica podemos direcionar o dinheiro para outros gastos (U3).

Contribuiu sim, primeiro com o Projeto Recrutando Idéias, pois lá foram faladas coisas que reafirmaram situações sobre o consumo e outras palestras também que ajudaram bastante. E com a cesta básica, porque alimentação é muito caro (U5).

Nossa, muito, com a cesta básica e restituições de despesas com medicamentos. Para uma família com 5 pessoas, ajuda muito né. Agora que to indo direto no mercado, porque está sem cesta a gente fica horrorizado com o preço das coisas, tudo muito caro (U9).

Para mim, demais, a cesta básica é uma economia e tanto (U 10).

Conclui-se que contribuir para a satisfação das necessidades básicas dos usuários em situação de vulnerabilidade social é extremamente relevante. No entanto, são necessárias ações que possibilitem aos usuários a reflexão acerca da temática do consumo e suas transformações na sociedade globalizada. Observa-se, conforme dito anteriormente, quando da apresentação das ações do Serviço Social na Instituição, que as ações desenvolvidas têm sido muito pontuais e focalizadas, sendo uma resposta no âmbito individual e não na dimensão coletiva, o que contribui para lógica da responsabilização do sujeito. Apesar dos esforços, impedimentos como a falta de recursos financeiros e estruturais (profissionais) configuram-se como óbices para o desenvolvimento de ações continuadas, com foco na dimensão coletiva.

O superendividamento e o endividamento são expressões da questão social na contemporaneidade e, portanto, objetos de intervenção profissional. O trabalho do Assistente Social encontra-se no âmbito das situações tal como vivenciadas pelos indivíduos sociais em suas relações sociais cotidianas, às quais respondem com ações, pensamentos e sentimentos (IAMAMOTO, 2010). A partir daí, verifica-se a importância de se debruçar sobre as consequências sociais deste fenômeno e, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, incitar a mobilização da rede de apoio social aos sujeitos, principalmente daqueles que estejam em situação de vulnerabilidade social.

Faz-se necessário, também, um projeto que tenha como foco o acompanhamento dessas situações, pois, devido à naturalização das questões referentes ao endividamento e ao crédito fácil, há que se ter o cuidado de apenas não trabalhar no âmbito da reinserção dos sujeitos na dança do crédito/consumo/(super)endividamento (HENNIGEN, 2010), não se obtendo avanços em termos do fortalecimento crítico dos cidadãos acerca desta temática.

Ademais, numa perspectiva ampliada, fora do âmbito institucional é preciso que o fenômeno seja compreendido não só como uma questão financeira, e sim a partir da ordem social, pois as consequências sociais estão atreladas não só à saúde financeira da família, mas também à saúde física e mental.

Por fim, a regulação Estatal e o desenvolvimento de Políticas Públicas que tenham como foco a prevenção e a intervenção para resolução das situações vivenciadas a partir do fenômeno em questão ecoam como urgentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de análise desta pesquisa, conforme apresentada na introdução, nasceu da vontade de compreender melhor as situações de vulnerabilidade econômica que se manifestam no cotidiano profissional. A partir de uma perspectiva ampliada, pensou-se em analisar de que forma a Sociedade de Consumo influencia nos processos de endividamento e superendividamento dos indivíduos sociais e os desafios que se colocam para o Serviço Social no atendimento das consequências sociais deste fenômeno.

O lócus do estudo foi o V Comando Aéreo Regional, localizado no município de Canoas, RS. Por se tratar de uma Instituição Militar, ressalta-se a escassez de produção teórica no que se refere à atuação do Serviço Social nesse âmbito, portanto foi necessário contextualizar esse espaço sócio-ocupacional bem como a legislação que norteia esta intervenção, apresentando, também, quem são os usuários das ações do Serviço Social no âmbito do COMAER.

Nesse contexto, em relação às características sócio-demográficas dos usuários do Serviço Social, em situação de vulnerabilidade econômica, constatou-se que: a categoria funcional com maior índice de usuários são os soldados (39%); o sexo masculino representa 88,25%; 34,75% dos usuários possuem de 18-25 anos; 40,05% dos usuários não possuem companheira (o) que desenvolvem atividade remunerada; 48% são casados; 56% não são os únicos provedores do lar e 28% possuem três dependentes.

No que tange a vulnerabilidade econômica, a pesquisa revela que a categoria funcional com o maior índice de pessoas nesta condição são os soldados 37,75%, seguidos dos sargentos que representam 25,75%. Em relação à renda familiar líquida, 28,75% encontram-se na faixa de dois a três salários mínimos nacionais.

Os dados da pesquisa denotam que 90% dos entrevistados se reconhecem enquanto endividados, não negando a situação que se encontram. Ao longo das entrevistas, percebeu-se, em diversos momentos, que esse processo desencadeia também sentimentos de culpa e principalmente vergonha em revelar sua situação financeira, pois o fenômeno é entendido pelos indivíduos sob a ótica individualizante;

responsabiliza-se unicamente o sujeito pelo endividamento excessivo, atribuindo, a esta situação, a incapacidade de gerenciar o orçamento doméstico.

Assim, este estudo pretende evidenciar que o processo de endividamento apresenta como motivador a influência da Sociedade de Consumo, a partir da cultura do consumo e da expansão do crédito para o consumo. Nesse sentido, é importante perceber o fenômeno a partir dos panoramas econômico, social e político.

À cultura do consumo atribuem-se as transformações na determinação do consumo, representando nesta sociedade um meio de se comunicar e interagir com a mesma, uma forma de criar identidades. Dessa forma, o consumo passa a ser o foco da vida social, tendo a publicidade como difusora desta cultura.

O papel da publicidade é fundamental no sentido de persuadir o consumidor na compra de produtos, que satisfazem as necessidades que são criadas, com a promessa de proporcionar satisfação imediata, através do encontro com a felicidade, o prazer, o conforto e o bem-estar. Nesse contexto, o conceito de necessidade foi ressignificado pela publicidade, daí a aparente confusão demonstrada pelos usuários no que se refere à concepção de necessidades e desejos. Depreende-se que a publicidade influencia no processo de subjetivação do sujeito, destacando e reforçando o conceito de que é possível experienciar sensações e sentimentos através dos produtos.

Com relação à expansão do crédito para o consumo, constata-se através dos resultados o ciclo: aquisição de crédito/consumo/superendividamento. No caso dos entrevistados, o crédito consignado aparece como a forma mais usual de aquisição de crédito. A facilidade para contratação do mesmo é apontada como a possibilidade de viver crédito, se tornando um hábito de vida.

No caso dos militares, há a possibilidade de comprometimento da margem consignável em até 70% com descontos, diferente da legislação civil que assinala 30% apenas. Verifica-se que esta facilidade pode ser percebida como uma forma de inclusão, se encarada como maneira de ascensão ao nível de vida e conforto do mundo contemporâneo. Mas, por outro lado, de exclusão, pois, a cada empréstimo o sujeito vê seu salário reduzido e, no entanto, esta redução não é acompanhada da

diminuição nos níveis de consumo e das dívidas, ocasionando dificuldades de suprir as necessidades básicas familiares e tornando-o inadimplente. Essa situação facilmente os remete ao ciclo de aquisição de crédito/consumo/superendividamento. Destaca-se, ainda, que 100% dos entrevistados estão inseridos nos cadastros de empresas de proteção ao crédito.

O processo investigativo aponta também que os entrevistados procuraram na justiça a resolução da situação vivenciada, no Serviço Social do V COMAR ou tentaram resolver sozinho, reduzindo ao máximo o consumo e tentando readequar o orçamento a esta nova condição.

Os que procuraram a justiça buscaram, através da revisional dos juros, o pagamento das suas dívidas, e os que procuraram o Serviço Social foram em busca dos “benefícios institucionais”, tal como a cesta básica. Com relação ao fornecimento da cesta básica, os usuários apontaram como essencial, tendo em vista a situação de vulnerabilidade econômica e social que se encontram, podendo redirecionar os valores gastos para suprir a alimentação para o pagamento de contas essenciais da vida cotidiana.

Nesse contexto, sobre o Serviço Social infere-se que a evolução nas normatizações, acerca da sua atuação no âmbito do COMAER, demonstra um claro movimento de abertura. O Plano de Assistência Social possibilita o desenvolvimento de Projetos Sociais, de acordo com a demanda local, sem imposições de Programas e Projetos por parte do Órgão Central. Essa autonomia “relativa” possibilita ao Assistente Social o acompanhamento dos processos sociais e a pesquisa da realidade social, que, de acordo com Iamamoto (2010), são indissociáveis do exercício profissional, com vistas ao desenvolvimento de Projetos Sociais.

A partir dessas constatações, suscita-se como avanços que podem possibilitar ações de enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica dos usuários: a possibilidade de fornecimento de recursos sociais institucionais para os usuários sem a cobrança de ressarcimento posterior ao RAS; prioridade da gestão do RAS ser realizada por profissional do Serviço Social; autonomia quanto ao desenvolvimento de ações e projetos; caráter profissionalizante atribuído às ações sociais do COMAER, sendo prioritariamente desenvolvidas por assistentes sociais e, por fim, a possibilidade de atendimento dessas famílias através do eixo temático

referente ao PASIC 1. Como óbices destacam-se os recursos, tanto no que se refere à descentralização de valores, como, à falta de profissionais de carreira.

É sabido que o Serviço Social é uma profissão que tem características singulares; sua especificidade está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma dada classe social, não se atendo a uma única necessidade humana (CARVALHO; NETTO, 2011). Portanto, o fenômeno pesquisado, que se manifesta enquanto expressão da questão social, por todo o exposto, constitui-se como objeto de intervenção profissional.

Ressalta-se que, apesar de atualmente a atuação do Serviço Social no V COMAR se configurar de forma pontual e individualizante, percebe-se, através desta pesquisa, a urgência em avançar em ações interdisciplinares que possam fortalecer criticamente os indivíduos que estão vivenciando estes processos, bem como trabalhar de forma mais ampla e coletiva reflexões acerca da temática do consumo. Pois, o que possibilita o avanço na compreensão das expressões da vida cotidiana é a análise dialética da realidade, de seu movimento e de suas contradições (SIMIONATTO, 1999).

Destaca-se que a relevância dessa pesquisa consiste na contribuição ao debate acerca do fenômeno do endividamento e do superendividamento, tendo em vista que este é ainda incipiente. No Serviço Social são inexpressivas as produções teóricas que relacionem a temática com a intervenção profissional, sendo necessário incitar esse debate, uma vez que o fenômeno emerge enquanto demanda para categoria profissional em diversos espaços ocupacionais.

Sobre o fenômeno em questão, conclui-se que os juristas estão à frente no debate propiciando o desenvolvimento de projetos de prevenção e tratamento, com ênfase na renegociação entre os superendividados e os credores, com vistas à reinserção social desses indivíduos. Alguns projetos como o de *Tratamento das Situações de Superendividamento do Consumidor*, desenvolvido no município de São Leopoldo em parceria com a UNISINOS, tem como objetivo uma abrangência maior diante das situações de superendividamento, a partir de uma perspectiva interdisciplinar através do Direito, da Psicologia e do Serviço Social. Seu objetivo principal é resgatar o convívio familiar e comunitário de indivíduos e famílias superendividadas, por meio da conciliação extraprocessual, realizada junto aos

credores, com preservação do mínimo vital, possibilitando o fortalecimento dos vínculos familiares e a capacidade de superar as dificuldades financeiras e sociais.

Pontua-se que tais iniciativas são extremamente necessárias, tendo em vista as constatações obtidas através do processo investigativo. Nesse sentido, verificou-se que todos os usuários do Serviço Social entrevistados estão em situação de superendividamento, ou seja, sua renda está tão comprometida com dívidas que se encontram impossibilitados de pagá-las. Esta condição, na maioria das vezes, o coloca em situação de vulnerabilidade social, impactando na sua vida pessoal e na sua participação social.

Algumas reflexões emanadas dos resultados deste trabalho direcionam para conclusão de que esta pesquisa é um esforço no sentido contribuir, através das falas dos sujeitos sociais envolvidos no processo investigativo, para fomentar o debate sobre as questões de endividamento e superendividamento. No entanto, tem-se a clareza da urgência de debates coletivos, que envolvam diversas áreas do conhecimento, tendo em vista a complexidade do tema, tais como: Serviço Social, Psicologia, Direito, Sociologia e Comunicação Social.

Por oportuno, salienta-se a importância da participação do Estado, na medida em que o fenômeno se apresenta enquanto expressão da questão social na contemporaneidade, sendo imprescindível a sua intervenção através da articulação de Políticas Sociais. Ao Estado também tem sido atribuído, pelos estudiosos do Direito, o papel de legislador, buscando intervir nas relações entre fornecedor de crédito e superendividado, com vistas ao restabelecimento do equilíbrio contratual e uma possível recomposição da vida financeira dos indivíduos e de sua família, tendo em que o Código de Defesa do Consumidor não é suficiente para dar conta da temática.

Segundo Santos (2008), esta norma será de ordem pública e de interesse social; uma lei desejável e inovadora no direito brasileiro, que visará à tutela e ao tratamento das situações do fenômeno do superendividamento, de modo a preservar ao consumidor e a sua família, a dignidade da pessoa humana, fazendo-se necessária para compensar a falta de igualdade entre os contratantes.

Por todo o exposto, conclui-se que envolver a sociedade nesta discussão é uma saída para que o fenômeno seja compreendido, não só como uma questão financeira, responsabilizando unicamente o sujeito, e sim a partir da ordem social, pois as consequências sociais estão atreladas não só à saúde financeira da família, mas também à saúde física e mental.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ALENCAR, Mônica Maria Torres. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- AMORIM, Eduardo Antonio Andrade. O superendividamento do consumidor. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2658, 11 out. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17597>>. Acesso em: 13 jan. 2013.
- BAPTISTA, Marilda Vilela. **A investigação em serviço social**. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARISCH, E. J. A. (2006). **Preparação para a reserva**: necessidade estratégica para a Aeronáutica. Dissertação não publicada. Rio de Janeiro: Universidade da Força Aérea, Mestrado em Ciências Aeroespaciais. 2006.
- BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). São Paulo: Cortez, 2012.
- BAUDRILLAR, Jean. **A sociedade de consumo**. Tradução de Artur Morão. 1995.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz; LIMA, Clarissa Costa de. Adesão ao projeto Conciliar é Legal –CNJ: Projeto-piloto. **Revista de Direito do Consumidor**, São Paulo, n. 16/63, jul.-set., 2007.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Lei da Segurança Nacional. Lei nº 38, de 04 de abril de 1935.
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Estatuto dos Militares. Lei nº 6880, de 09 de dezembro de 1980.

BRASIL. Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993.

BRASIL. Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

BRASIL. Estratégia Nacional de Defesa. Lei nº 6703, de 18 de dezembro de 2008.

BRASIL. 1994. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a política nacional do idoso.** Brasília.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.** Brasília, 2003.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. V Comando Aéreo Regional. **Programa de trabalho da unidade gestora,** 2009.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. CNAS. **Resolução n.39.** Dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde, 2010.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social.** Lei Federal 8.662/93 de regulamentação da profissão. 3 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1999.

CONSALTER, Rafaela. **O perfil do superendividado no estado do Rio Grande do Sul,** 2005.

COMAER. Instrução do Comando da Aeronáutica 161-1, de 22 de fevereiro de 2008.

COMAER. Instrução do Comando da Aeronáutica 163-1, de 04 de fevereiro de 2011.

COSTA, Geraldo de Faria Martins da. **O direito do consumidor endividado e a técnica do prazo de reflexão.** São Paulo: RT, n. 43, jul./set. 2002.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A política de Assistência Social no Brasil: dilemas na conquista de sua legitimidade. **Serviço Social e Sociedade,** n.62. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CFESS. **Parecer jurídico n. 13.** Assunto: Fiscalização do exercício profissional de assistentes sociais militares, que cumprem suas atribuições perante órgãos das Forças Armadas. São Paulo, 30 maio 2001.

COSTA, Marisa Vorraber. **A educação na cultura da mídia e do consumo** (Org.). Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FAB. Força Aérea Brasileira. **A presença da mulher na FAB**. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/index.php?mostra=10081>. Acesso em: out. 2012.

FECOMERCIOSP. **A radiografia do endividamento das famílias nas capitais brasileiras**. São Paulo: Fischer, 2012. Disponível em: http://www.fecomercio.com.br/?option=com_estudos&view=interna&Itemid=19&id=5482. Acesso em: out. 2012.

FRADE, C.; MAGALHÃES, S. Sobre endividamento: a outra face do crédito. In: MARQUES, C. L.; CAVALLAZZI, R. L. (Coord.) **Direito do consumidor endividado: superendividamento e crédito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

FROMM, Erich. **Conceito marxista do homem**. 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GASKELL, George; BAUER, Martin W. (Org.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HARVEY, David. **Neoliberalismo histórias e implicações**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Questão Social no Capitalismo. **Temporalis -Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa**. ABEPSS, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: jul. 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/default.jsp>. Acesso em: out. 2012.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.) **Família brasileira, a base de tudo.** 7 ed. São Paulo: Cortez/UNICEF, 2005.

KIRCHNER, Felipe. Os novos fatores teóricos de imputação e concretização do tratamento do superendividamento de pessoas físicas. **Revista de Direito do Consumidor**, 2008.

KONDER, Leandro. **O que é dialética.** 21 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LAMBERT, Milton Santos. **O espaço cidadão.** 5 ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

LIMA, T. C. S. **As ações sócio-educativas e o projeto ético político do serviço social:** tendências da produção bibliográfica. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal:** ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. Tradução de Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem.** Relatório, laudos e pareceres. 2 ed. São Paulo: Veras, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Direitos do consumidor endividado:** superendividamento e crédito. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Maria Manoel Leitão et. al. **O endividamento dos consumidores.** Coimbra: Almedina, 2000.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa qualitativa, um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999.

_____. O serviço social na transição para o próximo milênio. **Serviço Social e Sociedade**, n. 57. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. **O capital.** Crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1985, v. 5.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

_____. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” sua reprodução. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

_____; CARVALHO, M.C. Brandt. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Crise contemporânea, questão social e serviço social**. Capacitação em serviço social e política social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

_____. Transformações societárias e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez 1996.

_____. Introdução ao método na teoria social. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

O GLOBO. **Desigualdade social**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/desigualdade-social-cai-pelo-12-ano-consecutivo-diz-fgv-4246915#ixzz2ARIORK3m>
Acesso em: out. 2012.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; HORN, Luiz Fernando Del Rio. **Relações de consumo**: consumismo. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2010.

PRATES, Jane Cruz. O método e o potencial interventivo e político da pesquisa social. In: Pesquisa e conhecimento em serviço social. **Revista ABEPSS**, ano V, n. 9, jan/jun, 2005. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

SALGADO, M. A. A aposentadoria e ética social. **Revista a 3ª Idade**. São Paulo: SESC, p. 14-24, 1989.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. **As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência no serviço social**. 1999. Disponível em:

<http://www.internacionaldelconocimiento.org/documentos/ponenciascompletasm4/lvete20Simoniato.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2013.

SLATER, DON. **Cultura do consumo & modernidade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

SUBDIRETORIA DE PAGAMENTO DE PESSOAL. Disponível em: www.sdpp.intaer.gov.br. Acesso em: 02 abr. 2012.

TEIXEIRA, Joaquim Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético político do serviço social. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABESS, 2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.

ZACARON, Sabrina Silva. **O serviço social no comando da aeronáutica: decifrando este espaço sócio-ocupacional do assistente social**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS USUÁRIOS DO SERVIÇO SOCIAL DA GUARNIÇÃO DE AERONÁUTICA DE PORTO ALEGRE

Convido o Sr(a)_____ a participar da pesquisa “Sociedade de Consumo e enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica, no âmbito do V Comando Aéreo Regional: desafios para o Serviço Social”, realizada pela mestrandia Emmily Pereira Brito de Souza, orientada pela prof. Dra. Patrícia Krieger Grossi. Será informado(a) do objetivo da pesquisa que consiste em: “identificar de que forma a sociedade de consumo tem contribuído para a vulnerabilidade econômica dos usuários do Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre, no âmbito do V Comando Aéreo Regional, objetivando contribuir para o desenvolvimento de ações preventivas que visem à educação para o consumo”.

A participação do Sr(a) consiste em uma entrevista individual que será gravada e transcrita pela pesquisadora, retirando-se quaisquer informações identificatórias. A entrevista terá a duração aproximada de uma hora e poderá ser interrompida pelo entrevistado a qualquer momento, não sendo obrigado a responder qualquer pergunta que julgar inconveniente.

Entrevistado(a)

O entrevistado está plenamente ciente da sua participação neste estudo e da preservação do seu anonimato. Fica ciente, ainda, sobre a sua responsabilidade em comunicar ao pesquisador qualquer alteração pertinente a este estudo, podendo dele sair a qualquer momento. Os dados coletados poderão ser utilizados para publicação de artigos, apresentação em seminários e similares.

Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa podem ser esclarecidas pelas Pesquisadoras Emmily Pereira Brito de Souza, pelo telefone (051) 9268-3741 e Patrícia Krieger Grossi, pelo telefone (51) 3353-8379 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo fone 3320-3345, e-mail cep@pucrs.br.

Canoas, _____ de _____ de 20__.

Pesquisadora/mestranda: Emmily Pereira Brito de Souza

Pesquisadora responsável Prof^a Dra. Patrícia Krieger Grossi

Faculdade de Serviço Social – PUC/RS

APÊNDICE B – Roteiro de Análise Documental

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO – NÍVEL MESTRADO**

ROTEIRO DE ANÁLISE DOCUMENTAL

Titulo da Pesquisa: **Sociedade de consumo e serviço social**: desafios para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica no âmbito do V COMAR.

Mestranda: Emmily Pereira Brito de Souza

Orientadora: Prof^a. Dra. Patrícia Grossi

- **Nas Fichas Sociais e Prestação de Conta:**

1. Quantidade de usuários atendidos pelo Serviço Social da GUARNAE-PA divididos por posto/graduação em 2010.
2. Benefícios Sociais fornecidos separados por Projetos, de acordo com a Instrução de Comando da Aeronáutica – ICA163-1, de 2011.
3. Identificação das demandas apresentadas pelos usuários do Serviço Social da GUARNAE-PA.
4. Levantamento do número de usuários que estão com mais de 30% da renda líquida comprometida com dívidas.

- **Na Instrução de Comando da Aeronáutica – ICA 163-1/2011:**

5. O Plano de Assistência Social do COMAER possibilita o atendimento das demandas dos usuários? De que forma?
6. Quais são os critérios para a escolha dos usuários que serão atendidos pelas ações sociais do COMAER?

- **Na Instrução de Comando da Aeronáutica – ICA 161-1/2008**

7. Como se organiza a destinação dos Recursos da Assistência Social no âmbito do COMAER?

APÊNDICE C – Instrumento de Pesquisa

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO – NÍVEL MESTRADO**

INSTRUMENTO DE PESQUISA

Titulo da Pesquisa: **Sociedade de consumo e serviço social**: desafios para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica no âmbito do V COMAR.

Mestranda: Emmily Pereira Brito de Souza

Orientadora: Prof^a. Dra. Patrícia Grossi

Nº Instrumento:

Data:

Entrevista com usuários do Serviço Social da Guarnição de Aeronáutica de Porto Alegre

1 Identificação

1. Nome do entrevistado:_____.

2. Vínculo com a Instituição:

() S1 () S2 () TF () CB () SG () SO () CV () PE

3. Idade:_____anos.

4. Sexo: () F () M

5. Estado civil:_____.

6. Escolaridade:_____.

7. É o único provedor do lar? () S () N

8. Renda familiar:_____

9. Nº de dependentes:_____.

10. Natural de:_____.

11. Mora em Próprio Nacional Residencial - PNR? () S () N

Caso negativo, a residência onde mora é: alugada () própria () cedida ()
área verde ()

2 Dados sobre consumo

12. Qual o significado do consumo em sua vida?
13. O que influencia primeiro na compra de um produto?
Necessidade () Desejo () Propaganda () Outros () _____.
14. O que influencia na escolha do produto?
Qualidade () Reconhecimento Social que ele proporciona () Preço ()
15. Como são tomadas em sua casa as decisões em relação ao uso do dinheiro?
16. Como você se sente depois de comprar?
17. Qual o valor da renda comprometida com dívidas?
18. Você se considera endividado? Por quê?
19. Como ocorreu o processo de endividamento?
20. Possui empréstimos? ()S ()N
21. Quais os fatores influenciaram na contratação do empréstimo?
22. Você está ou esteve inscrito em algum órgão de proteção ao crédito (SERASA, SPC, etc.)?
() sim () não () não sabe
23. Como é direcionado o orçamento da família em relação aos seguintes gastos: saúde, lazer, habitação, alimentação e transporte?
24. A situação de endividamento influencia nas relações do cotidiano? (família, trabalho, etc.) Como?
25. Quais as dificuldades e necessidades enfrentadas pela família?
26. Procurou orientação em algum lugar para a resolução da situação vivenciada?
Onde?
27. O Serviço Social da GUARNAE-PA contribuiu para enfrentar a situação vivenciada? De que forma?

ANEXO A – Cópia da Carta de Conhecimento e Autorização



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
QUINTO COMANDO AÉREO REGIONAL
Rua Guilherme Shell, 3950 – Mato Grande
Canoas-RS - CEP 92.200-630
Tel: (51) 3472-1600 / Fax: (51) 3462-1176

Canoas, 05 de abril de 2012.

Carta de conhecimento e autorização

Eu, Duarte Tomoyoshi Horimoto, Chefe de Gabinete do V Comando Aéreo Regional, tenho conhecimento do Projeto de Pesquisa intitulado "**Sociedade de Consumo e Serviço Social: desafios para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica no âmbito do V COMAR**", da mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUC-RS, Emmily Pereira Brito de Souza, orientada pela professora Dra. Patrícia Krieger Grossi e aprovo a coleta de dados nesta instituição após a aprovação do referido projeto pelos órgãos competentes (Comissão Científica e Comitê de Ética em Pesquisa).

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Duarte', is written over a circular stamp or seal.

Duarte Tomoyoshi Horimoto Cel Int
Chefe de Gabinete do V COMAR

**ANEXO B – Carta da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social – FSS/PUCRS**



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Porto Alegre, 19 de junho de 2012

Encaminho o projeto de pesquisa sob o nº 02/2012 **"SOCIEDADE DE CONSUMO E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS PARA O ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE ECONÔMICA NO ÂMBITO DO V COMANDO AÉREO REGIONAL - COMAR"** da mestranda **Emmily Pereira Brito de Souza** que foi revisado quanto ao cumprimento das solicitações realizadas em parecer anterior.

As solicitações foram atendidas:

- Sim
 Não

Com base nas alterações executadas e de acordo com a avaliação o projeto enquadra-se na seguinte categoria:

- Aprovado
 Com pendências – anexar parecer
 Não aprovado – anexar parecer


Profª. Dra. Gleny Terezinha Duro Guimarães
Coordenadora da Comissão Científica do Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social - FSS/PUCRS

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6681-P. 15-sala 330-CEP90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3539 - Fax (51) 3320-3606
E-mail: servico-social-pg@pucrs.br
www.pucrs.br/fss/pos

ANEXO C – Parecer Consubstanciado do CEP/PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Sociedade de Consumo e Serviço Social: desafios para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade econômica no âmbito do V Comando Aéreo Regional.

Pesquisador: Patricia Krieger Grossi

Área Temática: Área 9. A critério do CEP.

Versão: 3

CAAE: 05114512.5.0000.5336

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 129.270

Data da Relatoria: 04/10/2012

Apresentação do Projeto:

Sem ressalvas ao que consta no parecer anterior.

Objetivo da Pesquisa:

Sem ressalvas ao que consta no parecer anterior.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Da avaliação do projeto de pesquisa, entende-se que não há riscos na implementação da pesquisa proposta.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Sem ressalvas ao que consta no parecer anterior.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A partir da explicação da orientadora do trabalho (01.10.2012), a pendência elencada no parecer anterior encontra-se superada.

Recomendações:

Salienta-se que as entrevistas somente poderão começar a ocorrer após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética da PUCRS.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pendência elencada no parecer anterior encontra-se superada.

Endereço: Av. Ipiranga, 6681

Bairro:

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (513)320--3345

Fax: (513)320--3345

E-mail: cep@pucls.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DO RIO GRANDE
DO SUL - PUC/RS



Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer de acordo com a reunião do colegiado.

PORTO ALEGRE, 23 de Outubro de 2012

Assinador por:
Rodolfo Herberto Schneider
(Coordenador)

Endereço: Av. Ipiranga, 6681

Bairro:

CEP: 90.619-900

UF: RS

Município: PORTO ALEGRE

Telefone: (513)320--3345

Fax: (513)320--3345

E-mail: cep@pucrs.br